

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Digitalizar o arquivo, arquivar o digital: a história e suas fontes diante das velhas e novas
tecnologias**

Bruno Grigoletti Laitano

Porto Alegre

2021

Bruno Grigoletti Laitano

Digitalizar o arquivo, arquivar o digital: a história e suas fontes diante das velhas e novas tecnologias

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Caroline Silveira Bauer.

Linha de pesquisa: Teoria da História e Historiografia.

Porto Alegre

2021

Bruno Grigoletti Laitano

**Digitalizar o arquivo, arquivar o digital: a história e suas fontes diante das velhas e novas
tecnologias**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 12/04/2021

Conceito: **A**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Anita Lucchesi – Doutora em História (Universidade de Luxemburgo)

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi – Departamento de História (UFRGS)

Prof. Dr. Pedro Telles da Silveira – Doutor em História (UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

Laitano, Bruno Grigoletti
Digitalizar o arquivo, arquivar o digital: a
história e suas fontes diante das velhas e novas
tecnologias / Bruno Grigoletti Laitano. -- 2021.
108 f.
Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Arquivamento da web. 2. Digitalização. 3. Fontes
históricas. 4. História digital. 5. Humanidades
digitais. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II.
Título.

Agradecimentos

Os agradecimentos são sempre a parte mais difícil de uma monografia. Acho que penso menos na hora de ler os referenciais bibliográficos e de escrever parágrafos dedicados a debates complexos do que quando resolvo recordar de todos aqueles que estiveram comigo ao longo da minha formação.

Sou grato a toda a minha família, especialmente aos meus pais Antonio e Rita, à minha irmã Laura e à minha avó Anita. Confesso que não sou o tipo de pessoa que sabe expressar bem o carinho que sente pelos outros, que distribui beijos e abraços sem nenhum pudor. E aqui, nos limites da linguagem, infelizmente não há vocabulário capaz de descrever o apego que tenho por essas quatro pessoas e por todos aqueles que carregam os meus sobrenomes, os quais tenho orgulho de ostentar. Não é à toa que a sociologia atribuiu à intimidade familiar o conceito de *the first place*, seguida pela convivência nos espaços de trabalho (*the second place*) e de lazer (*the third place*). Pra mim, muito longe de aderir a qualquer agenda conservadora, a minha família vem sempre em primeiro lugar.

Também agradeço aos meus amigos, mais ou menos próximos, que me acompanham desde o ensino médio e que dividem comigo as noites em claro falando bobagens no *Discord*. São todos extremamente especiais pra mim, não apenas pelos momentos de descontração, mas também pela relação de confiança que temos uns com os outros há tanto tempo. Basta abrir algum dos grupos que temos no *Facebook*, abandonados desde que a rede social caiu em desuso, para lembrar das diferentes histórias que construímos juntos, das coisas mais simples a absurdos inacreditáveis. Também sou grato aos amigos que fiz no curso de história pelas discussões construtivas que engrandeceram ainda mais as minhas pesquisas, bem como pela liberdade com que pudemos tratar de temas pouco consensuais em nosso meio. Sem vocês, o curso não seria o mesmo.

Agradeço à minha orientadora Caroline Silveira Bauer, a quem devo tudo o que fui capaz de conquistar na universidade. A despeito do distanciamento acadêmico no primeiro ano do mestrado e do isolamento social no segundo, o teu suporte foi sempre determinante. Ser orientado pela Carol é um privilégio com o qual já posso contar há pelo menos quatro anos. É uma honra imensa. Agradeço, ainda, aos professores que fizeram parte da minha formação, especialmente a Anita Lucchesi, ao Fernando Nicolazzi e ao Pedro Telles da Silveira, que compuseram a banca de defesa desta dissertação, bem como a Ana Cláudia Gruszynski, ao

Arthur Lima de Avila, a Claudia Wasserman, ao Enrique Serra Padrós, a Gabriela de Lima Grecco, a Mariluci Cardoso de Vargas e ao Moisés Rockembach, que ministraram disciplinas essenciais e deram todo sentido aos anos que dediquei à pesquisa.

Sou grato a Pietra, não só pelo suporte emocional ao longo do curso de mestrado, sempre muito tenso e estressante, mas pelo carinho, pela compaixão, pela sinceridade, pelo amor e por tantas outras qualidades que fazem de ti uma das pessoas mais incríveis que já conheci. Obrigado por aturar minhas frescuras, meu poder de decisão autocrático quando tentamos definir um filme para assistir e por rir como poucos do meu medo de pássaros. Obrigado pelos quase quatro anos de companhia, Pi. Te amo.

Resumo

Baseada na ideia de que os registros históricos passam por um processo de reconceituação, esta dissertação dedica-se a dois formatos da fonte digital: o documento digitalizado e os chamados “arquivos nascidos digitais”. Na primeira parte, intitulada *Digitalizar o arquivo*, notamos que o escaneamento e a disponibilização de acervos documentais em repositórios *online* são práticas correntes no âmbito da história, o que revela certa preocupação em torná-los mais acessíveis e em garantir a preservação prolongada de fontes sujeitas à degradação natural. Entre tantos exemplos, optamos pela análise do projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, uma iniciativa de várias instituições públicas e organizações não-governamentais que abriga em seu *site* os documentos utilizados na produção do livro *Brasil: Nunca Mais*, uma das principais denúncias contra a ditadura civil-militar brasileira, publicado pela Editora Vozes em 1985. Na segunda parte, intitulada *Arquivar o digital*, trabalhamos com registros nascidos digitais - isto é, que foram produzidos na e para a internet. Não estamos lidando com fontes convencionais, mas com documentos que, em larga medida, sequer têm sido preservados ou incorporados pela historiografia ao conjunto de recursos de pesquisa do historiador. São os casos das postagens em redes sociais, de *sites*, *e-mails* ou mesmo de artigos científicos publicados exclusivamente em meio eletrônico. Mais uma vez diante de exemplos variados, escolhemos o portal *Memórias da Ditadura* como objeto de estudo. Trata-se de um compilado de informações a respeito do período, suas figuras e eventos marcantes, além de um repositório de conteúdos audiovisuais e pedagógicos. Vale destacar que não contemplamos os projetos em sua plenitude, debruçando-nos sobre tudo o que publicaram ou reproduziram, tampouco abordamos detalhadamente a temática que possuem em comum (a ditadura), mas priorizamos uma compreensão abrangente de ambos em sua relação com as tecnologias que lhes dão suporte.

Palavras-chave: Arquivamento da *web*. Digitalização. Fontes históricas. História digital. Humanidades digitais.

Abstract

Based on the idea that historical records are going through a process of reconception, the present dissertation is dedicated to two different formats of the digital source: digitized documents and the so called “born digital archives”. In the first segment, entitled *Digitize the archive*, we notice that scanning and making documental collections available online are common practices among history projects, a fact that reveals reasonable concerns over getting them even more accessible to researchers and guaranteeing lengthy preservation for sources that suffer with natural deterioration. Surrounded by many examples, we analyze *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, an initiative by a few public institutions and non-governmental organizations that hosts on its site all documents handled during the producing of *Brasil: Nunca Mais*, one of the most important reports against the military dictatorship in Brazil, published by *Editora Vozes* in 1985. The second part, entitled *Archiving the digital*, is devoted to born digital records - i.e., records that were produced on and for the internet. We are not dealing with conventional sources, but with documents that aren’t usually preserved and that aren’t merged by historiography into historian’s craft. This is the case of social networks, sites, e-mails or even scientific publishings which are exclusively digital. Once more before many examples, we selected *Memórias da Ditadura* as a research subject. It is based on gathered information about the military regime, its characters and remarkable events, and it’s also a stockpile of audiovisual and pedagogical contents. It’s worth to highlight the fact that we didn’t behold those projects as a whole, going through every document or material available on their webpage, neither we fully approached the theme they have in common (the dictatorship), but we prioritized a wide perspective over their interface alongside those technologies that give them support.

Keywords: Digitization. Digital history. Digital humanities. Historical sources. Web archiving.

Sumário

Introdução/11

Parte I

Digitalizar o arquivo/27

Intermezzo

Uma reconstituição da fonte histórica/47

Parte II

Arquivar o digital/59

Conclusão/89

Referências bibliográficas/94



Estagiários do Centro per L'Automazione dell'Analisi Letteraria (CAAL), na comuna italiana de Gallarate, em 29 de junho de 1967. A fotografia é parte do arquivo de Roberto Busa, disponível na Università Cattolica del Sacro Cuore.

Introdução

Entre os vários dramas que vivi ao longo do curso de história, o mais impactante foi a crise de identidade. Não exatamente em razão dos tão espinhosos debates acerca das figurações do historiador, o que pode e o que deve ser (e não ser) um profissional da nossa área, ainda que incertezas como essas também abalassem a minha relação com a opção adotada no momento da inscrição para o vestibular da universidade. O que mais pesou foi uma certa incompatibilidade entre aquilo que eu lia e escutava sobre as normas da disciplina e os meus interesses de pesquisa e de atuação profissional. Os textos-manuais retirados no xerox do campus nas cadeiras introdutórias do primeiro semestre já assentavam as bases de uma identidade historiadora que deveria ser incorporada por mim e por meus colegas. No entanto, pouco me interessavam os arquivos empoeirados e os documentos mastigados pela passagem do tempo, os papéis amarelados que só podem ser manuseados com luvas, máscaras e em um ambiente adequado. É claro que me interessavam de um ponto de vista filosófico, despertando em mim boas doses daquela curiosidade que me levou ao curso de história, aquela vontade quase cinematográfica de entender o que exatamente arrancou os primatas de suas árvores e os lançou ao espaço sideral. Não é que os bons e velhos arquivos sejam triviais, é difícil para um historiador não os observar com certa diligência, já que são todos registros de um passado fisicamente inacessível - ao menos até a improvável invenção de uma máquina do tempo que nos permita retornar aos últimos séculos. Para mim, o problema era que nós, as salas de arquivo e eu, não nos encontrávamos em qualquer ocasião, a despeito de visitas esporádicas ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Logo no segundo ano da graduação, orientado pela professora Caroline Silveira Bauer, que até hoje me acompanha e a quem devo toda e qualquer conquista realizada no ensino superior, tive a oportunidade de trabalhar em uma bolsa de pesquisa voluntária. A minha tarefa era vasculhar o vasto acervo da Hemeroteca Digital, um portal com dezenas de antigos periódicos brasileiros, à procura de menções ao elementar *Brasil: Nunca Mais* (1985), a obra organizada de forma clandestina por um grupo institucionalmente protegido pela Arquidiocese de São Paulo em uma luta incansável contra a repressão da ditadura civil-militar e em defesa das pessoas violentadas pela vilania do regime. Os papéis envelhecidos estavam todos ali - as ranhuras da passagem do tempo e as cores amareladas. As datas longínquas atestavam a distância que me separava de eventos que, por diferentes razões, foram parar na capa dos grandes jornais

do país. A diferença era que esses documentos haviam sido submetidos a um processo de *digitalização*, e estavam, então, disponíveis para pesquisadores de qualquer canto do país, desde que pudessem acessar a internet. Afora a poeira, a máscara e a luva, a minha pesquisa seguia tão bem quanto seguiam os trabalhos de colegas que se aventuravam nas tradicionais salas de arquivo. Eu buscava o nome do livro no portal, definia o período desejado e iniciava o garimpo de artigos e notícias dedicados à corajosa publicação dos defensores dos direitos humanos. Tirava um *print* dos achados, salvava as imagens em uma pasta no meu computador pessoal e organizava tudo a partir do ano de publicação e do nome do periódico. Era uma pesquisa básica, e eu não recusava qualquer uma das regras aprendidas com aqueles textos-manuais lidos assim que terminara a primeiríssima matrícula. Porém, apesar de trabalhar com fontes que um dia existiram apenas em seu estado material - isto é, foram impressas em uma gráfica e circularam entre o público leitor -, nunca foi necessário me dirigir a uma instituição arquivística, a um espaço de preservação desses documentos que, caso manuseados fisicamente, certamente exigiriam maiores cuidados. Arlette Farge (2017, p. 27) dizia que “um bom lugar na sala de arquivos é um dos bens mais preciosos que existem”. Para mim, a luta quase corporal pelo melhor espaço na sala de leitura não fez parte do meu currículo. Eu acessava jornais do século passado sem levantar da cadeira do meu quarto. Sem enfrentar o silêncio de uma sala de arquivo. Sem luvas ou máscaras.

Efetivado como bolsista de Iniciação Científica, minha orientadora e eu demos seguimento aos trabalhos com uma outra ênfase sobre a pesquisa. Entra em cena o canal da Comissão Nacional da Verdade no *YouTube*. Nesta nova etapa, cabia a mim assistir aos testemunhos prestados por ex-agentes da repressão, com destaque às figuras mais controversas do regime - o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e de Paulo Malhães, em especial. Extraí dos vídeos algumas menções ao passado da ditadura, elementos que davam forma à memória sobre o período que era promovida pelos seus antigos membros através desses relatos. Como no semestre anterior, quando trabalhávamos com os periódicos digitalizados, o computador seguia sendo o recurso mais importante de nossa investigação. Além disso, ainda havia um elemento inédito - isto é, a pesquisa em/de uma rede social, que nos colocava diante de um desafio metodológico, o qual só pode ser tensionado com parcerias firmadas em eventos acadêmicos e a partir do contato com outros pesquisadores, não necessariamente ligados à área de história. A novidade estava justamente na natureza das fontes com as quais eu trabalhava: não havia correspondentes físicos dos relatos. Para além do momento em que foram proferidos, só

existiam através dos vídeos publicados no *YouTube* ou em esporádicas transcrições no *site* da Comissão Nacional da Verdade. Eu estava lidando com *arquivos nascidos digitais*.

Com o ingresso no mestrado, não poderíamos deixar de lado tantas questões surgidas ao longo desses anos de pesquisa na graduação. O campo das humanidades digitais (se é que podemos encerrá-las na expressão “campo”), em um sentido amplo e irrestrito, é altamente profícuo. Antes de partirmos para uma descrição da estrutura desta monografia, abordaremos alguns dos debates fundamentais que têm sido colocados em pauta pelas *digital humanities*, os quais, em sua grande maioria, me guiaram durante a produção da dissertação.

“Uma estranha recorrência”, como diria Pedro Telles da Silveira (2018, p. 13), tem determinado a maneira como a comunidade de historiadores, no Brasil e no mundo, encara as novas tecnologias. Entre visões otimistas, quase proféticas, e pessimismos dramáticos, o digital é encarado em um binômio que o reduz a duas funções básicas: ou ele é incompatível com a disciplina, devendo ser superado pelas suas tradições, ou é bem-vindo como atualização das humanidades, não necessariamente excluindo suas bases epistemológicas, mas simplesmente adaptando-as a ferramentas informacionais. Esses “lugares-comuns”, a despeito de discordâncias pontuais, alimentam em conjunto a ideia de que

todas as alterações são *cotidianas*, pois atuam sobre *operações elementares*, características do *método histórico*, resultando em *algumas implicações epistemológicas*, porém sem qualquer transformação *ontológica*. *Ainda que não nos reconheçamos nessas práticas*, o saber histórico permanece o mesmo, inalterado. Tudo mudou, ainda que nada essencialmente tenha se alterado (SILVEIRA, 2018, p. 15. Grifos do autor).

Em outras palavras, se há a impressão de que o avanço tecnológico só pode resultar, nos limites do ofício histórico, em transformações práticas (como a adoção de ferramentas que otimizam o trabalho de pesquisa) ou teórico-metodológicas, não se afirmaria de maneira tão enfática uma mudança metafísica da história. Não à toa, em uma publicação recente, o historiador espanhol Anacleto Pons (2013, p. 65. Grifos meus) encontra um ponto médio entre tantas discordâncias na figura de alguém que “*assegurando* a sua relevância, esteja *comprometido* com a nossa prática, e que não só reflita sobre as formas como a história é feita hoje e *como será* realizada futuramente, mas também acerca das mudanças na abordagem do passado e no modo de comunicá-lo”. As expressões em destaque expõem, com a ressalva de que o autor é um dos profissionais em história mais engajados no tema das humanidades digitais, uma presença praticamente inquestionada dos fundamentos básicos da disciplina histórica, que deve ser “assegurada” e com a qual é necessário manter um “compromisso”. Embora as novas tecnologias devam ser

incorporadas pela disciplina (e aí resta outra figura de linguagem que pressupõe uma natureza da história), sua existência nunca é colocada em xeque, sendo tão-somente modernizada de acordo com os imperativos da chamada “era digital”.

Para Silveira (2018, p. 37),

é como se as promessas da história digital fossem frustradas pelo próprio sucesso das tecnologias que lhe dão nome, uma vez que o hábito tornou as ferramentas digitais de pesquisa banais, o que era para ser uma atuação reflexiva se transformou em atividade inconsciente, a revolução metodológica anunciada se dissolveu numa renovada espera pela próxima inovação tecnológica, e o campo da história digital, que deveria motivar uma maior reflexividade teórica dos historiadores e historiadoras com relação às novas tecnologias, se tornou presa do próprio domínio sobre essas novas ferramentas.

A história digital, pois, termo ainda coberto de indefinições, parece um tanto desapontada. Estimulada pelo acentuado desenvolvimento das novas tecnologias, por uma “revolução digital” que era observadas com certa expectativa pelos historiadores “atualizados”, alguns de seus planos esbarraram em um fenômeno recentemente descrito por Mateus Henrique de Faria Pereira e Valdeci Lopes de Araujo (2019): o “atualismo”. De acordo com os autores, “o atualismo é a dimensão temporal que emerge nessas sociedades aprisionadas pelas estruturas de expansão infinita” (ARAUJO; PEREIRA, 2019, p. 40). Se o digital está em franco processo de sofisticação, e se estamos sempre introduzindo suas novidades em nossas rotinas, como enxergá-lo, no âmbito da história e das ciências humanas, na qualidade de uma reflexão teórico-metodológica? Acredito que, para responder à interrogação, ainda que de forma parcial e provavelmente inconclusiva, é preciso entender, também, as razões pelas quais a chamada “história digital” surge, como uma área do conhecimento, um campo ou um método autônomo, em meio a um outro conceito mais abrangente que, em princípio, já comportaria em si os sentidos que aquele coloca como novidade. Falo das humanidades digitais. O que há de especial na história digital que não pode ser definido pelas *digital humanities*?

Se as humanidades digitais são igualmente marcadas por certa vagueza, não significa que a sua definição sofra com a imprecisão. À maneira de Pons (2013, p. 112), trata-se de um conceito em expansão e em constante processo de negociação. Entre o seu sentido mais trivial - isto é, o uso de dispositivos digitais na produção de pesquisas em ciências humanas - e a apreensão dessas ferramentas como objetos de análise, o historiador espanhol observa as humanidades digitais como uma “prática de representação” (PONS, 2013, p. 117). Na hipótese de serem apenas definidas ou pelo uso de *softwares* e ferramentas digitais, ou pela análise de documentos digitalizados, colocaríamos o termo em um impasse: hoje, com a devida

informatização das universidades, são raros (provavelmente inexistentes) os pesquisadores que escrevem seus textos em máquinas de escrever e conversam com os seus interlocutores através de cartas. São muito mais comuns os investigadores que, dependendo de acervos físicos, não acessam documentos digitalizados em seus trabalhos - o que não significa, porém, que aqueles que os utilizam sejam, por essa razão, humanistas ou historiadores digitais.

Não são os dispositivos, sejam eles instrumentos ou objetos de pesquisa, que determinam o sentido das humanidades digitais. Se assim fosse, como diria Anaclet Pons (2018a, p. 32) em uma publicação mais recente, seríamos “todos historiadores digitais, assim como, antes, éramos todos analógicos, porque o meio pelo qual produzimos o nosso conhecimento transformou-se e é digital”. Se a minha dissertação tivesse entre o seu leque de fontes alguns dos processos militares digitalizados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l* sem, no entanto, apreciá-lo através dos referenciais teóricos das humanidades digitais, tratando apenas de temas a respeito da ditadura civil-militar brasileira, ela poderia ser considerada uma pesquisa de história digital? Acredito que não. Muitos outros trabalhos que têm como base acervos digitalizados não os observam a partir dessas referências - o que não é, necessariamente, um problema, uma vez que ninguém é obrigado a adotá-las em suas pesquisas. É como se as humanidades digitais, a exemplo da forma como Ricardo Santhiago (2018) descreve a história pública, outra tendência em expansão e debate, fossem um *movimento* - isto é, uma causa a qual os pesquisadores podem aderir. É claro que há projetos de pesquisa que exigem do autor uma dedicação às *digital humanities*, como as análises de redes sociais e outras plataformas do gênero. No entanto, me parece possível produzir um artigo baseado em documentos digitalizados do medievo, por exemplo, sem classificá-lo como uma iniciativa em história digital. É uma questão de *associação a um movimento*.

Mesmo em um trabalho pensado e escrito de maneira gradual ao longo dos dois anos do curso de mestrado, eu não conseguiria realizar uma revisão total das produções em torno das humanidades digitais e da história digital. Há muitos textos sobre o tema, e vários outros surgem na companhia do desenvolvimento irrefreável das novas tecnologias. Em uma coletânea organizada por Toni Weller, os historiadores Kee, Roberts e Turkel (2013, p. 62-63) alegam que “os métodos tradicionais de pesquisa são claramente inadequados para lidar com um arquivo instantaneamente acessível, cujos dados são legíveis através do computador, em crescimento exponencial e em constante registro”. Nesse sentido, por que as revisões bibliográficas, por exemplo, um apanhado de tudo aquilo que um autor encontrou durante a sua investigação, antes

limitadas à consulta em bibliotecas, nas estantes de professores ou em instituições arquivísticas, seguem tentando reunir tudo o que há disponível a respeito de um assunto? Atualmente, uma busca rápida no *Google* revela uma quantidade gigantesca de livros, artigos e produções audiovisuais sobre uma determinada temática, e quase nunca conseguimos absorvê-los em sua totalidade. Já não são revisões integrais, que pareciam praticáveis há algum tempo, tendo em vista o acesso restrito a obras e revistas científicas. São revisões generalistas. Apesar do desafio, tentei incluir o maior número de referências nesta dissertação. Feitas as devidas considerações, seguimos com um panorama breve e geral das humanidades digitais.

A história das *digital humanities*, de acordo com Anacleto Pons (2018, p. 111-112. Grifos do autor), foi marcada por três momentos diferentes. São eles:

Por um lado, teríamos o período heróico, o da *Literary & Linguistic Computing*, iniciado com o projeto de Roberto Busa, que se caracterizava pelo desejo de quantificar o estilo de uma obra ou de um autor medindo suas semelhanças. Em segundo lugar, anteriormente à da *web*, a etapa das *Humanities Computing*, do começo dos anos oitenta a meados dos noventa, uma época de criação de centros e redes em torno do correio eletrônico, mas também de projetos que seguiam a tendência que os antecede, como o *Oxford Text Archive*. Finalmente, a chegada da *web* permitiu o avanço das *Digital Humanities*, quando a informática já estava ao alcance de todos e as práticas às quais estava associada multiplicaram-se, com uma economia cuja característica é a abundância.

Com a intenção de escapar de uma análise descritiva do que tem sido produzido sobre o tema, irei explorar aquilo que conheci e estudei durante a pesquisa através desses períodos mapeados pelo autor.

No dia 28 de janeiro de 1946, o jesuíta italiano Roberto Busa defendia a sua tese de doutorado dedicada à obra de Tomás de Aquino. Baseado na ideia de que a interpretação de uma doutrina, independentemente das figuras que a promovem, deve ser precedida pela análise lexicográfica de um autor, bem como no fato de que as palavras manifestam um sentido existencial, Busa (1980, p. 83) concluiu que todo filósofo é amparado por duas filosofias: aquela que revela conscientemente em seus escritos e uma outra cuja função é expressar a primeira. Com a ajuda da *IBM*, uma das grandes empresas do setor de informática, deu um passo além no seu trabalho: a criação do *Index Thomisticus*. Os dez mil cartões que havia preenchido à mão contendo frases com a palavra *in* ou expressões correlatas viraram aproximadamente treze milhões de *word-cards* - isto é, cartões individuais para cada uma das palavras. Em apenas doze linhas impressas no verso, cada *punched card* (ou cartão perfurado, em português) era formado, também, por referências e códigos tipológicos que definiam o contexto da palavra grifada na ficha. Ao todo, o arquivo somava noventa metros de comprimento e pouco mais de um metro de

altura. Em meados da década seguinte, com o advento das fitas magnéticas, Busa passou a trabalhar com quase duas mil fitas - as quais, em conjunto, somavam um quilômetro e meio de distância. Entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, o *CD-ROM* tornou-se a tecnologia de armazenamento preponderante, e o jesuíta atualizou-se mais uma vez, incorporando este novo suporte ao seu acervo. Com o método Huffmann de compressão, aproximadamente 1.36 *gigabytes* de informação foram gravados em apenas um disco. Descrevi as diversas atualizações do suporte utilizado na preservação do acervo a fim de demonstrar as variações de tamanho implicadas no *upgrade* dos formatos. Dos cartões perfurados, produzidos com um papel espesso, aos discos compactos, a coleção foi dos quilômetros a um único círculo de plástico. Do ponto de vista das instituições arquivísticas, a dimensão sempre foi um elemento central de seu roteiro. Para Arlette Farge (2017, p. 12), “é uma outra forma de gigantismo ou um jeito astucioso de domá-lo que já sinaliza a utopia presente na vontade de um dia apossar-se dele exhaustivamente”. Recordando-se de um texto de Jacques André, Farge (2017, p. 12) sinaliza que, por volta dos anos 1980, “observava-se um crescimento de 75 km ao ano [nos Arquivos da França]”.

Roberto Busa tornou-se mundialmente famoso, tendo realizado conferências em diversas universidades ao redor do globo. Formou operadores de cartões perfurados, logo desejados por companhias de alta relevância, além de ter se dedicado a outros projetos de sucesso, como a *Lexicon Electronicum Latinum* (LEL), um método eletrônico de lematização de palavras dos textos em latim. Quando escrevia o prefácio da obra *A companion to digital humanities*, lançada em 2004, registrou que, ao longo dos últimos sessenta anos, já havia processado mais de vinte e duas milhões de palavras em vinte e três idiomas e nove alfabetos diferentes (BUSA, 2004, p. XVI). Em todas as suas pesquisas, o uso de computadores era indispensável, uma vez que otimizavam a qualidade e a extensão do trabalho, além de garantir uma integridade que por vezes escapava ao olho humano. Nas palavras de Roberto Busa (1980, p. 87),

a proporção entre o trabalho humano e o tempo da máquina era maior do que 100:1. As horas de um computador eram menores do que 10.000, enquanto que as horas de um humano eram bem maiores do que um milhão. Na verdade, tínhamos que escanear cada palavra dos nossos textos à olho nu ao menos nove vezes: duas na pré-edição; uma para a perfuração; uma para a verificação; duas (realizadas individualmente em duplas) para a checagem; outras duas para a lematização e ordenação dos homógrafos; e uma vez para os arranjos e verificações finais. Todo esse processo equivalia ao escaneamento de 95.000.000 de palavras. Isso significa que, em vinte e cinco anos, processamos uma média de 2.200 palavras por hora trabalhada, ou quatro linhas de texto por minuto.

A eleição de um pai fundador para as humanidades digitais, no entanto, por vezes negligencia o fato de que um trabalho tão intenso e rebuscado quanto o de Busa só poderia ser levado a cabo graças à colaboração de um grande número de pesquisadores. Sabe-se bem que, ao menos no âmbito acadêmico, dificilmente alguém dá vida a um grande projeto sozinho. No caso do padre italiano, de acordo com Julianne Nyhan (2020 apud SCHON, 2020), tratava-se de um grupo formado por aproximadamente 65 pessoas, incluindo várias mulheres que, em sua maioria, operavam os cartões perfurados. É legítimo que um projeto inovador associado à origem das humanidades digitais tenha sido inscrito na longa narrativa sobre o campo na figura daquele que o encabeçava. O que Nyhan defende, todavia, é que o próprio Busa não costumava identificar os seus parceiros (e parceiras, principalmente) de trabalho nos artigos que publicava - talvez até porque não conhecia os seus nomes, em razão das muitas viagens que fazia e de eventos dos quais participava. A desvalorização e sub-representação já estavam presentes no contexto de desenvolvimento do *Index Thomisticus* e de outras iniciativas, inclinações que acabaram sendo incorporadas pela historiografia¹.

A despeito das ponderações acima, o êxito de Busa e sua equipe inspirou dezenas de outras iniciativas, como os estudos de Alvar Ellegård, que, em 1962, se dedicou às *Junius Letters*, e de Mosteller e Wallace, os quais analisaram os *Federalist Papers* (HOCKEY, 2004, p. 5). O uso de computadores em pesquisas na área de linguística tornou-se uma verdadeira tendência. Nas palavras de Hockey (2004, p. 7),

mais pessoas estavam utilizando metodologias desenvolvidas naquele período. Mais textos eletrônicos vinham sendo criados e mais projetos utilizando as mesmas aplicações foram iniciados. O entendimento do que era possível [com os computadores] difundiu-se gradualmente pelos canais de comunicação acadêmicos, e era cada vez maior o número de pessoas que não só cruzavam com os computadores em sua vida cotidiana, mas que também passaram a se questionar sobre o que eles podiam fazer em suas pesquisas e no âmbito do ensino.

Além das muitas conferências organizadas sobre o assunto, fundou-se, no ano de 1963, em Cambridge, o *Centre for Literary and Linguistic Computing*. Três anos depois, foi iniciada a publicação do periódico *Computers and the Humanities*, a primeira revista científica especializada na computação para as humanidades. As décadas de 1960 e 1970 foram muito produtivas no que diz respeito à criação de empreendimentos neste campo em ascensão. O nascimento das *humanities*

¹ Um livro de Julianne Nyhan inteiramente dedicado às mulheres que fizeram parte dos primeiros projetos de Busa está em processo de publicação. Por ora, sugiro aos leitores que assistam a uma conferência da historiadora britânica na Universidade de Luxemburgo, intitulada "New findings and new questions about the origins of Digital Humanities: on the state of the art of histories of the Index Thomisticus project of Fr Roberto Busa S.J.", disponível em: <<https://bit.ly/35geh3c>>. Acesso em: 19 out. 2020.

computing, que seguiram prosperando até a sua consolidação, em meados dos anos 1980, momento no qual os computadores pessoais e os *e-mails* tornavam-se cada vez mais populares (PONS, 2018a, p. 106-107), é descrito por Susan Hockey (2004) em uma diversidade admirável de exemplos, motivo pelo qual sugerimos o seu texto a qualquer pesquisador interessado na história das humanidades digitais.

O crescimento da computação para as humanidades não esteve limitado aos estudos de linguística. No final dos anos 1960, os historiadores norte-americanos Howard Allen e Jerome M. Clubb (1967, p. 602) diziam ser “óbvio que as tecnologias computacionais e o desenvolvimento em larga escala de arquivos de dados automatizados abrem alas para o uso de métodos quantitativos em estudos históricos”. Inauguradas ainda nos anos 1940, a história quantitativa e a história serial, comumente atreladas uma a outra (até mesmo como sinônimos)², amadureceram no princípio das *humanities computing*, e são vistas como possíveis origens da história digital. Tais métodos ou campos de pesquisa propunham uma aproximação estatística ao passado por meio de tabelas de preços, registros alfandegários e cartoriais, entre outras fontes que eram arranjadas de acordo com o princípio da seriação. O historiador francês Pierre Chaunu, citado por Anaclet Pons (2013, p. 149), dizia, inclusive, que “uma história que se julgava útil havia de ser serial”. Em 1968, no mesmo momento da historiografia francesa, o expoente dos *Annales* Emmanuel Le Roy Ladurie (2014), então diretor da Biblioteca Nacional da França, defendia a ideia de que, num futuro próximo, os historiadores seriam programadores ou não seriam - ou seja, a sua existência dependeria da introdução de conhecimentos informacionais ao *métier* histórico. Ambas visões sobre a história, inseridas num contexto de diversificação do ofício e de introdução dos primeiros computadores no ensino superior e na pesquisa acadêmica, viviam a expectativa de uma disciplina gerenciada pela computação - isto é, cada vez mais próxima, pensavam, de uma ciência eficiente e produtiva.

Combinando um grande número de documentos em um mesmo exame estatístico, a verificação de padrões ou quantidades representava, naquele contexto, uma verdadeira revolução metodológica no âmbito das humanidades, especialmente na história. De acordo com Pons (2013, p. 188), “muitos daqueles que propunham o modelo serial o faziam para recuperar os indivíduos marginais, as vidas anônimas e esquecidas” - isto é, resgatavam narrativas que haviam se perdido em meio a dados numéricos outrora reservados às ciências exatas. No entanto,

² Não entraremos em detalhes nas diferenças entre esses dois campos. Para quem queira conhecê-las, recomendamos a leitura de Barros (2012).

embora tenha sido uma espécie de moda historiográfica à época, o emprego da história quantitativa e da história serial não era um consenso entre a comunidade de historiadores. Nas palavras de José d'Assunção Barros (2012, p. 208), por exemplo,

o enfoque de uma e outra destas correntes voltava-se para a apreensão de aspectos como a demanda de bens e serviços, a produção interna, a receita total familiar de uma sociedade, e vários outros fatores que, aos olhos de muitos, pareciam excluir a presença mais efetiva dos homens como agentes históricos, e por isto este modelo de história econômica quantitativista recebeu críticas vindas de diversos setores historiográficos.

Por vezes, uma análise demasiadamente numérica das fontes gerava certa desconfiança a respeito dessas metodologias. Observando criticamente o que chamou de “fetichização da quantificação”, Barros (2012, p. 209-210) argumenta que, apesar da euforia com as porcentagens, os algarismos não faziam parte da natureza, mas eram gerados parcialmente pelo pesquisador responsável por uma seleção de arquivos, por recortes temporais e diversos outros ângulos que davam forma a uma investigação histórica. Em meio a críticas como essa, a “história serial-quantitativa” viveu um período de ascensão durante as três primeiras gerações da *École des Annales*, declinando de maneira gradual até perder grande parte do fôlego que havia conquistado (BARROS, 2012, p. 204).

Já nas décadas de 1980 e 1990, o surgimento dos primeiros navegadores (o *Mosaic* foi lançado em 1993) e a invenção da *World Wide Web*, por Tim Berners-Lee, começaram a dar forma a um mundo que, anos depois, seria ele próprio definido pelo digital. À maneira de Daniel Alves, o surgimento da internet aperfeiçoou o diálogo entre toda a universidade, inclusive entre os pesquisadores da área de ciências humanas.

Começaram, então, os grandes projetos de digitalização e disponibilização *online* de fontes, ao mesmo tempo em que nasciam ou eram introduzidas no meio acadêmico novas ferramentas que mudariam de forma substancial a relação dos investigadores com o mundo digital. O processador de texto, o *e-mail*, as bases de dados e os sistemas de informação geográfica tiveram um crescimento no número de usuários muito significativo ao longo de toda a década [de 1990] (ALVES, 2016, p. 93. Grifos do autor).

A despeito de sua longa trajetória, pois, são justamente as características iniciadas nas duas décadas finais do último século, bem como os avanços que lhes deram continuidade nos anos seguintes, que figuram entre as preocupações imediatas da minha dissertação (e que estão, é claro, representadas no presente texto de qualificação). “Os grandes projetos de digitalização e disponibilização *online* de fontes”, como escreveu Alves no trecho em destaque, em uma “rematerialização do textual”, segundo Anaclet Pons (2018a, p. 55), serão devidamente explorados nos capítulos seguintes.

Ao refletir sobre o termo “humanidades digitais” em detrimento de um uso corrente de “história digital”, definições que seguem em suspenso apesar das tantas referências à nossa disposição, busco não apenas colocar este em uma perspectiva mais ampla, entendendo-o como um movimento típico de uma história em busca de sua razão de ser diante da contemporaneidade informática, mas também acompanho Silveira (2018, p. 26) na ideia de que “a história digital é um dos principais exemplos [do encontro entre a historiografia e as tecnologias digitais], mas não o único”. Entendendo as humanidades digitais não apenas como um “movimento”, mas também como uma “comunidade de práticas”, à maneira de Daniel Alves (2016), comunidade essa da qual a história digital faria parte, colocamos menos barreiras entre as ciências humanas e as novas tecnologias. Praticar humanidades digitais é, ao mesmo tempo, aderir a um *movimento* e fazer parte de uma *comunidade* dedicada à inovação teórico-metodológica das ciências humanas. Ao produzir a presente dissertação, tenho por objetivo inserir-me nesse movimento e contribuir para a construção e consolidação dessa comunidade.

Tendo essas intenções em mente, optamos, entre tantos tópicos de investigação ao nosso dispor, por abordar uma *reconstituição* da fonte histórica - isto é, a emergência de arquivos originalmente *digitais*, que não possuem correspondência física, e o seu impacto sobre o ofício do historiador, bem como as associações que estabelecem com as fontes *digitalizadas*. Postagens no *Facebook*, *Twitter* ou *Instagram*, além de vídeos publicados no *YouTube*, por exemplo, podem ser compreendidos como fontes históricas? A interrogação não se esgota em respostas simples, mas mobiliza uma série de reflexões acerca da história e de suas tradições teórico-metodológicas. Não apenas no sentido de Luke Tredinnick (2013, p. 39), para quem o digital³ expõe os mecanismos da disciplina histórica, na medida em que o passado é elaborado por uma diversidade considerável de pessoas através das novas mídias, mas também no sentido de Roy Rosenzweig (2003), de acordo com o qual a internet torna abundantes os registros à disposição de pesquisas acadêmicas.

Por “reconstituição” da fonte histórica, entende-se que novos conceitos se apresentam para os historiadores. Não se trata efetivamente do descarte de tudo o que foi consolidado pela historiografia em termos de metodologia, mas de uma reinvenção conceitual, a qual será

³ De maneira semelhante ao que faz Byung-Chul Han em seu *No enxame: perspectivas do digital*, publicado em 2018, o uso da expressão “o digital” é uma tentativa de sintetizar, em um único conceito, todo o universo das novas tecnologias, mídias, dispositivos e redes que nos acompanham em tempos marcados pela disrupção. Sternfeld (2011, p. 550) também observa que o termo “serve como um elemento conveniente, ainda que impreciso e genérico, para se referir a um conjunto amplo de formatos, ferramentas, processos computacionais e plataformas de visualização”.

explorada ao longo deste trabalho. As instituições arquivísticas, por exemplo, com todos os recursos que lhe são próprios, seguem sendo cruciais para o desenvolvimento de muitas pesquisas que não contam com o suporte de acervos virtuais. No entanto, parece crescer o número de trabalhos amparados em fontes acessadas exclusivamente por meio de dispositivos digitais - não apenas fontes que passaram por um processo de digitalização, mas também fontes que só podem ser encontradas na internet (como *sites*, por exemplo) e que, portanto, não contam com correspondentes físicos armazenados em um arquivo público ou em uma biblioteca universitária. Estão a apenas algumas teclas de distância do pesquisador.

Tendo em vista estes dois cenários do arquivo na chamada “era digital”⁴ - o arquivo *digitalizado* e o arquivo *nascido digital* -, tomamos como exemplos duas plataformas brasileiras engajadas com a história da última ditadura civil-militar e com a divulgação de arquivos desse período. O *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, lançado em 2013, “traz para a era virtual o acervo do *Brasil: Nunca Mais*, antes recluso aos arquivos em papel e em microfilme, disponíveis apenas para os pesquisadores com possibilidade de ir à Universidade de Campinas, Brasília ou ao exterior”, como é definido em seu *site* oficial⁵. É uma iniciativa de divulgação dos documentos consultados pelos idealizadores do célebre livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado pela Editora Vozes no ano de 1985.

Sob a coordenação do Reverendo Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, milhares de processos judiciais referentes ao que o Estado entendia por crimes políticos foram preservados em um “relato para a História”, frase que acompanha o título da obra em sua memorável capa. A retirada de arquivos oficiais do Superior Tribunal Militar (STM) era permitida, mesmo durante a ditadura, desde que fosse respeitado o limite de tempo para a consulta desses documentos - a saber, 24 horas. Wright e Arns, amparados por órgãos ligados à comunidade ecumênica internacional, encabeçaram um movimento de recuperação dos processos perpetrados contra presos políticos. Os advogados membros do projeto “alugavam” os arquivos pelo prazo exigido

⁴ A expressão “era digital”, ainda que apareça em algumas ocasiões ao longo deste trabalho, não leva em consideração o déficit de acesso à internet entre a população mais pobre do planeta, para quem a dita “era” não é exatamente uma realidade. À maneira de Mark Sandle (2013, p. 129), “o desenvolvimento tecnológico e as práticas a ele associadas devem ser vistos em um panorama mais amplo de mudanças sociais, políticas e culturais relacionadas à globalização, à expansão populacional, às migrações em massa, à degradação ambiental e ao aumento dos níveis de desigualdade econômica e de incerteza financeira”. Embora não esteja presente em todas as vidas humanas, porém, acredito que o digital produza um impacto sobre o mundo em sua completude, independentemente de recortes sociais, étnicos, culturais ou econômicos. As redes seguem determinam os rumos da coletividade - inclusive em comunidades sem acesso à internet. O fato de estarem às margens do desenvolvimento tecnológico é, também, um impacto do digital.

⁵ O *site* está disponível em: <<https://bit.ly/2rjBITT>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

e os levavam para um escritório oculto em Brasília, onde as fotocopiadoras adquiridas pela equipe reproduziam cada uma das páginas dos processos. No dia seguinte, os originais eram devolvidos à Justiça Militar e as cópias seguiam veladamente para São Paulo, sede da arquidiocese da qual faziam parte os coordenadores do projeto. A fim de garantir a sua segurança, os documentos ainda eram microfilmados e encaminhados para o Conselho Mundial de Igrejas, na Suíça. Ao final da operação, o chamado “Projeto A” possuía, no total, 6 tomos, 12 volumes e quase sete mil páginas. O grande número de informações coletadas pelo grupo, que almejava tornar públicas as violações praticadas pela ditadura brasileira, precisava ser sintetizado em um material que comunicasse de maneira mais objetiva os resultados obtidos.

No dia 15 de julho de 1985, pois, chegava às livrarias do país a obra *Brasil: Nunca Mais*, um resumo do projeto original com pouco mais de trezentas páginas que logo ocupou os *rankings* de livros de não-ficção mais vendidos do Brasil - tendo sido publicado, inclusive, em língua inglesa, o que demonstra a preocupação de toda a equipe envolvida na investigação em disseminar internacionalmente a brutalidade consumada pelo regime (BAUER, 2017, p. 3-5; TESSITORE, 2014, p. 277-283). De acordo com Viviane Tessitore (2014, p. 284), as cópias em papel dos 710 processos consultados, bem como os mais de dez mil documentos anexados aos autos da Justiça Militar, seguem sendo preservadas, desde os anos 1990, pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os microfilmes enviados para Genebra, por sua vez, são mantidos, hoje, pelo *Center for Research Libraries* (CRL), nos Estados Unidos. Ambos os acervos estão disponíveis para os pesquisadores que tenham a oportunidade de visitar essas instituições, mas todos os registros em questão estão presentes, também, no *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, bastando um computador e o acesso à rede para iniciar uma nova investigação a partir dos arquivos coletados há mais de três décadas por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo Reverendo Jaime Wright e tantos outros. Nesse caso, os milhares de documentos à disposição na plataforma contam com correspondentes físicos, já que, tendo passado por um processo de digitalização, seguem preservados em sua forma e suporte originais.

O portal *Memórias da Ditadura*, no que lhe diz respeito, lançado em 2014, é um empreendimento conjunto do Instituto Vladimir Herzog, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Na página inicial de seu *site*, apresenta-se como “o maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil”⁶, incluindo, desde dezembro de 2016, os dados produzidos pela Comissão

⁶ O *site* está disponível em: <<https://bit.ly/1vs9zZt>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Nacional da Verdade ao longo de suas investigações. No espaço dedicado às informações básicas acerca do portal, seus objetivos são definidos a partir das necessidades de *divulgar* e *comunicar* conhecimentos sobre a ditadura brasileira para o grande público. Sua proposta não é mediar o contato entre pesquisadores e os arquivos da ditadura que possam vir a interessá-los, dispensando a visita aos acervos físicos, mas compilar e trabalhar informações sobre o período. Quem visita o portal não encontra fontes primárias dos anos de chumbo, como no caso do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, mas textos e materiais sobre o regime. Pensada e criada por uma equipe comprometida, o *Memórias da Ditadura* é uma plataforma que oferece suporte pedagógico através da indicação de referências bibliográficas, de artigos curtos e mini-documentários.

As duas iniciativas serão exploradas mais detidamente em dois momentos diferentes da dissertação. Na primeira parte, intitulada “Digitalizar o arquivo”, o leitor poderá acompanhar as nossas reflexões acerca da constituição de acervos virtuais baseados em coleções *analógicas* - catalogadas e adequadamente preservadas nas devidas instituições ou, especialmente no caso de arquivos recentemente coletados, armazenadas em caixas identificadas de modo informal. Que demandas tornam imperativa a digitalização de documentos e o acesso remoto a arquivos históricos? De que formas esse fenômeno tem sido praticado no Brasil? Como vem sendo observado teoricamente? É em meio a interrogações como essas, problemas que deram norte aos primeiros passos dados neste texto, que o repositório *Brasil: Nunca Mais Digit@l* toma o seu lugar no horizonte da pesquisa. Vale destacar que não contemplamos de maneira detalhada o acervo, debruçando-nos sobre cada uma das fontes disponíveis na plataforma, mas sim de uma compreensão generalizada sobre a sua natureza: o próprio *BNM Digit@l* é um documento. Nesse sentido, nos dedicamos à constituição do *site*. Em contato com a equipe responsável pelo projeto, exploramos questões que dizem respeito à elaboração da página, à seleção dos documentos, às motivações conjunturais que incentivaram a sua criação e, principalmente, ao que representa a digitalização para o ofício histórico.

Na segunda parte, intitulada “Arquivar o digital”, o foco é deslocado para os documentos que, igualmente disponíveis na internet, são originalmente digitais - isto é, foram *produzidos* nas e para as redes. Neste capítulo, não estaremos lidando com fontes convencionais - as quais, graças aos projetos de digitalização, são acessadas remotamente, mesmo a quilômetros de distância dos centros ou acervos dos quais fazem parte. Trabalharemos com registros que, em larga medida, sequer são preservados ou incorporados pela historiografia. É o caso de postagens em redes sociais (como os *tweets*, produtos de uma plataforma que ganha cada vez mais importância em

nosso contexto político), de *sites*, *e-mails* ou mesmo artigos científicos publicados exclusivamente em meio eletrônico. O portal *Memórias da Ditadura* é um caso exemplar de fonte histórica *nascida digital*. Assim como na primeira parte, não nos dedicamos individualmente com todos os conteúdos presentes no *site*, mas o examinamos de forma generalizada, tratando-o como um arquivo digital propriamente dito. Tentamos entrar em contato com a equipe responsável pela iniciativa, mas não obtivemos nenhum retorno. A ausência do apoio obrigou-nos a encontrar respostas para as nossas questões no que já havia sido publicado sobre o *Memórias da Ditadura*, bem como naquilo que é informado no próprio portal. De modo geral, buscamos entender os consensos (se é que eles existem) que têm sido estabelecidos sobre os *arquivos nascidos digitais* pelas ciências humanas e pela história.

Entre um projeto e outro, entre uma parte e outra da dissertação, parece haver uma transformação relativa à noção de fonte histórica. Não exatamente uma ruptura - isto é, uma mudança dramática que encerra princípios e tradições em favor de novas competências que tomariam conta da formação em história, ainda que este seja um fenômeno possível e que também será interrogado ao longo do trabalho. Trata-se, em princípio, de uma *reinvenção* teórico-metodológica, de uma *atualização* dos parâmetros com os quais a pesquisa acadêmica e os seus intelectuais estavam habituados antes do advento das novas mídias. Como já foi exposto, o texto é dividido em dois segmentos, que se ocupam particularmente dos dois momentos do arquivo digital - a saber, os *digitalizados* e os *nascidos digitais*. Em meio às duas partes, um *intermezzo*, ou interlúdio, intitulado “Uma *reconstituição* da fonte histórica”, é inteiramente destinado ao que Jim Mussel (2013, p. 80) define como uma variação do conceito de arquivo histórico, “dos documentos aos dados”. O historiador reconhece que a tradição metodológica da historiografia permanece relevante, mesmo em razão de sua importância para um enorme número de pesquisadores que seguem trabalhando com arquivos físicos ainda não digitalizados, ou mesmo para muitos intelectuais para quem o prestígio de certas normas persiste, mas também identifica a emergência de novos documentos históricos.

Assim, da primeira à segunda parte, passando por um breve interlúdio, a dissertação reproduz em seu próprio corpo a historicidade dos arquivos digitais - da digitalização ao advento dos nascidos digitais, dando o devido destaque à reconstituição do conceito de fonte histórica. Ao incorporar em sua organização os sentidos do tema para o qual é dedicado, o trabalho assume um formato coeso que, esperamos, valorize o nosso interlocutor e torne mais polida a

leitura do texto. Que o prazer que tive ao escrever esta monografia seja tão grande para os leitores quanto foi para mim.

Parte I

Digitalizar o arquivo

(Apol. nº 40 113)

Ministro
des de rotusão, como incurses no art. 43 do L. 171/19, e
gar provimento ao apelo da defesa para confirmar no
dos Vanderlan Macedo Bonfim, Edson Albuquerque Aragão e
Gomes de Oliveira, mantida a medida de segurança, pelo prazo de
um ano, imposta a Solange Lourenço Gomes, tudo à unanimidade de
votos.

Superior Tribunal Militar, 12 de novembro de 1964.

MIN. DR. AMARÍLIO LOPES SALGADO, Vice-Presidente e
Impedimento de Presidente

MIN. DR. JACY GUIMARÃES PINHEIRO, Relator

MIN. DR. ALCIDES VICIARI CARVALHO

MIN. ALM. ESC. SYLVIO MONTENEGRO JUNIOR

MIN. DR. WALDEMAR TEIXEIRA DE SOUZA

MIN. DR. NELSON BARBOSA SAMPALCO

MIN. GEN. EX. AUGUSTO FRAGOSO

MIN. TEN. BRIG. DO AR CARLOS ALBERTO MULLER
RA SAMPALCO

Peça da exposição “Mãos Anônimas”, organizada pela equipe do Brasil: Nunca Mais Digit@l em homenagem aos responsáveis (desconhecidos) pelo escaneamento dos processos militares, disponível em: <<https://bit.ly/36te90x>>.

Na madrugada do dia 1º de abril de 1964, em meio às crises que fragmentaram o governo do então presidente João Goulart, a operação militar que deu origem à última ditadura do Brasil partiu em direção ao Rio de Janeiro. No dia seguinte, sob a liderança do senador Auro Soares de Moura Andrade, da União Democrática Nacional (UDN), foi declarada vaga a Presidência da República, consumando o golpe de Estado no âmbito do Congresso Nacional. Jango, que ainda estava em território brasileiro, seguiu do Rio Grande do Sul, onde havia se refugiado, para o Uruguai. Alguns dos chefes militares que não haviam aderido ao movimento golpista insistiram em um plano de resistência às tropas de oposição, mas a iminência de uma guerra civil desmobilizou a possibilidade de uma reação hábil por parte do governo recém golpeado. Entre as manchetes de apoio ao novo regime e as objeções dos jornais democráticos, que foram logo sufocados pela censura, consolidou-se o poder das Forças Armadas. O próximo presidente civil só viria a tomar posse em 1985, vinte e um anos depois do golpe. As eleições diretas retornaram tempos depois, em 1989.

Duas décadas de repressão política, mortes e desaparecimentos deixam marcas na memória coletiva de um país. Mesmo que o poder público imponha obstáculos sobre o acesso às informações acerca deste período, mesmo que certos grupos negacionistas levantem as suas bandeiras, os resquícios de uma ditadura seguem definindo a formação de uma democracia pujante e a fixação de valores democráticos. Não há como negligenciar as suas implicações. A abertura dos arquivos produzidos pelo regime, que ainda não foram revelados em sua totalidade, adquire o *status* de luta política. Inicia-se uma “luta pela busca da verdade” por parte de familiares que perderam seus entes queridos para a repressão, os quais “veem a possibilidade de ter acesso aos documentos como uma forma de *provar* o que sempre afirmaram e, por outro lado, a possibilidade de obter novas informações sobre os desaparecidos”, além de servirem como base de processos jurídicos movidos contra o Estado brasileiro (CATELA, 2009, p. 459-461. Grifo da autora). Embora exista uma série de limitações legais para a publicização de dados administrativos, como a proteção da intimidade de pessoas referenciadas nominalmente em arquivos, por exemplo, trata-se de um dever do poder público e de um direito civil⁷. O passado

⁷ Do ponto de vista constitucional, os documentos podem ser mantidos ocultos em determinadas ocasiões. Segundo Weichert (2009, p. 410-411), “a norma constitucional do artigo 5.º, inciso XXXIII, admite que documentos sejam mantidos sob sigilo quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado [...]. Admite-se, ainda, sigilo para proteção da intimidade, privacidade, imagem e honra, por força do preceito do artigo 5.º, inciso X”. Inicialmente, a Lei n.º 8.159, editada em janeiro de 1991, determinava que “os prazos máximos de reserva seriam (*z*) de trinta anos,

não pode ser sonogado.

Em maio de 2012, poucos meses após a sanção da Lei 12.528/2011 por parte da então presidente Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade foi oficialmente instalada com o objetivo de investigar violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1985. O órgão colegiado esteve ativo por quase três anos, tendo se dedicado à escuta de diversos sobreviventes da última ditadura civil-militar e de militares ligados à repressão. Organizou audiências e tomadas públicas de testemunhos, eventualmente apresentando à sociedade o progresso da pesquisa que envolveu sete membros principais, a maioria deles egressa do campo jurídico. Mesmo sob pressão das Forças Armadas, e mesmo de certos grupos de familiares de mortos e desaparecidos descontentes com a timidez da Comissão, o relatório final foi publicado em dezembro de 2014. Foi reconhecida a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes cometidos contra civis ao longo das duas décadas de regime, tendo sido identificados os pormenores de uma série de assassinatos, bem como os nomes de figuras envolvidas direta ou indiretamente com os delitos. A Comissão Nacional da Verdade ainda recomendou 29 medidas de prevenção a novas violações de direitos humanos no país⁸, entre as quais se destaca a responsabilização jurídica dos agentes da repressão, o que vai de encontro às deliberações da Lei de Anistia, sancionada por João Batista Figueiredo, o último

prorrogáveis uma única vez, por igual período, quando se tratasse do interesse da segurança da sociedade e do Estado, e (ii) de até cem anos, quando decorrente de proteção à honra e à imagem das pessoas”. Duas deliberações impactaram, em especial, os vencimentos estabelecidos legalmente. O Decreto n.º 4.553, de 2002, prorrogou em vinte anos o bloqueio de documentos classificados como “ultrassegretos”, tornando o Executivo responsável pela manipulação desse prazo. Em janeiro de 2004, com a publicação da Medida Provisória n.º 228, ainda foi instituída a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, a qual cabia a prorrogação dos prazos de sigilo caso “o acesso ameça[ss]e a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país”. A decisão foi de encontro àquilo que havia sido proposto pela Constituição Federal de 1988, de acordo com a qual o sigilo seria uma distinção atribuída por um grupo isento, heterogêneo e representativo (WEICHERT, 2009, p. 412-417). Com a Lei de Acesso à Informação (LAI), publicada em 18 de novembro de 2011, e com novos debates a respeito do “direito ao esquecimento” promovidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os números anteriores passaram por um novo recorte.

⁸ O término dos trabalhos, no entanto, não significou um encerramento da Comissão enquanto um projeto nacional - isto é, em sua dimensão propositiva, já que o relatório carregava consigo uma série de recomendações ao poder público no que tange à superação de resquícios autoritários e ao desmantelamento de heranças estruturais da ditadura civil-militar. As historiadoras Georgete Medleg Rodrigues e Mônica Tenaglia (2018) exploram em detalhes os documentos produzidos pelas diversas comissões instaladas em parceria com a Comissão Nacional da Verdade. As autoras discutem os desafios enfrentados pelas investigações no acesso aos arquivos, prejudicado pela “ausência de gestão documental” e pela carência de “um local adequado para a guarda dos documentos arquivísticos e sua disponibilização”. Nesse sentido, a disponibilização e a digitalização dos acervos de antigos órgãos de repressão ligados à ditadura, principalmente os fundos de antigos centros de informações - como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) -, atualmente em posse das Forças Armadas, aparecem nos relatórios como uma eficaz possibilidade de aperfeiçoar a disponibilidade da documentação e de fomentar pesquisas sobre a ditadura brasileira (RODRIGUES; TENAGLIA, 2018, p. 286-294).

ditador do regime, em agosto de 1979. A lei garantiu (e permanece inalterada) impunidade aos militares e às violências infligidas contra a população em nome da segurança nacional durante as crises finais da ditadura.

Uma iniciativa como a Comissão Nacional da Verdade, que esteve no centro do debate público brasileiro ao longo de toda a sua vigência, não impacta somente o plano administrativo - isto é, o que o Estado deve fazer, quais leis devem ser promulgadas em razão daquilo que foi revelado pelo órgão ou de que formas a Justiça deve atuar a partir da publicação do relatório final. Esperava-se que os resultados de um trabalho investigativo tão denso e significativo inspirassem a consolidação da democracia no Brasil, bem como a superação, ainda que parcial, de heranças temerárias da ditadura civil-militar (WEICHERT, 2014, p. 87-88). O contexto político, social e cultural do qual a Comissão fez parte foi igualmente sensibilizado pelo ressurgimento de um período tão duro por meio de discussões que se tornaram cada vez mais frequentes. Pode-se dizer que a criação do *Brasil: Nunca Mais Digit@l* e do *Memórias da Ditadura* foi estimulada, entre tantos fatores, pela conjuntura de atuação da Comissão Nacional da Verdade. Não só foram lançados em meio aos anos de funcionamento do órgão - em 2013 e em 2014, respectivamente -, mas também carregam consigo a urgência de *publicizar* informações sobre o momento da história nacional em questão. Trataremos mais detidamente do portal *Memórias da Ditadura* na segunda parte desta dissertação.

No ar desde agosto de 2013, o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* coloca à disposição de pesquisadores os 710 processos produzidos no âmbito do Superior Tribunal Militar (STM), o relatório completo do projeto *Brasil: Nunca Mais*, o acervo do Conselho Mundial de Igrejas e documentos da Comissão Justiça e Paz. Além disso, também conta com uma coleção de 166 fotografias doadas por Dom Paulo Evaristo Arns e pelo Reverendo Jaime Wright à Unicamp nos anos 1980. Ainda fazem parte do acervo alguns registros filmográficos de depoimentos prestados por figuras centrais na história do projeto, bem como materiais de divulgação do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, o documentário “Coratio”, dirigido pela cineasta Ana Castro no ano de 2015, que recorda os antecedentes da escrita do livro publicado em 1985 pela Arquidiocese de São Paulo, vídeos do ato de repatriação dos arquivos do projeto original e do lançamento da obra em Natal, capital do Rio Grande do Norte, além de um curta sobre a vida de Dom Paulo exibido em Gramado no ano de 2002.

O projeto é uma iniciativa conjunta do Armazém Memória, um movimento que se dedica à preservação digital de registros históricos e culturais e da memória nacional, da Procuradoria

Regional da República da 3ª Região, segmento do Ministério Público Federal (MPF), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Arquivo Nacional, do Instituto de Políticas Relacionais (IPR), da *World Council of Churches* (WCC), da própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), do *Center for Research Libraries* (CRL), da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio de Janeiro (OAB/RJ), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), do escritório de advocacia Rubens Naves Santos Jr. Advogados, da Universidade Brown, da *Red Latinoamericana para la Prevención del Genocidio y Atrocidades Masivas* e, enfim, do Consulado Geral do Brasil em Chicago. É um grupo extenso de colaboradores, com a participação de equipes estrangeiras, inclusive, que congrega, em torno do mesmo objetivo, organizações de áreas diversas do conhecimento, dos advogados e juristas aos arquivistas. Destaca-se, também, a presença de núcleos universitários, especialmente de instituições de ensino privadas.

Cada um dos colaboradores foi responsável pela execução de uma etapa específica do desenvolvimento do projeto. Profissionais da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), por exemplo, foram responsáveis pelo manejo de equipamentos e pela filmagem e edição dos vídeos de reuniões, diligências e eventos patrocinados pelo *Brasil: Nunca Mais Digit@l*. A pedidos do Ministério Público Federal, e com o suporte do Consulado Geral do Brasil em Chicago, todo o material microfilmado que havia sido enviado para a Suíça na década de 1980 foi replicado por uma equipe do *Center for Research Libraries* e encaminhado para o Brasil. Em território nacional, as cópias foram digitalizadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, que ainda trabalhou em conjunto com o Superior Tribunal Militar e com a Comissão Nacional da Verdade a fim de reproduzir partes de um dos processos. Em contato com o Arquivo Edgard Leuenroth, o APEESP também digitalizou documentos que não passaram, à época, pela microfilmagem, destacando o compromisso geral do projeto com a coleção de todos os arquivos.

O Armazém Memória, o Instituto de Políticas Relacionais, o Centro de Documentação e Informação Científica da PUC/SP e a OAB/RJ atuaram conjuntamente na avaliação dos documentos digitalizados, detectando erros que escaparam à equipe responsável pela digitalização, como cópias de baixa qualidade ou a falta de determinadas folhas. No *site* do projeto, informa-se que 35% dos arquivos digitais haviam sofrido alguma perda, sublinhando não apenas a importância da densa revisão que foi empreendida, mas também os contratempores enfrentados ao longo do processo de digitalização das mais de oitocentas mil páginas. Deste percentual, uma parte foi submetida com sucesso ao tratamento digital. Outros documentos só

poderiam passar por uma revisão gráfica a partir do acesso aos autos originais, o que não foi possível à época em razão da presença de fungos que tornavam impróprio o manuseio do acervo localizado no Superior Tribunal Militar. O encaminhamento dos documentos defeituosos foi efetuado por membros do Ministério Público Federal, do escritório Rubens Naves Santos Jr. Advogados e da Faculdade de Direito da PUC/SP. As correções ou substituições, no caso de imagens irreparáveis, que compreenderam mais de duzentas mil cópias, foram realizadas pelo Instituto de Políticas Relacionais e pelo Armazém Memória, com a ajuda financeira da Unicamp, bem como pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Manteve-se um rígido controle da cadeia de custódia de todos os arquivos copiados, atestando a correspondência dos documentos publicados em relação aos acervos originais.

A admissão do *DocPro*, o serviço de indexação das imagens, foi custeada pelo Ministério Público Federal, que ainda arcou com as despesas da hospedagem e manutenção do *site*, desenvolvido por uma equipe do Armazém Memória e do Instituto de Políticas Relacionais subsidiada pela OAB/RJ. Todo o acervo digitalizado referente ao projeto *Brasil: Nunca Mais* foi somado aos arquivos da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que já faziam parte do banco de dados do Armazém Memória. Em 2016, o *site* foi atualizado e modernizado pelo setor de Tecnologia da Informação e de Comunicação do Ministério Público Federal, incluindo versões em inglês e espanhol, cujas traduções foram respectivamente elaboradas pela Universidade Brown e pela Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades Massivas. Outras atualizações seguem sendo feitas no *site* do projeto visando tornar a pesquisa e as buscas mais ágeis. Desejada desde a publicação do portal, está próxima de uma conclusão a disponibilidade do *download* de praticamente todo o acervo existente na plataforma. Acontece, ainda, um extenso monitoramento das falhas técnicas e ataques externos que eventualmente acometem a página, embora o ambiente tecnológico do MPF garanta elevados níveis de proteção digital.

De acordo com a equipe do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, com quem mantive contato via *e-mail* nas figuras de Maycon Antonio Moreira e de Suzana Vereta Nahoum Pastore, que gentilmente responderam ao meu questionário acerca da iniciativa⁹, o procedimento

⁹ No dia 9 de março de 2020, enviei um *e-mail* para o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* contando um pouco sobre a intenção da minha pesquisa e negociando a possibilidade de encaminhar à equipe um questionário com dez perguntas a respeito do projeto. São elas: 1) Quanto foi investido, em termos financeiros, no projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*? 2) Quais foram os princípios de seleção e os critérios para a inclusão ou exclusão do material? 3) Como os responsáveis pelo projeto entendem a necessidade de atestar a confiabilidade das fontes? De que formas o *BNM Digit@l* promove esta preocupação? 4) Como foram escaneados os arquivos originais? Foi utilizada a tecnologia de

administrativo do Ministério Público Federal referente ao projeto registra os seguintes custos diretos: R\$ 130.000,00 repassados pela OAB/RJ e outros R\$ 130.000,00 repassados pela Unicamp ao Instituto de Políticas Relacionais, e R\$ 183.587,00 incorridos pelo MPF com a contratação de empresas para a prestação de serviços. Na íntegra, o desembolso direto chega a R\$ 443.587,00. Trata-se, portanto, de um empreendimento que implicou gastos consideráveis, embora o seu sucesso e amplitude revelam o acerto de uma mobilização tão aplicada. Atualmente, já são mais de quatro milhões de documentos acessados desde o momento do lançamento do projeto¹⁰.

A despeito da grande diversidade de arquivos disponíveis no *site*, eles não serão trabalhados individualmente neste texto, como já alertamos na introdução. Não apenas em razão da amplitude de fontes (no total, foram publicados 848.076 documentos), que extrapola o limite de nossas habilidades de investigação, mas também porque o nosso interesse de pesquisa está relacionado ao projeto enquanto um arquivo da ditadura civil-militar brasileira, levando em consideração os aspectos que lhe definem, como o acesso às informações acerca desse período e a facilitação de pesquisas que se debruçam sobre o tema. Nesse sentido, na qualidade de um repositório ou acervo, o próprio *Brasil: Nunca Mais Digit@l* é uma fonte histórica. Assim, utilizando-o como um estudo de caso, trataremos do arquivo digitalizado e colocaremos em perspectiva os sentidos que a digitalização produz para o ofício histórico. O que se perde e o que se ganha no caminho entre o original e a cópia digital? De que formas a digitalização impacta a teoria e a metodologia da história? Interrogações como essas serão esmiuçadas a seguir.

reconhecimento ótico de caracteres? 5) Há algum documento digitalizado em cujos metadados foram incluídas informações acerca das propriedades organolépticas (o cheiro, a textura, as cores etc.) do arquivo original? Há casos, ainda, de metadados que foram preenchidos com dados especificamente relacionados aos originais? 6) Foi mantida a organização original (isto é, a ordem das pastas e a sua composição) dos acervos incorporados pelo projeto - tanto nos casos do acervo do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz quanto no caso dos processos militares? 7) A quem o acervo é especialmente destinado? Como os responsáveis pelo projeto entendem a amplitude da iniciativa? 8) Após o *upload* de todo o material documental planejado, o portal seguiu sendo atualizado e monitorado? Caso positivo, ele segue sendo atualizado até hoje? 9) Dentre todos aqueles grupos que participaram de sua construção, há alguma equipe preparando novas investidas em nome do projeto? Isto é, existe algum desejo de revisitar a concepção original do projeto e pensá-lo de outra forma, anexá-lo a outros acervos etc.? e, enfim, 10) O que o *BNM Digit@l* representa para as práticas comuns da história enquanto disciplina? Fui prontamente respondido, e as respostas das interrogações, que foram diluídas da maneira mais conveniente no texto da dissertação, retornaram a mim no final daquele mês. O documento que recebi por *e-mail* está anexado ao final deste trabalho (*Anexo I*).

¹⁰ Além do referido questionário, os dados referentes aos colaboradores do *Brasil: Nunca Mais Digit@l* foram reunidos a partir de consultas ao *site* do projeto, disponível em: <<http://bit.ly/2wp1ldH>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

II.

O passado manifesta-se de muitas maneiras no presente. Através de relatos orais, de testemunhos escritos, do cinema, da literatura, da música, de *games*. Independentemente do formato que assume, toda e qualquer menção a eventos históricos ocorridos em um passado mais ou menos distante é uma expressão desse tempo que se foi. Não falo apenas de vestígios do pretérito, como cerâmicas, tabletes, jornais ou fotografias, mas também de produtos culturais que, mesmo baseados no passado, nasceram décadas depois da época a qual fazem referência. O fato é que, assim, carregando consigo os sentidos do tempo, esses produtos tornam-se fontes para investigadores interessados nos acontecimentos que lhes antecederam. Não é diferente com documentos históricos, os papéis amarelados, machucados pela passagem dos anos, preservados em instituições autenticadas ou organizados dentro de caixas de sapato empilhadas no armário de um desconhecido.

O historiador Paulo Knauss (2012, p. 145) divide a vida de um arquivo em três fases: a fase “corrente”, quando ele é concebido e cumpre uma função imediata; a fase “intermediária”, momento em que as ações inscritas em uma fonte são efetivamente levadas a cabo; e, por último, a fase “permanente”, a transformação de uma ação documentada em memória. Em suas palavras, “é diante de sua condição permanente que [os arquivos] afirmam sua dimensão histórica” (KNAUSS, 2012, p. 145). A título de exemplo, vejamos como essas fases operam em um caso prático. Encerrados os longos debates, um projeto de lei hipotético é impresso a fim de receber a assinatura do Presidente da República. Esse projeto, redigido em apenas uma folha, vive, então, a sua *fase corrente*, já que foi concebido com o objetivo de cumprir um propósito - isto é, o de receber a sanção presidencial. No momento em que as ações prescritas na lei são executadas, o arquivo adentra a sua *fase intermediária*. A terceira e última fase, à maneira de Knauss, refere-se ao arquivamento do projeto de lei, observados os devidos procedimentos de preservação, e a inserção desse registro em uma narrativa histórica sobre o período em que foi idealizado, debatido e implementado, bem como acerca dos eventos e personagens que lhe dizem respeito.

A mesma alegoria é possível no contexto das investigações da Arquidiocese de São Paulo. Cada um dos mais de setecentos processos militares analisados no projeto de Arns e Wright, um conjunto que soma mais de oitocentas mil páginas, viviam, no momento de sua escrita (realizada por datilógrafos, no caso dos documentos produzidos em máquinas), a *fase corrente*. Em seguida,

na *fase intermediária*, os processos eram devidamente executados no âmbito da Justiça Militar, em um contexto de perseguição e repressão política aos opositores da ditadura. Uma vez arquivados, já na *fase permanente*, as milhares de folhas, com seus traços à caneta, assinaturas e carimbos, passam a integrar uma narrativa histórica a respeito do regime. Deixam de ser meramente um registro jurídico e se tornam um documento da história nacional. O projeto *Brasil: Nunca Mais*, que logo deu origem ao célebre livro homônimo, ao introduzir esses arquivos em uma determinada narrativa sobre a ditadura civil-militar, administrou a fase final das fontes.

A tipologia de Knauss, entretanto, não é uma leitura definitiva dos arquivos históricos, cuja trajetória por vezes escapa às categorias criadas pelo autor, embora nos ajude a visualizar os caminhos percorridos por uma fonte - desde o instante em que não era exatamente uma fonte histórica (ou que não era assim interpretada) até a sua devida historicização. O fato de terem sido submetidos a processos de digitalização, por exemplo, dificulta a inserção dos processos em apenas três etapas. O escaneamento e a reprodução dos documentos fariam parte de qual fase? Iniciaram outras fases não pensadas pelo autor? De acordo com Niels Brügger (2018, p. 21. Grifos meus),

o material digitalizado é definido pela sua existência prévia em um formato não digital, tendo sido transformado para *se tornar digital*. Por exemplo, os originais não digitais poderiam ser documentos escritos à mão, mídias impressas ou meios eletrônicos audiovisuais analógicos, como o rádio e a televisão, e poderiam ter sido digitalizados de diversas formas, desde a datilografia e a sua transferência para cartões perfurados, até o escaneamento de documentos, impressões e fotografias, bem como a criação de arquivos de imagem, ou a gravação digital de sons analógicos e figuras em movimento.

Em outras palavras, o arquivo digitalizado presume uma versão anterior em formato analógico - isto é, um arquivo físico - como é o caso do projeto de lei hipotético sobre o qual raciocinamos anteriormente ou dos processos militares do *Brasil: Nunca Mais*.

Se o tal projeto fosse submetido à digitalização, seria possível criar uma cópia digital daquela folha que tanto teria circulado pelas devidas instâncias políticas. A cópia facilitaria o acesso da população aos temas debatidos e às medidas aprovadas no âmbito do poder público, tornando-o transparente e, de certa maneira, um tanto mais democrático¹¹. Além disso, tendo passado por sua *fase permanente*, seguindo as categorias de Knauss, o documento seria encontrado com facilidade por pesquisadores interessados no período em que a lei foi sancionada e implementada. A mesma relação é possível no que diz respeito aos processos consultados pelos

¹¹ O endereço oficial da Câmara dos Deputados, diga-se de passagem, conta com um portal de transparência no qual são publicados propostas, notícias, gastos parlamentares, receitas e despesas e projetos de lei apreciados no plenário. O *site* está disponível em: <<https://bit.ly/3moyta1>>. Acesso em: 26 out. 2020.

idealizadores do *Brasil: Nunca Mais* em meados da década de 1980, que logo se tornou um dos livros de maior circulação do país à época, e que foi digitalizado a fim de otimizar a disponibilidade deste acervo tão importante para a história nacional. Fotocopiados ainda no contexto da ditadura a fim de assegurar o acesso às fontes ao longo da produção da obra, poderíamos dizer que a criação das cópias habitava a *fase permanente*, já que foram criadas justamente para consolidar, a partir da publicação do livro e da publicização das violações, uma narrativa sobre a ditadura. O mesmo pode valer para o posterior projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*: a digitalização é mais um passo na direção do acesso às fontes por parte de um grande público e, em especial, de pesquisadores cada vez mais numerosos. A digitalização parece dar amplitude às narrativas construídas pelos fundadores da iniciativa. Todavia, aquelas questões não são problemas fáceis de resolver, e se tornam ainda mais complexos na segunda parte da dissertação, quando abordaremos os *arquivos nascidos digitais*.

A despeito de seu atual sucesso, porém, iniciativas de digitalização nem sempre foram vistas como funções primordiais da pesquisa acadêmica. De acordo com Jim Mussell (2013, p. 89), a estabilidade é uma característica comumente associada à fonte histórica, garantindo-lhe a convicção necessária para que seja observada a partir dos devidos paradigmas científicos. O mesmo vale para Pedro Telles da Silveira (2016, p. 273. Grifo do autor), para quem

ainda que a instabilidade do documento histórico na internet seja reconhecida, não deixa de estar pressuposta a necessidade de que a fonte histórica possua outra característica para se tornar analisável – nomeadamente, que uma fonte histórica tem de ser *estável*.

Documentos digitalizados, entretanto, por vezes são encarados apenas como ferramentas opcionais ou versões inautênticas dos originais. Os pesquisadores Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento (2020, p. 201. Grifos meus) argumentam que

toda cópia, para que seja considerada “verdadeira” - no sentido de semelhante ou fidedigna ao original -, exige *uma forma relativamente fixa*, em termos de um conteúdo estável, uma procedência e um contexto que assegurem que a digitalização foi bem-sucedida: a inteireza do conteúdo necessita de fato estar presente na cópia digitalizada, aquilo que os arquivistas denominam cadeia de custódia.

Um acervo digital, pois, só é reconhecido enquanto fonte legítima de pesquisa se cumprir certos pré-requisitos, os quais são igualmente determinados em trabalhos baseados em fontes físicas ou *analógicas*.

Não ser estável, pois, é característica suficiente para que uma fonte seja tomada pela desconfiança. Todavia, nem mesmo os registros físicos são herméticos ao ponto de que informações importantes não escapem à análise de um pesquisador. Repete-se exaustivamente ao

longo dos anos de graduação em história que uma fonte nunca segue a mesma quando revisitada. Por que, pois, alimentar a expectativa de que o documento digital fornecerá todos os dados que um investigador necessita para a sua pesquisa? Independentemente do suporte, uma fonte deve ser sempre examinada de forma crítica - ou seja, é essencial saber quem a criou, com qual finalidade, como e por quais motivos ela foi selecionada e preservada.

Na introdução da obra *History in the digital age*, uma coletânea de artigos publicada pela editora Routledge, a historiadora Toni Weller (2013, p. 7) defende que o meio ou suporte de uma mensagem é capaz não só de alterá-la, como também de transformar as interpretações que produz. A digitalização não provoca apenas uma mudança de suporte, mas também uma transformação da materialidade da fonte. Brasil e Nascimento (2020, p. 201. Grifos do autor) destacam que,

ao ser digitalizada, a fonte torna-se *dataficcável*. Um documento de texto, por exemplo, converte-se em uma base de dados de *strings*, termo que, na programação de computadores, representa uma cadeia ou sequência de caracteres: as fotos ganham regiões medidas em *pixels*; os registros, em áudio, diferentes comprimentos de onda.

Em outras palavras, as interpelações que fazemos aos documentos digitais acabam assumindo abordagens diferentes. No caso dos arquivos, uma preocupação especial de Weller, a digitalização - e, conseqüentemente, a conformação da fonte a um novo suporte - resulta em variações entre o original e a cópia. Em menção a um estudo de caso acerca da eclosão da cólera em uma cidade do século XVIII, a autora revela que as cartas que circularam pela região contaminada eram desinfectadas com vinagre a fim de evitar a propagação da doença. O forte odor da substância, que ainda podia ser sentido após dois séculos do surto epidêmico, bem como as datas registradas nas cartas, foram elementos cruciais no mapeamento da progressão da cólera (WELLER, 2013, p. 8). Nesse sentido, Brasil e Nascimento (2020, p. 201) atentam para o fato de que

a rematerialização envolve o desaparecimento parcial ou total de uma considerável gama de propriedades organolépticas (a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, a maciez, o som, o sabor etc.) que, de fato, podem ser determinantes na descrição de determinadas fontes históricas.

Se esta investigação tivesse por base um acervo digitalizado, que certamente não contaria com os cheiros dos arquivos originais, como o pesquisador poderia ter chegado àquela conclusão? Uma curadoria atenta incluiria os dados olfativos nos metadados de uma versão digital das cartas, mas de que maneira seria possível garantir esse cuidado?

Além da perda de certas propriedades, há de se destacar o fato de que, em certas ocasiões, a digitalização sequer é possível. A título de exemplo, Katie Halsey e Rosalind Crone

(2013, p. 101) citam o caso da criação de um acervo digital a partir de mil e quinhentas peças teatrais de Thomas Hailes Lacy, das quais cerca de quatrocentas foram excluídas do projeto em razão da intensidade com a qual os textos de um dos lados das folhas foram marcados, fator que impossibilitou o uso da tecnologia OCR (*Optical Character Recognition* - ou Reconhecimento Ótico de Caracteres, em português)¹². Quando foram submetidas ao escaneamento, a iluminação fez com que as páginas traseiras dessa seleção de peças transparecessem sob as partes digitalizadas, tornando inviável a conversão do material em documentos de texto editáveis. Quem quer que estivesse escrevendo suas teses com base no acervo de Lacy deparava-se com uma lacuna razoável, tendo que buscar alternativas que suprissem essa falta - como a requisição de fotografias das peças (que não contariam com os prós do OCR) ou, abdicando do conforto possibilitado pela digitalização, a visita ao local em que foram preservados os documentos originais.

Na coletânea citada anteriormente, Kevin Kee, Spencer Roberts e William Turkel (2013, p. 65) sugerem que todo pesquisador que se depare com documentos ainda não digitalizados tem o dever de criar cópias desse material e torná-lo disponível para um público maior através da internet. A sugestão também facilitaria o trabalho do próprio investigador, já que a busca pelas fontes seria otimizada pelo uso de um banco de dados digital. No entanto, se um trabalho que exige comprometimento for realizado de maneira displicente e desatenta às premissas que fazem da fonte digitalizada um meio que dispensa a consulta à sua versão analógica, multiplica-se a ocorrência de falhas ou lacunas, estimulando ainda mais a suspeita que pesquisadores apegados às tradições científicas possuem sobre o digital. Se as cartas dos tempos do cólera tivessem sido digitalizadas por um pesquisador independente, ou mesmo se as peças de Lacy fossem escaneadas sem que se levasse em consideração as falhas sobre as quais comentamos no parágrafo anterior, esses acervos digitais sofreriam com uma série de incongruências e possivelmente não contariam com o prestígio e com um grande número de usuários.

É claro que os processos de digitalização não acarretam sempre na perda de detalhes, mas por vezes acabam colocando-os em evidência. Uma iniciativa da instituição britânica *Royal Academy School of Arts* e da *Google*, empresa responsável pelo projeto de preservação artística *Google Arts & Culture*, disponibilizou na internet uma imagem em alta resolução de “A última ceia”, a famosa obra do pintor italiano Leonardo da Vinci, replicada em tinta a óleo pelos seus alunos a

¹² O texto de C. Annemieke Romein et al. (2020) examina algumas das particularidades do OCR e as diferenças entre essa tecnologia e a *Handwriting Text Recognition* (HTR).

fim de garantir a conservação da pintura original. Do pequeno saleiro derrubado pelo braço direito de Judas Iscariotes aos pés de Cristo, apagados do original após a construção de uma porta na parede em que haviam sido pintados, a qualidade da versão digital permite que os detalhes da cena, os quais passavam despercebidos a olho nu, possam ser vistos de perto¹³. Pensar a imagem digital é uma tarefa à parte e exige uma abordagem que dê conta da grande parte das problemáticas que o tema carrega. Mencionei o exemplo da digitalização de “A última ceia” pois, coincidentemente ou não, li uma matéria de Camilo Rocha (2020) no *Nexo* a respeito do projeto no momento em que eu revisava o texto da dissertação.

A digitalização demanda um investimento financeiro considerável, o que nem sempre está ao alcance de grupos de pesquisa ou institutos no âmbito das humanidades, os quais sabidamente sofrem com a carência financeira e a aplicação desigual de recursos nas universidades. É, também, um método complexo que exige certos enquadramentos. Halsey e Crone (2013, p. 97) lançam mão de algumas interrogações que podem balizar a avaliação de um acervo digital. São elas:

Quais foram os princípios de seleção e os critérios para a inclusão ou exclusão do material? Como e onde as fontes seriam pesquisadas? Quem as encontraria? Quantos documentos constituem uma amostra suficientemente ampla para dar início a uma pesquisa? Como atestar a confiabilidade das fontes?

Não se trata apenas da vontade de tornar uma coleção pública e acessível através da internet, mas de dedicar tempo, dinheiro e um esforço intelectual à digitalização de arquivos e à constituição de um acervo. Nesse sentido, a doutora Mariana Giorgetti Valente (2017), diretora do *InternetLab*, aponta para o problema da descontinuação de projetos de digitalização, provocada pelo desinteresse acerca do futuro dessas iniciativas. Em suas palavras, “a produção imediata, de preocupação jornalística, para plataformas externas e sobre as quais não se tem controle de continuidade é um problema para a construção da memória” (VALENTE, 2017, p. 15).

A autora identifica um certo clima de urgência acerca do digital que paira sobre as humanidades, especialmente no caso da digitalização, que surge como uma condição inevitável, uma exigência moderna para os arquivos e todos aqueles interessados em sua manutenção. Esta atmosfera será melhor explorada em outro momento da monografia. O fato é, entretanto, que se forem tomadas como imposições ou obrigações, as iniciativas de digitalização correm o risco de ser mal implementadas. Em detrimento da ideia de *projeto*, Valente (2017, p. 15) pensa em *políticas de digitalização*, colocando em evidência a continuidade e a devida aplicação. Executada sob as

¹³ A imagem pode ser explorada em: <<https://bit.ly/2E4Wwdc>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

definições de uma *política*, a digitalização torna-se uma espécie de *modus operandi* da pesquisa acadêmica. Ela é implementada tendo em vista a sua permanência, a sua atualização, a reflexão sobre os seus desdobramentos. É acompanhada de perto por pessoas engajadas na criação de acervos digitais qualificados e na formação teórica em humanidades digitais.

Levando em consideração as utilidades diversas de um acervo digital, os altos custos costumam compensar (especialmente se todas as premissas de uma digitalização funcional forem cumpridas). Em uma conferência proferida para o público de um dos encontros da *Association for Spanish and Portuguese Historical Studies*, o pesquisador Adrian Shubert, especialista na história espanhola, expôs as suas impressões sobre as grandes mudanças pelas quais passou o arquivo municipal de Mieres, uma comunidade autônoma das Astúrias, desde o final dos anos 1970, momento em que buscava o seu título de PhD. Shubert (2014, p. 122) contou aos colegas que o assistiam a seguinte anedota:

Hoje, há um *website* com fotos de uma confortável sala de leitura, os horários de abertura e uma pequena coleção de documentos digitais, além de uma página informativa em inglês, francês e asturiano, bem como em espanhol. Nada disso, nem mesmo a sala de leitura, existia quando realizei a minha pesquisa na cidade de Mieres há 35 anos. Naquela época, eu era conduzido até uma longa e estreita escadaria que me levava até um úmido porão, conectado a um corredor igualmente apertado que seguia na direção de uma frágil porta de madeira. Iluminada por uma lâmpada à mostra, havia uma pequena sala com algumas estantes e uma série de papéis espalhados pelo chão. Enquanto eu buscava pelas folhas desorganizadas - e vocês podem imaginar em que condição estavam em meio ao clima das Astúrias -, ouvi um som assustador (que eu pensava ter sido emitido por um cachorro ou por um gato do lado de fora do prédio) vindo da prisão da comunidade, bem próxima ao porão, onde um jovem solitário chorava debaixo de seu casaco militar. Somente após uma escapada para o bar ao lado do arquivo e um gole de conhaque que pude me acalmar e retomar o meu trabalho.

Frequentemente visitado pelo pesquisador durante os seus anos de formação na Universidade de Londres, o local deixou marcas muito singulares na trajetória de Shubert. Diante de seu público, relembrou as péssimas condições de um dos arquivos mais importantes de sua pesquisa, bem como os embaraços pelos quais passou nas visitas àquele lugar.

O que nos importa é a surpresa de Adrian com as modificações implementadas no arquivo municipal de Mieres. Entre os tempos do porão e a palestra citada, realizada em 2013, o espaço não só recebeu uma sala de estudos apropriada, mas também já conta com documentos digitalizados colocados à disposição de outros pesquisadores na página oficial da instituição. Os novos recursos do arquivo estimularam Shubert a refletir sobre a digitalização de fontes históricas e seus variados impactos teórico-metodológicos. Para ele, não há quem negue o avanço que a difusão dos acervos digitais representa para toda a comunidade de pesquisadores em

história. Os documentos são mais facilmente acessados pelos investigadores, as tecnologias de busca otimizam o tempo de trabalho e facilitam a procura por termos-chave relativos ao tema pesquisado e as instituições envolvidas em projetos de digitalização têm colaborado cada vez mais entre si, o que resulta em um convívio intelectual e profissional bastante construtivo (SHUBERT, 2014, p. 124).

Mesmo com vantagens substanciais, há quem prefira dar destaque às perdas causadas pela criação de acervos digitais e pela conformação de fontes históricas a um suporte digital. Algumas delas, inclusive, já foram colocadas em questão em parágrafos anteriores - como é o caso das propriedades organolépticas de um arquivo, por exemplo. De acordo com o historiador e cientista da informação Hercules Pimenta dos Santos (2018, p. 240), “a virtualização dos acervos permanentes dos Arquivos, com sua disponibilização remota por meio da Internet, pode desencadear num esvaziamento dos Arquivos físicos impactando de algumas formas na instituição e nas narrativas históricas”. Ao longo da produção de seu artigo, o pesquisador entrevistou vinte e seis historiadores e arquivistas brasileiros e espanhóis, os quais emitiram suas visões sobre a necessidade (ou não) da visita aos arquivos públicos. Os entrevistados dividiram-se em pontos de vista mais ou menos apegados à importância de estar presente em uma instituição arquivística, colocando em questão a flexibilização do acesso às fontes, a comprovação da integridade do material investigado, o conhecimento de outros acervos (não exatamente no foco de uma pesquisa) à disposição neste espaço e a relevância de estar em contato com os documentos originais (e com todas as dimensões que lhe são próprias). Segundo Santos (2018, p. 250),

para os casos de pesquisas que estabelecem seu foco no conteúdo textual do documento de arquivo, existindo essa fonte digitalizada de forma a permitir contato efetivo com o conteúdo textual, será claramente possível realizar uma pesquisa remotamente. De tal modo, compreendemos que algumas pesquisas carecerão de visitas ao arquivo e outras, não. Mas o contato com a materialidade do documento é capaz de promover novos olhares para o pesquisador, permitindo ampliações em suas predefinições iniciais. Por exemplo, ter contato com um dossiê completo pode levar o pesquisador a conhecer novos documentos que dilatarão suas percepções e seus questionamentos.

O autor, portanto, coloca-se de forma ponderada entre os argumentos de seus entrevistados. Reconhece a possibilidade de pesquisar remotamente sem que o distanciamento afete negativamente a qualidade de um trabalho acadêmico, mas também admite a existência de elementos que só são revelados ao pesquisador se este deslocar-se até um arquivo e consultar os devidos acervos presencialmente.

Já observações como “uma coisa é ver na tela do computador um documento do ano 1500, outra, é vê-lo pessoalmente” ou “os jovens pesquisadores acreditam que o que está digitalizado e disponível na rede é o que se tem disponível para consulta, não despertando a curiosidade de acudir a outros documentos” (SANTOS, 2019, p. 243-245), expressadas, respectivamente, por um arquivista brasileiro e por um *documentalista* espanhol, denotam um estranho *fetiche* pelo arquivo físico, que se manifesta de maneiras pouco factíveis e em perspectivas essencialistas. Há sempre o pressentimento de que algo foi perdido na produção de trabalhos baseados em acervos digitalizados - e, também, a convicção de que eles estariam completos caso fossem privilegiadas as fontes em seu suporte original. O *fetiche*, aliás, não se restringe a observações descompromissadas, como essas que Santos reuniu em sua pesquisa. Em *O sabor do arquivo*, Arlette Farge (2017, p. 22) manifesta a sua desconfiança em relação a tecnologia da microfilmagem de fontes históricas, as quais, em sua visão, embora “úteis para a conservação”, “farão com que alguns esqueçam a abordagem tátil e imediata do material, essa sensação preensível de vestígios do passado”. Ou seja, é um fenômeno que se manifesta em diferentes estágios da vida acadêmica. Os comentários em destaque, porém, dizem mais sobre a inclinação teórica de Farge e dos profissionais entrevistados do que propriamente sobre as vantagens e o ônus da digitalização.

Entre as vantagens e as desvantagens, ambas em plena discussão, as políticas de digitalização tornaram-se um norte para muitos profissionais envolvidos com arquivos e com a preservação de documentos. Hoje em dia, todo novo acervo coloca aos seus autores a tarefa de criação de uma versão digital - quando já não é inteiramente virtual. É uma tendência que se expande pela pesquisa acadêmica, na visão de David M. Berry (2011), para quem as humanidades digitais se manifestam em “ondas”, às quais voltaremos no *intermezzo* deste trabalho. Segundo Nanna Bonde Thylstrup (2018, p. 4), a digitalização é, atualmente, um paradigma político-cultural:

projetos de digitalização em massa são marcadamente políticos. Não no sentido de mimetizarem políticas de instituições relativas à memória cultural analógica e as transferir para a esfera digital, ou de libertarem objetos pertencentes à memória cultural dessas mesmas políticas institucionais. Na realidade, a digitalização em massa revela um novo paradigma político em torno da memória cultural, o qual exhibe continuidades técnicas e ideológicas combinadas a novos ideais e oportunidades.

Nesse sentido, os documentos físicos, das papeladas burocráticas aos livros, têm sido frequentemente submetidos a processos de digitalização, adaptando-os a um novo suporte.

De que maneiras tantas observações sobre a digitalização se manifestam no contexto do

Brasil: Nunca Mais Digit@l, o acervo criado a partir dos arquivos utilizados na escrita do livro homônimo para o qual dedicamos o primeiro segmento desta parte da dissertação? A constituição desse acervo foi conduzida por grupos efetivamente interessados na criação de uma ferramenta sólida, rastreando detalhadamente cada uma das falhas surgidas ao longo da digitalização das mais de oitocentas mil páginas entre processos judiciais, partes do relatório e peças de outros acervos que foram integradas ao projeto. Como foi dito no capítulo anterior, as correções ou substituições, no caso de imagens irreparáveis, somam mais de duzentas mil cópias. Nesse sentido, as variações que inevitavelmente se manifestam na geração de cópias digitais de arquivos físicos foram bem administradas pelas diversas entidades encarregadas da digitalização (e assim devem ser em qualquer outra iniciativa).

Não há registros sobre a inclusão de dados acerca das propriedades organolépticas nos metadados de cada página - isto é, os cheiros, as cores ou texturas, elementos que poderiam produzir algum impacto sobre a fonte -, mas foi mantida a organização original das pastas tanto nos casos do acervo do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz quanto no caso dos processos militares. Além disso, é possível fazer o *download* de todo o conteúdo documental disponível no *site*, o que permite aos pesquisadores o acesso às fontes de maneira *offline* - ou seja, sem haver uma conexão com uma rede de internet, ainda que siga necessária a posse de dispositivos que reproduzam os arquivos. Cada segmento dos processos foi estruturado em arquivos *.pdf*, cujos tamanhos variam bastante (a título de exemplo, o processo 001, que corresponde à ação penal 65/69, possui pouco mais de oitenta *megabytes*, enquanto que o processo 279, referente à ação penal 7735/69, possui mais de seis *gigabytes* de informação). O relatório do projeto *Brasil: Nunca Mais* e os acervos da Comissão de Justiça e Paz e do Conselho Mundial de Igrejas, por sua vez, são transferidos em pastas *.zip*, exigindo, ainda, programas de descompactação de dados que possibilitem o acesso aos respectivos arquivos *.pdf*.

A despeito dos requisitos técnicos, o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* não cria barreiras para os usuários que tenham interesse em armazenar as fontes acessadas *online* nos seus computadores pessoais, garantindo certa estabilidade para pesquisas baseadas no acervo (afinal, sempre há um receio de que os servidores do portal possam cair e deixá-las desamparadas), embora não seja possível realizar determinadas edições nos arquivos *.pdf* em razão de limitações tecnológicas. Recapitulando, a primeira fase do projeto envolveu a obtenção de cópias do acervo mantido no *Latin American Microform Project*, do *Center for Research Libraries* (CRL/LAMP). Os 543 rolos microfilmados foram duplicados nos Estados Unidos e trazidos para o Brasil com o apoio do

Consulado Geral do Brasil em Chicago, por intermediação do Ministério Público Federal. A partir do emprego de equipamentos e serviços próprios, os rolos ainda foram digitalizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, que também digitalizou um processo original (BNM 279) cedido pelo Superior Tribunal Militar. Em seguida, efetuou-se uma revisão para identificar folhas ilegíveis ou ausentes e cópias de baixa qualidade, danificadas, repetidas ou fora de ordem. Tudo foi meticulosamente conferido a fim de garantir a sequência e a integridade dos processos militares originais, e logo passaram para o processo de indexação, executado pela empresa *DocPro*, responsável pela aplicação de uma tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres própria.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, embora um formato de fonte ainda novo, é baseado em fundamentos tradicionais da disciplina histórica. Colocando à disposição de um grande público todo o acervo utilizado na produção do livro *Brasil: Nunca Mais* sem que seja feita qualquer consideração sobre a digitalização desses documentos, ou mesmo do impacto que podem causar sobre a pesquisa histórica, o projeto exerce apenas a função de facilitador entre as fontes e os pesquisadores, que já não dependem de custosas viagens até os locais onde os arquivos foram armazenados. É claro que isso não desqualifica o projeto, uma das grandes iniciativas em digitalização do país, não apenas pela lisura do trabalho que foi empreendido, mas também pela quantidade de pessoas cujas pesquisas foram possibilitadas pela existência do acervo na internet. O que coloco em discussão é se, à maneira de Anaclet Pons (2018a, p. 41), “a história digital efetivamente promove algo diferente ou, por um outro lado, se apenas ilumina o passado de um novo ângulo”. O *Brasil: Nunca Mais Digit@l* reinventa a prática histórica, algo que se presume sobre iniciativas informacionais, ou lhe garante novos suportes? Assim como a grande maioria das interrogações levantadas neste trabalho, a pergunta não conta com soluções fáceis. O debate, inclusive, segue ativo, e variadas respostas podem dar outros sentidos à questão. No interlúdio a seguir, abordaremos a dita “reconstituição do arquivo histórico” - isto é, a emergência dos *arquivos nascidos digitais* em um contexto que já era marcado pela *digitalização* e seus imperativos. Como as múltiplas respostas desta e de outras perguntas, as temáticas atualizam-se com notável frequência, e é muito complexo enquadrar tantas mudanças em um único texto acadêmico. O *intermezzo*, pois, é uma tentativa de visualizar a atualização de nossas fontes.

Intermezzo

**Uma reconstituição da
fonte histórica**



Trecho do episódio “A nice place to visit”, da série The Twilight Zone, lançado no dia 15 de abril de 1960. Na cena, Henry Francis “Rocky” Valentine (Larry Blyden) visita o Hall of Records, no céu, após ser morto a tiros fugindo de um assalto. O lugar continha os arquivos pessoais de todas as pessoas do mundo, e Rocky descobre que os seus registros eram apenas listas infundáveis dos pecados que havia cometido em vida.

Várias preocupações atormentaram-me no momento em que eu elaborava o formato da dissertação (isto é, o encadeamento dos capítulos e a lógica interna do trabalho). Um dos meus receios era criar a impressão de que as fontes históricas tradicionais, aquelas com as quais todo aluno de um curso de graduação em história entra em contato logo nos primeiros semestres, vivem um declínio irreversível e estão fadadas a desaparecer. Bastaria ligar os pontos: já que podemos historicizar novos suportes, como *tweets* ou vídeos no *YouTube*, partes de um conjunto de registros cada vez mais numeroso e inquantificável, os velhos arquivos empoeirados não teriam outro desfecho se não a extinção. Por que seguir explorando eras pouco documentadas se a nossa atualidade exala dados em demasia? É óbvio, entretanto, que o trabalho acadêmico não opera dessa maneira. Cada pesquisador possui a sua área de interesse, os seus métodos de preferência e bases teóricas com as quais está mais habituado. Não é a emergência de novos formatos que tornarão obsoletos aqueles que os precedem, ainda que esse seja um dos cenários que rondam a historiografia em “uma realidade com índice zero de inatualidade”, à maneira de Pereira e Araujo (2019, p. 160). Outro receio era promover a equivocada impressão de que, ao pensar nesses novos formatos como fontes históricas possíveis, os registros de um passado muito distante já não nos valeriam de nada. Não se trata, porém, de descartar velhas práticas e adotar acriticamente novos modelos de ser historiador. O que desejo colocar em discussão é a reinvenção das humanidades e de suas competências, o que não resulta automaticamente no abandono daquilo que já dominamos.

O arquivo é, primordialmente, um local no qual documentos históricos estão armazenados. Ao arquivo é oficialmente confiada a responsabilidade de preservar os registros de um país, de um estado, de uma cidade, de um grupo ou de uma instituição. Oferecem aos investigadores que o visitam a possibilidade de estudar fontes meticulosamente catalogadas, organizadas e filtradas por uma equipe técnica capacitada - “o arquivo supõe o arquivista”, já diria Arlette Farge (2017, p. 11). Também há regras e rituais que determinam este contato: o uso de máscaras e luvas de proteção, itens de uso obrigatório para todo visitante, por exemplo, impedem que os velhos documentos não sofram ainda mais com a degradação.

A história dos arquivos é bastante longa e é atravessada por diferentes variáveis. Vou me ater brevemente à criação de duas instituições: o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e o Arquivo Nacional, escolhidas em razão de sua importância a nível estadual e federal, respectivamente. No ano de 1906, em meio ao recente advento do republicanismo na região, o então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (o governador da época) Borges de

Medeiros formalizou a criação do Arquivo Público do Estado. Na ata de fundação, definia-se como funções do novo órgão a aquisição e conservação de “todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”¹⁴. Entre mudanças de endereço e decretos governamentais, os serviços do APERS acompanharam as mudanças políticas no estado e no Brasil. Hoje, além de um repositório legal de documentos históricos e administrativos, concentrando os acervos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, registros civis e livros notariais de tabelionatos, é também um centro de referência para cidadãos e pesquisadores gaúchos e um espaço onde transitam alunos da educação básica e das universidades.

Décadas antes, no dia 2 de janeiro de 1838, quando o país vivia as idas e vindas do período regencial, fundou-se o Arquivo Público do Império do Brasil. À época, armazenava documentos dos poderes Executivo, Legislativo e Moderador, mecanismo instituído pela Constituição de 1824 que autorizava D. Pedro I a garantir certo equilíbrio entre as forças do Estado. Com a Proclamação da República, o órgão foi rebatizado como Arquivo Público Nacional. Passou por diferentes transformações ao longo do século XX, principalmente durante a gestão do diretor-geral José Honório Rodrigues (1958-1964), responsável pela inclusão de filmes, fotografias e discos musicais ao conjunto de registros sob a guarda da instituição, e com o processo de modernização institucional iniciado no começo dos anos 1980. O acervo do órgão é enorme: entre as milhões de fotografias e os milhares de cartazes, charges e diapositivos, o Arquivo Nacional guarda documentos muito diversos, de processos criminais a relatos de avistamentos de OVNI.

O uso do arquivo em pesquisas é uma prática tradicional da história e de outras áreas das humanidades desde que o nosso campo assumiu a responsabilidade de consolidar uma perspectiva nacional. Isto é, no século XIX, de acordo com Rodrigo Turin (2009, p. 15-16. Grifos do autor),

sob os auspícios do imperador, a tarefa da escrita da história era encarada como uma *tarefa* oficial, e a obra realizada um *bem* nacional [...] Mais do que isso, cabia ainda a esses letrados, pelo estudo da história pátria, cantar, tal como um aedo moderno, as glórias do Brasil à posteridade.

O ofício histórico de então, portanto, era justificado pela construção do Estado-nação. O historiador era um agente imperial, e o seu trabalho era resultado de uma genuína dedicação à

¹⁴ Um pouco do histórico do nosso Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o APERS, pode ser encontrado no *site* da instituição, disponível em: <<https://bit.ly/2FNIjmr>>. Acesso em: 24 set. 2020.

pátria recém-nascida. Vale lembrar ainda que, no período oitocentista, segundo Maria da Glória de Oliveira (2010, p. 39),

a conceituação da história como instância onipresente e espaço de ação dos homens se fazia acompanhar pela ideia da sua factibilidade. Ou seja, a consciência da disponibilidade da história permitia percebê-la como factível sob dois pontos de vista – o dos agentes que dispunham sobre a história que faziam, e o dos historiadores, que sobre ela dispunham quando a escreviam.

Nesse sentido, a afirmação patriótica só era possível pois a história parecia disponível às pessoas que a viviam e que a produziam naquele contexto. Os registros históricos do império, e posteriormente do período republicano, eram preservados pelas devidas instituições públicas a fim de resguardar uma narrativa nacional no presente e no futuro, que herdaria as obras de glória e amor ao Brasil escritas por historiadores igualmente orgulhosos e apaixonados.

É claro, no entanto, que muita coisa mudou desde então. Sabe-se bem que os documentos armazenados em um arquivo nunca falam sozinhos, não regurgitam o passado em sua realidade etérea, bastando aos historiadores ordenar eventos e personagens à vontade das evidências. Essa é praticamente uma lei que nos é ensinada desde o primeiro dia de aula na graduação. “Sua história [a do arquivo] existe apenas no momento em que são confrontados com certo tipo de indagações”, alerta Farge (2017, p. 19), “e não no momento em que são recolhidos, por mais que isso cause alegria”. Em outras palavras, o que dá sentido histórico às informações de um documento é a apreciação crítica da fonte, não a fonte propriamente dita; é a interpretação produzida no presente, não o que o passado nos oferece espontaneamente através de seus resquícios. Mesmo sabendo que são os historiadores que enquadram o passado em suas interrogações, também se sabe muito bem que elas mesmas vivem em um permanente estado de mudança - e, portanto, as conclusões colhidas a partir de uma pesquisa histórica estão sempre em oscilação. A despeito da má fama que carrega a expressão, somos revisionistas por natureza. Um só documento pode dar origem a diferentes visões sobre o passado, as quais correspondem às performances daqueles que o analisam. Por essas e outras que, nas palavras de Jacques Le Goff (1990, p. 548), “o documento é monumento”: o seu valor não é um dado da natureza, é algo que lhe foi atribuído. O arquivo, portanto, é um lugar social no qual tudo é preservado por uma razão, através de operações verificáveis que incluem e excluem, que dizem e não dizem. Para Ann Laura Stoler (2002, p. 85), que observa tão bem a relevância desse lugar, só podemos repará-lo “refletindo criticamente a respeito da criação de documentos e como escolhemos usá-los, sobre os arquivos não como meios de recuperação do conhecimento, mas de produção do

conhecimento”.

Ampliando o argumento de Stoler, mas também assumindo o arquivo como artifício produtor, o historiador camaronês Achille Mbembe (2002, p. 19-20) constata que somente alguns poucos registros são realmente incorporados à lógica do arquivo. Os princípios de “arquivabilidade” são determinantes na monumentalização do documento, processo que corresponde às pretensões políticas da entidade responsável pela atribuição de mérito a uma fonte histórica - isto é, o Estado. Para Mbembe, portanto, o arquivo é resultado de escolhas e descartes deliberados por uma autoridade garantidora de privilégios a determinados registros. De todo modo, é justo observar que não seria possível reunir todos os registros em um único lugar, abdicando daqueles princípios em nome de um acervo total que tudo recorda e que nada esquece. Os tantos fragmentos que compõem a história de um país, de um evento histórico ou de uma comunidade sempre estarão sujeitos a seleções. O que intelectuais como Stoler e Mbembe colocam em questão, afinal, é que a monumentalização está intrinsecamente ligada a políticas de tempo que submetem o caos aparente a um projeto de poder - ou seja, a temporalidade da nação, “uma comunidade de tempo, o sentimento de acordo com o qual todos nós somos herdeiros de um período sobre o qual exercemos um direito coletivo de pertença: esse é o imaginário que o arquivo almeja disseminar” (MBEMBE, 2002, p. 21).

Nesse sentido, percebe-se que outra dinâmica central para o arquivo é o colonialismo. Voltando a Ann Laura Stoler (2002, p. 86), muito além do fato de que um documento histórico é resultado do contexto em que foi produzido, o que muitas vezes passa despercebido é que o arquivo, suas formas e sistemas de classificação são frutos da política colonial. Resgatando os escritos de Herbert Isaac Ernest Dhlomo, um dos fundadores da literatura sul-africana, Bhekizizwe Peterson (2002, p. 29) revela muito bem a natureza política do arquivo no contexto daquele país, onde o *apartheid* vigorou por quase cinco décadas. Muitas produções culturais que nasceram sob o regime de segregação racial foram surrupadas por agentes do Estado. Peças de teatro, partituras e obras literárias saíram de circulação na África do Sul e perderam-se durante a ditadura do Partido Nacional. Peterson (2002, p. 32) pergunta a si mesmo:

Como faremos sentido das tradições, novas direções, temas e da estética do teatro negro sem ter acesso às performances ou aos textos? Não importa se os acadêmicos constantemente conferem a Gibson Kenre o título de “pai” do teatro negro quando apenas uma de suas peças é editada hoje e o resto ainda está indisponível. Dukuza ka Macu, notavelmente um dos mais importantes e eloquentes dramaturgos dos anos 1970, segue não publicado e não é ensinado em departamentos de literatura e teatro, e sua “ausência” e a de muitos outros é atribuída à carência de manuscritos primários. Portanto, se os manuscritos não são impressos ou não estão em circulação e ao alcance dos pesquisadores, é como se esses trabalhos e seus autores simplesmente não tivessem

existido. O resultado é a perpetuação cíclica da negligência e da ignorância a respeito de muitas áreas da vida cultural na África do Sul.

Ao nordeste do Cabo da Boa Esperança, o funcionamento da administração holandesa na Índia colonial também carregava consigo a definição dos seus valores a partir dos arquivos. De acordo com Stoler (2002, p. 90),

trocas oficiais entre o Governador Geral e seus subordinados, entre o Governador Geral e o Ministro das Colônias, e entre o Ministro e o Rei eram guias para o pensamento administrativo. Organizados em formulários de fôlio, as páginas de título proviam longas listas de resoluções e dossiês cruzados, os quais eram genealogias abreviadas daquilo que constituía relevância, precedente e “razões de Estado”.

Exemplos como os abordados anteriormente, problematizando por quem os arquivos eram administrados, quais funções cumpriam e a quem eles serviam, tornam evidente a conexão entre a instituição e o colonialismo.

É claro que, a despeito da consistência de diagnósticos acerca do arquivo como um lugar de exclusão e de afirmação do poder institucional, muitas iniciativas não identificadas com a manutenção dessa autoridade foram capazes de encontrar sustento nos próprios arquivos. Se lacunas e *não ditos* são inerentes aos documentos, Farge (2017, p. 58) alerta que “utilizar o arquivo hoje é traduzir essa falta em questão, é antes de mais nada despojá-lo”. Entre tantos prazos e tarefas, a leitura crítica e distanciada da fonte - questionando, inclusive, os caminhos que a fizeram conquistar esse prestígio -, é mais uma tarefa primordial da pesquisa histórica. Se o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Arquivo Nacional foram criados em favor do Estado, da administração imperial ou de narrativas patrióticas, cabe àqueles que se aventuram nos acervos preservados por essas instituições “a missão de escovar a história a contrapelo”, como sugere Walter Benjamin (2016, p. 13) em sua sétima tese sobre o conceito de história, abdicando das tradições de barbárie que os documentos do passado transmitem ao tempo presente.

Além de um lugar físico e social, levando em consideração a emergência do digital, o arquivo também pode ser um lugar *imaterial*. De modo um tanto poético, Mbembe (2002, p. 22) enfatiza que “o arquivamento é um tipo de enterro - como prostrar algo em um caixão, se não para que possa descansar, então a fim de despachar elementos de uma vida que não pode ser pura e simplesmente destruída”. O funeral, de acordo com a alegoria do camaronês, são as técnicas e as garantias de preservação; o morto, por sua vez, é o que restou do passado; o caixão, o arquivo; e o coveiro é, enfim, o arquivista, aquele que entrega as fontes à memória através dos clássicos rituais. Metáforas como essa são especialmente apropriadas para a realidade material

dos documentos históricos, mas talvez não se adaptem tão bem às fontes digitais. Como e onde elas podem ser arquivadas? A quem será confiada essa responsabilidade?

Boa parte do meu desejo em encontrar respostas factíveis para essas interrogações surgiu do desencontro entre os textos-manuais que li nas disciplinas introdutórias, com os quais aprendi práticas que pouco me acompanharam em minha trajetória acadêmica, e os meus interesses de pesquisa e de atuação profissional. A historiadora britânica Carolyn Steedman (2001, p. X-XI) já dizia no prólogo do livro *Dust: the archive and cultural history* que

existem historiadores do mundo antigo (ou dos muitos mundos antigos), arqueólogos, aqueles que trabalham exclusivamente com fontes impressas, historiadores da arte e dos artefatos, historiadores orais e muitos outros que são forçados pela distância geográfica ou pela falta de recursos (institucionais ou pessoais) a se contentar com cópias microfilmadas de documentos; são pessoas que nunca pisaram num arquivo nacional ou departamental [...], nunca se engajaram em uma atividade tornada modular desde que a história acadêmica, profissional e científica foi inaugurada há um século e meio, o arquétipo que alimenta uma imagem persistente neste livro: a figura de alguém solenemente curvado sobre uma lista de nomes compilada há tempos com um propósito um tanto diferente da função do historiador, ele ou ela em uma perseguição determinada de algo que fora perdido.

Quando li o trecho acima pela primeira vez, percebi que eu definitivamente não era o único a assinar o diploma sem ter realizado uma pesquisa sequer em instituições arquivísticas. Todos os trabalhos que desenvolvi na graduação foram baseados em acervos que estavam disponíveis na internet, e a minha monografia de conclusão de curso resultou em uma análise de dados da caixa de comentários de um vídeo no *YouTube*. O mesmo vale para a presente pesquisa, cujos objetos são um repositório de documentos digitalizados e um portal *online*.

Este interlúdio, portanto, amarra as duas partes do trabalho em um conceito que foi impresso de maneira difusa na própria dissertação - isto é, a “reconstituição do arquivo histórico”, nas palavras do historiador britânico Jim Mussel (2013, p. 80), que define o fenômeno como uma variação do conceito de fonte histórica, “dos documentos aos dados”. A professora Nanna Bonde Thylstrup (2018, p. 5) observa o mesmo fenômeno à sua maneira: “algo está claramente mudando em meio à conversão de registros históricos escassos e bem delimitados em dados efêmeros e ubíquos”. Tais diagnósticos não impedem os seus autores de assumir que as tradições metodológicas da historiografia mantêm o seu prestígio, mesmo em razão de sua importância para um enorme número de pesquisadores que seguem trabalhando com fontes ainda não digitalizadas, ou mesmo para muitos intelectuais para quem persiste a relevância de determinadas normas ou convenções. Todavia, ao identificarem o processo de reinvenção do documento histórico em pleno curso, conferem destaque aos chamados “arquivos nascidos

digitais”. Não são registros aos quais as nossas instituições estão habituadas, resquírios materiais dos séculos passados que hoje são manuseados com luvas e máscaras de proteção nos arquivos públicos e acervos privados. Segundo Ian Milligan (2020, p. 263),

imagine escrever uma história sobre a presidência de Donald Trump, sobre a pandemia global de COVID-19 ou acerca dos ataques terroristas de 11 de setembro sem recorrer a *webs* arquivadas. Imagine abordar o tema da Guerra do Iraque sem considerar as publicações de soldados que estiveram no campo de batalha [...]. O mesmo ocorre com qualquer tema social e cultural, de celebridades como Michael Jackson a fenômenos políticos como a luta contra o aquecimento global.

Como desenvolver pesquisas sobre a história do nosso tempo, portanto, sem se basear nos registros digitais? Os *born digital archives* já conhecem práticas de preservação compartilhadas entre diferentes membros da comunidade acadêmica, como arquivistas, historiadores e cientistas da informação, e algumas delas serão apresentadas na última parte desta dissertação. No entanto, essas práticas ainda não foram devidamente incorporadas ao ofício histórico, ao menos nos limites das universidades brasileiras, a despeito de iniciativas pontuais - cursos, disciplinas e grupos de pesquisa dedicados ao tema -, um problema que precisa logo encontrar solução. Algo está mudando dos documentos aos dados, da carência à onipresença, da preservação cadenciada à efemeridade. Para Padilla e Owens (2020, p. 2. Grifos meus),

esta mudança é produto de um esforço de décadas de digitalização misturando-se a uma cultura contemporânea que inicia a sua vida no formato digital - basta pensar nos *e-mails*, documentos do *Word*, fotos capturadas com celulares, *websites*, *software*, códigos e dados de redes sociais.

O digital, porém, condição existencial para as fontes históricas contemporâneas, não é de todo uma novidade para a pesquisa em história. Como o encadeamento desta dissertação demonstra, a digitalização já era uma técnica bastante comum, muito utilizada na garantia de sobrevivência a registros que sofrem com uma deterioração acelerada, bem como de acesso amplo a investigadores de variados lugares do país, os quais são desobrigados do investimento em viagens até o local onde foi armazenado um acervo. A historiadora espanhola Matilde Eiroa (2018, p. 85. Grifos originais) defende que a relação entre a disciplina histórica e o digital possui duas dimensões diferentes, não necessariamente excludentes:

a *história na era digital*, na qual todos estamos imersos, e a *história nascida digital*, relativa às fontes nascidas digitais e aos usos das novas tecnologias ao longo de todo o processo de pesquisa, um âmbito pouco frequentado pelos historiadores.

A diferença fundamental entre as duas dimensões está no fato de que, ao falarmos em uma “história na era digital”, referimo-nos às diversas figurações da disciplina nesse contexto, com todas as lacunas que carrega. Acredito que a organização de um acervo digital como o *Brasil:*

Nunca Mais Digit@l, exemplo que escolhemos para ilustrar a primeira parte do trabalho, é uma forma de adaptar as práticas da história a tecnologias bem consolidadas no universo acadêmico. Por outro lado, a história que nasce digital diz respeito a tudo o que é produzido na internet, como publicações em redes sociais, trocas de informação entre entidades administrativas ou a comunicação de figuras representativas (os políticos usuários assíduos do *Twitter*, por exemplo). Trata-se, em suma, do conjunto de objetos que poderão ser estudados pelos historiadores num futuro não tão distante, presumindo, é claro, que a nossa disciplina ainda existirá e que ela seguirá operando do modo como conhecemos hoje - ou seja, dedicando-se, entre tantos temas, ao estudo do passado.

Partindo das categorias de Eiroa, vale destacar as marcas que diferenciam dois dos campos pioneiros no estudo da história digital (ou da historiografia digital), tão bem observadas por Anita Lucchesi em sua dissertação de mestrado. Nas suas palavras,

aqueles que com Ragazzini utilizam mais frequentemente o termo *storiografia*, enquanto também existe na língua italiana a palavra *storia* (que poderia ser usada nos dois sentidos), deixam mais explícito sua compreensão de que se referem a um processo de reflexão sobre a história e à própria narrativa da história – à operação histórica que efetivamente constrói, social e cientificamente, o conhecimento histórico. Paralelamente, nos Estados Unidos, aqueles que com Cohen e Rosenzweig se valem apenas de *history*, e não *historiography* (que também existe na língua inglesa expressando a crítica histórica, a operação de fazer/escrever história), sugerem ambigualmente (1) uma concepção mais plural do termo (tanto a história vivida, quanto o conhecimento produzido sobre ela); ao mesmo tempo que (2) podem estar se referindo apenas à dimensão do acontecimento histórico; ou ainda (3) aludindo à sua etapa representativa (como diz o subtítulo do “guia” do CHNM: “(...) *presenting the past on the web*”, indicando essa concepção de apresentação do passado na rede) (LUCCHESI, 2014, p. 127. Grifos da autora).

Nesse sentido, penso que poderíamos dizer que a “história na era digital” está tão próxima da *storiografia digitale* quanto a “história que nasce digital” está de *digital history* - o que não deve ser encarado como um axioma, diga-se de passagem. O importante é reconhecer que há maneiras distintas de compreender o impacto dos computadores e tecnologias em geral sobre a nossa disciplina, as quais geralmente correspondem ao lugar geopolítico e institucional desde onde o problema é concebido. Lucchesi, aliás, assim como Mussel e Thylstrup, também identifica uma transição do conceito de fonte histórica. Segundo a historiadora brasileira,

esta transição não se trata, simplesmente, de sair do analógico para o digital. Como revelou nosso estudo, a latência da discussão deve-se ao fato de ter ocorrido/estar ocorrendo uma mudança no tipo de material disponível para historiadores no mundo digital (LUCCHESI, 2014, p. 18).

O tipo de material disponível para a comunidade de historiadores é, hoje, essencialmente digital. As fontes históricas podem assumir diferentes formatos, incluindo um relato oral, um

objeto ou ferramenta, documentos textuais ou audiovisuais. Para o historiador francês Henry Rousso (1996, p. 86), elas são

todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não [...], e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica.

Como vínhamos refletindo, porém, é preciso incluir novos elementos ao conjunto de fontes históricas, e o próprio Rousso já pensava os arquivos “virtuais” como registros de apropriação legítima pela história. Uma pesquisa dedicada à história política do Brasil nas primeiras décadas do século XXI, por exemplo, não poderia deixar de lado uma análise estética, textual e discursiva dos perfis no *Twitter* das figuras públicas mais relevantes desse período, como os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), ex-presidentes e parlamentares, além das contas oficiais de partidos e instituições, entre tantas outras fontes. Do mesmo modo, um trabalho relacionado à disseminação de *fake news* durante as eleições presidenciais de 2018 não poderia esquecer dos canais no *YouTube*, das páginas no *Facebook* e do funcionamento do *WhatsApp* em uma rede de conspirações. Novos temas e questionamentos demandam novas técnicas de pesquisa.

Parte II

Arquivar o digital

I realize that you're all working on projects meant to somehow avert the catastrophe we are facing. But you must all concede that there is a very real possibility that you will not have enough time to find a solution.

I believe that we **cannot** afford to ignore an extinction or near-extinction scenario. We **must** prepare for the worst. That is to say, we must seek to preserve the non-biological components of what constitutes the human species, in the hope they be recovered in the future by other (local or non-local) sentients.

I know that we are not used to thinking on that scale - not in terms of praxis - but if we truly value humanity, then we must act immediately. You'll find the details of my proposal in the attachment, but the short version is this: the creation of multiple archives (for redundancy) in safe locations that will contain, in digital form, as much information about our species (including all cultural works, scientific insights, history, DNA) as can be gathered in the given timeframe. This will be massive, global undertaking, with EL naturally being one of the

Captura de tela do jogo The Talos Principle, desenvolvido pela Croteam e publicado pela Devolver Digital. No controle de um andróide, o jogador resolve uma série de enigmas elaborados por Elobim, o criador dos mundos explorados ao longo da história. Na imagem, o robô acessa um dos vários terminais em que foi preservada a totalidade do conhecimento humano - ou ao menos aquilo que restou após a catástrofe biológica que encerrou a vida na Terra.

O portal *Memórias da Ditadura* foi criado em uma ação do grupo Vlado Educação, do Instituto Vladimir Herzog, que acatou um pedido da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República¹⁵, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O órgão requisitava um projeto *online* de divulgação da história da ditadura civil-militar brasileira, compreendida entre 1964 e 1985, engajado em um público amplo e jovem. Diferentemente do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, o qual exploramos na primeira parte desta dissertação, o *Memórias da Ditadura* não é um acervo que coloca à disposição de pesquisadores acadêmicos as cópias de um grande fundo documental que foi conformado a um suporte digital. Trata-se de um portal que agrega dados, conteúdos audiovisuais e referências bibliográficas acerca do período ditatorial, comunicando aos seus usuários fatos relevantes a respeito da história recente do Brasil.

Arquitetado por uma equipe de jornalistas, educadores, profissionais da área da comunicação e especialistas nos temas investigados, responsável pela produção de conteúdos do portal, os seus principais objetivos são: a) tornar-se um espaço de referência virtual sobre a ditadura brasileira (1964-1985), oferecendo informações confiáveis numa linguagem dinâmica, além de estabelecer conexões com outras boas produções acerca do assunto; b) atrair o público jovem ao tema, já que se trata de um período pouco conhecido, embora seus reflexos sigam impactando os tempos atuais - como é o caso da persistente violação dos direitos humanos; c) renovar os conteúdos sobre a ditadura, convertendo-a em um problema intrigante, e abordar a política institucional, os movimentos sociais, os direitos humanos, o contexto internacional, a arte e a cultura de uma forma envolvente; d) otimizar o trabalho de professores da educação básica com o período, entendendo que, a despeito da grande circulação de informações sobre a ditadura civil-militar em meio a um contexto marcado por políticas de memória, como a Comissão Nacional da Verdade, o tópico ainda é um tanto negligenciado nas escolas¹⁶.

Em relação ao último propósito, o *Memórias da Ditadura* é ativamente caracterizado como um projeto pedagógico em sua página. Além da disseminação abrangente de uma verdade sobre

¹⁵ No dia 2 de outubro de 2015, o órgão foi unificado com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres na reforma ministerial promovida pela então presidente Dilma Rousseff (PT), dando origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Este, por sua vez, foi extinto no ano de 2016, já sob o governo provisório de Michel Temer (MDB), e recriado como Ministério dos Direitos Humanos. Na gestão de Jair Bolsonaro (sem partido), a pasta tornou-se o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, atualmente ocupado por Damarens Alves.

¹⁶ Todos esses objetivos são informados no próprio portal, na seção “Sobre o projeto”, disponível em: <<https://bit.ly/35yMXgQ>>. Acesso em: 27. out. 2020.

o regime, a educação de jovens brasileiros é o que há de mais significativo para as entidades envolvidas com o portal, habilitando-os a criar elos entre o período e a sua própria conjuntura política, social e cultural - isto é, colocando em perspectiva histórica os diversos desdobramentos da ditadura. Na cerimônia de lançamento do portal, ocorrida no dia 5 de dezembro de 2014, a psicóloga Ana Rosa Abreu, diretora do Vlado Educação - núcleo vinculado ao Instituto Vladimir Herzog -, destacou uma das principais intenções do projeto: “a ideia é que os alunos não só possam navegar, conhecer esse período, mas que eles também possam produzir coisas, para que eles tenham uma relação [de pesquisadores] com esse portal”. Outras falas, como a da então Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos Ideli Salvatti, ressaltaram o potencial do portal no que tange à divulgação de informações acerca da ditadura e o acesso por parte daqueles que buscam conhecer as problemáticas que orbitam o período¹⁷. Nesse sentido, o *site* disponibiliza o espaço “Apoio ao educador”, inteiramente dedicado a discussões sobre o ensino de história e ao uso do *Memórias da Ditadura* em salas de aula, bem como ao compartilhamento de propostas didáticas relativas ao tema.

Dias após a inauguração do portal, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi oficialmente publicado, colocando um ponto final nos quase três anos de vida do órgão, fundado no dia 18 de novembro de 2011 e extinto no dia 16 de dezembro de 2014. O *Memórias da Ditadura*, nesse sentido, foi projetado em meio a um contexto de intensos debates sobre o regime, não apenas estimulados pelas atividades da Comissão, como as tomadas públicas de depoimentos (de ex-agentes da repressão ou de sobreviventes), mas também por uma recente disputa eleitoral na qual o período foi bastante acionado. É o caso do segundo turno da eleição presidencial de 2010, disputado entre as candidaturas de Dilma Rousseff (PT) e a do opositor José Serra (PSDB). De acordo com Caroline Silveira Bauer (2019, p. 41-42),

a candidata Dilma Rousseff, com o seu passado relacionado à participação em organizações guerrilheiras nos anos 1960-1970, e de José Serra, que, durante o mesmo período, esteve exilado no Chile, enfrentaram-se em um segundo turno fazendo uso de suas experiências pessoais ao longo da ditadura como um capital simbólico muito positivo. Ambos haviam sido “resistentes” ao regime.

Embora a memória da ditadura fosse representada em sua dimensão tirânica, e os presidencialistas, por sua vez, se colocassem na figura da luta contra a repressão, um movimento reacionário em emergência injetava no debate público a sua própria leitura sobre o período. Boatos e notícias falsas sobre a trajetória de Dilma, que viria a ser a primeira mulher eleita

¹⁷ As gravações da inauguração, ocorrida no dia 5 de dezembro de 2014, estão disponíveis no canal do *YouTube* da TV Nacional do Brasil: <<http://bit.ly/3b5eWpl>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

presidente do Brasil, foram disseminados em redes sociais. Então ministra-chefe da Casa Civil, foi chamada de “terrorista” e acusada de se beneficiar da “bolsa ditadura” (em menção às indenizações recebidas por perseguidos políticos), um artifício político criado pelos setores que se opunham à sua candidatura (BAUER, 2019, p. 42). Em dezembro de 2016, o portal *Memórias da Ditadura* foi reformulado e passou a incorporar os dados produzidos pela Comissão Nacional da Verdade ao longo de suas investigações. Além disso, foi criado o núcleo de monitoramento e *advocacy* Monitora CNV, cuja atuação é voltada à execução das recomendações da Comissão inscritas em seu relatório final, como a reforma institucional dos órgãos de segurança, a reparação dos crimes cometidos por agentes de Estado não apenas durante a ditadura, mas também em tempos democráticos, e o combate à tortura, a promoção da memória, da verdade e da justiça como valores nacionais e, enfim, os direitos humanos como elemento norteador da educação brasileira.

Ao todo, são mais de mil publicações no *site*, com centenas de imagens e vídeos, uma linha do tempo da ditadura civil-militar e diferentes mapas marcando os lugares em que se manifestam as consequências culturais do regime, como nomes de ruas, viadutos, escolas e demais homenagens aos seus colaboradores, os locais que foram transformados em espaços de memória e, ainda, algumas histórias de personagens desse momento do passado recente relacionadas aos pontos do Brasil nos quais aconteceram. Em um mapa em preto e branco do território brasileiro são estampados pontos de cor amarela nos quais os usuários podem clicar, sendo redirecionados a uma outra página dedicada ao tópico com o qual interagiram e à sua devida localização geográfica. No caso dos resquícios da ditadura, por exemplo, o ícone sobre a Ponte Rio-Niterói leva o usuário a um pequeno texto sobre a Ponte Presidente Costa e Silva, nome com o qual foi batizada, e a dois *links* acerca do governo do ditador a quem foi prestada a homenagem e do movimento parlamentar que propôs a alteração do nome da estrutura que liga a capital carioca ao município de Niterói. Os mapas não são muito fartos - há, inclusive, um espaço destinado à livre participação dos visitantes e ao envio de depoimentos ou à indicação de lugares que ainda não foram classificados pelo projeto. Teria sido mais vantajosa a manutenção de uma única interface na qual estariam sobrepostos todos os elementos em questão - isto é, os pontos referentes aos resquícios da ditadura, aos seus marcos históricos e às “memórias da gente”¹⁸. O recurso utiliza uma adaptação do código de geolocalização brasileiro *JEO*,

¹⁸ A sugestão está baseada no projeto “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre”, idealizado por Anita Natividade Carneiro, que elaborou um mapa interativo da cidade no qual foram inscritos pontos ligados à história da ditadura

desenvolvido pela agência *Liquid Media Lab*, o mesmo *hub* responsável pela arquitetura do *site* do projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*. A tecnologia utilizada na programação do portal *Memórias da Ditadura* foi o código aberto *WordPress*. Todo o conteúdo está em domínio público, já que conta com uma licença *Creative Commons*.

civil-militar. Pontos sobre a repressão, a resistência e as memórias do período convivem no mesmo plano, resultando em uma dimensão ainda mais complexa acerca da vigência do regime na capital gaúcha. Disponível em: <<http://bit.ly/2Wk98nR>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

II.

Nesta segunda parte da dissertação, dedicada aos *arquivos nascidos digitais*, o portal *Memórias da Ditadura* será observado em detalhes, bem como serão abordadas as referências a respeito do tema com as quais entrei em contato durante a pesquisa. Como afirmamos há algumas páginas, uma das grandes diferenças entre o projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l* e o portal *Memórias da Ditadura* é o fato de que este não conta com documentos oficiais do período, como os processos militares oriundos do Superior Tribunal Militar, mas oferece produções audiovisuais, materiais pedagógicos, textos curtos e farta bibliografia acerca do regime. Quem acessa o *site* não se depara com um sistema como o *DocPro*, com inúmeros documentos que, existindo em suporte material, foram conformados ao digital através do escaneamento e do reconhecimento ótico de caracteres. Depara-se, na verdade, com *arquivos nascidos digitais*. Segundo Matthew Kirschenbaum (2013), “hoje, o conceito de ‘fonte primária’ não pode mais ser limitado aos objetos físicos. Textos eletrônicos, arquivos, *feeds* e transmissões de todos os gêneros também são, agora, fontes primárias (basta buscar no *Twitter hashtags* como *#Egypt* ou *#Obama*)”. Os exemplos utilizados pelo autor, professor da Universidade de Maryland, são próprios ao seu contexto de escrita (no momento da publicação do artigo citado, Barack Obama ainda era presidente dos Estados Unidos). Porém, o seu argumento ainda se sustenta em referências brasileiras. Bastaria procurar por *#DitaduraNuncaMais* ou *#Golpe1964* nessa mesma rede social a fim de entender que a nossa história também tem sido registrada em elementos digitais. Os estudos da ditadura civil-militar brasileira, por exemplo, já não estão circunscritos aos arquivos da época ou mesmo aos relatos orais.

Na primeira parte, lembramos de um projeto baseado em cartas cujo odor de vinagre permitiu aos investigadores o mapeamento da progressão da cólera numa cidade europeia do século XVIII. Mais uma vez, tomemos as cartas como ponto de partida. Para Thomas Padilla e Trevor Owens (2020), uma pesquisa fundamentada em cartas de tempos passados poderia afirmar certas teses a partir de dados concretos: se essas mesmas cartas fossem encontradas em meio aos documentos pessoais do destinatário, seria possível inferir que ele manteve algum diálogo com o remetente. Seria razoável confirmar, também, que o receptor da mensagem de fato captou-a. Uma carta em um envelope aberto é uma carta potencialmente lida. Quando lidamos com um registro digital, no entanto, o raciocínio deve ser outro. O acesso a correios eletrônicos não só é mais difícil, visto que está protegido em uma conta cujo *login* depende de um

nome de usuário e de uma senha, mas também são colocadas em xeque as inferências tão naturalmente empregadas em contextos analógicos. Como garantir, por exemplo, que os *e-mails* marcados como lidos foram efetivamente comunicados? E o que dizer daqueles que são automaticamente encaminhados ao *spam* e quase sempre esquecidos ou deletados para sempre?

Em primeiro lugar, há de se considerar o fato de que as fontes digitais são, em sua natureza, códigos legíveis em e por um computador. Para Joshua Sternfeld (2011, p. 565), “precisamos considerar métodos de avaliação da confiabilidade de documentos históricos que não estejam relacionados somente às informações que contêm, mas também às informações que os circundam”. No caso dos *e-mails*, para seguir no exemplo do parágrafo anterior, ainda que informações básicas sejam perfeitamente visíveis na tela do dispositivo por meio do qual é acessado, como a mensagem encaminhada ao destinatário, endereços e marcadores de tempo, vários outros dados só são revelados àqueles que examinarem os metadados. Kirschenbaum (2013) argumenta que

a preservação dos objetos digitais é logicamente inseparável do seu ato de criação - o intervalo entre a criação e a preservação colapsa de imediato, uma vez que o objeto digital só poderá ser preservado se for acessível, e cada acesso individual cria um novo objeto.

Do ponto de vista material, o documento digital diferencia-se do físico, do *analógico*, ao ser constituído por “uma projeção de operações codificadas [...], parte de um protocolo de decodificação digital pré-programado”, de acordo com Marino, Silveira e Nicodemo (2020, p. 94). Os metadados, por exemplo, que identificam e descrevem os dados de um dado, são elementos essenciais na preservação de fontes digitais. Conhecendo em detalhes o processo de criação de um registro, bem como o contexto no qual ele está inserido, pode-se classificá-lo de acordo com as métricas de relevância de um repositório, acervo ou projeto de pesquisa baseado em fontes digitais. Além disso, já armazenados em um arquivo, o acesso aos documentos e a sua visibilidade seriam consideravelmente otimizados com o uso apropriado de metadados - mais uma função vantajosa de acervos *online*.

Nesse seguimento, Andreas Fickers entende que, embora reconheça-se cada vez mais as fontes digitais como fontes históricas, a análise crítica e distanciada de registros audiovisuais por vezes é negligenciada pela historiografia. Em outras palavras, raramente leva-se em consideração “os cinco W’s fundamentais da crítica da fonte histórica”, como definiu o professor da Universidade de Luxemburgo: “quem [*who*] criou/produziu a fonte (autor)? Que [*what*] tipo de documento ela é (gênero e uso específico da linguagem)? Onde [*where*] foi fabricado e distribuído

(disseminação e audiência)? Quando [*when*] foi produzido (data e período)? Por que [*why*] foi produzido (intenção)?” (FICKERS, 2012, p. 6-7). Em uma análise dos cinco W’S de Fickers, Jacco van Ossenbruggen, Jasmijn van Gorp e Marijn Koolen defendem que, além de um distanciamento crítico em relação às qualidades internas da fonte, é igualmente necessária uma leitura dos elementos externos, aquilo que chamam de “crítica das ferramentas digitais”. Os autores lançam mão de suas próprias interrogações fundamentais, quais sejam: “quem criou a ferramenta? Que tipo de ferramenta era? Quando foi feita? Por que foi feita? Como ela funciona?” (OSSENBRUGGEN; GORP; KOOLEN, 2018, p. 6). Se concordarmos que as fontes digitais também são documentos históricos, é preciso assumir, portanto, que deve haver uma mudança na forma como a historiografia trata o arquivo.

Em sua acepção original, de acordo com Pedro Telles da Silveira (2016, p. 274-275. Grifos do autor), o arquivo “ainda é modelado a partir do documento escrito ou, senão isso, ao menos precisa ser convertido em *texto* para ser *lido* de modo a ser estudado pelo historiador”. No entanto, o que está em jogo é justamente a eclosão de novos formatos que ainda não fazem parte da gama de registros reconhecidos como históricos - e, portanto, ainda não são de todo legítimos aos olhos da pesquisa em história, uma realidade que aos poucos vem mudando positivamente. Os arquivos digitais não são, necessariamente, arquivos textuais. São artigos publicados em meio eletrônico, postagens em redes sociais ou códigos, mas também podem ser vídeos, jogos e imagens. Aliás, se, para Ian Kisil Marino, Pedro Telles da Silveira e Thiago Lima Nicodemo (2020, p. 93), “a designação ‘arquivo digital’ emergiu entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, referindo-se inicialmente a coleções armazenadas na internet”, hoje já incorpora os *born digital archives*, sobre os quais me dedico nesta parte da dissertação. Nas palavras de Pons (2018b, p. 31),

os documentos eletrônicos são voláteis, instáveis, frágeis e muitas vezes efêmeros. Dito de outro modo, como qualquer outra fonte digital deste tipo, não são como os antigos, singulares, únicos, mas avatares de algo em potencial, sem forma nem suporte, que é visto e lido de formas muito distintas, sujeito a desaparecer, em certos casos por conta de sua fugacidade, em outros por causa de sua dinâmica cambiante, sua variabilidade, sua contínua atualização. Sem esquecer que, em razão de sua própria natureza, não é algo que habitualmente chegue ao arquivo tradicional - e, por tanto, carecerá de credibilidade, de autenticidade -, já que possui uma arquivagem distinta, alheia aos parâmetros que determinam o que é uma fonte.

Nesse sentido, há a necessidade de estabelecer novos parâmetros para a preservação. O número de registros disponíveis na internet é inquantificável, e não é possível conviver com o desejo de armazená-los em um grande e interminável acervo sobre a vida humana no século XXI.

Um bom exemplo no universo dos arquivos digitais são as fotografias. Hoje, com a popularização dos *smartphones* e o engajamento cada vez maior dos usuários em redes sociais como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*, mídias profundamente imagéticas, as fotos proliferam em uma velocidade impressionante. Por conta da facilidade com a qual uma fotografia é replicada, argumentam Padilla e Owens (2020), já não é mais razoável rastrear a original, tantas vezes reproduzida em uma “constelação de diferentes versões da foto que podem ser estudadas a fim de entender uma ecologia pessoal das mídias digitais de um indivíduo ou de uma organização”. Se essas plataformas formam, na interação com os usuários, narrativas sobre si - isto é, fixando uma personalidade a partir dos conteúdos compartilhados com uma lista de amigos -, podemos observá-las como dispositivos de construção de uma imagem pessoal, uma espécie de “ego-arquivamento” ou “arquivamento do eu”. Nas palavras de Anaclet Pons (2018b, p. 30), as redes sociais

são um arquivo de primeira ordem que guia e produz nossas condutas e decisões, uma poderosíssima máquina narrativa que organiza nossas compras, afetos, contatos, felicitações etc. [...] Arquiva[m], ainda que não do modo tradicional, um volume inesperado de conteúdos cuja finalidade nos é alheia.

Uma *timeline*, composta pelos mais diferentes *posts* - das notícias compartilhadas de outras páginas a textos autorais -, é abastecida com conteúdos caros às visões de mundo de um usuário, o qual, talvez não de maneira consciente, acaba edificando gradualmente um acervo a respeito de si mesmo. As fotografias, à maneira de Jessica Bushey (2014, p. 11), são publicadas para um grupo de pessoas à medida que os acontecimentos aos quais estão conectadas desenrolam-se, formando “uma conversação contínua na qual possuem um valor de experiência”. As linhas do tempo não poderiam ter um nome mais apropriado. Já os *stories*, presentes no *Facebook*, no *Instagram* e no *Twitter* (como *fleets*), são produzidos e consumidos de forma instantânea - isto é, uma vez que o seu tempo de vida não costuma extrapolar as vinte e quatro horas de um dia, só são vistos por quem houver aberto o aplicativo antes de sumirem. Não parecem capazes, nesse sentido, de alimentar um acervo de memórias pessoais como as postagens permanentes. São tão momentâneos quanto os eventos que registraram. Entretanto, algumas redes sociais têm investido na possibilidade de arquivar as *histórias*, garantindo-lhes certa sobrevida e os inserindo em uma narrativa de vida contada pela e na plataforma. O *Facebook* e o *Instagram*, por exemplo, recordam diariamente os seus usuários de momentos compartilhados nos *feeds* em um passado não tão distante. Milligan (2020, p. 263), aliás, dizia que

agora podemos recordar melhor, mas em uma escala que transformará decisivamente o modo como trabalham os historiadores. Tradicionalmente, os documentos

privilegiavam aqueles que, devido às suas posições de privilégio e influência, puderam inscrever-se no registro histórico, assim como aqueles que se encontravam ali por motivos de descrédito. A *web* muda tudo isso.

Se a velocidade com a qual as informações propagam-se na internet implica uma outra rapidez, com a qual são logo esquecidas, é oferecida aos usuários a chance de ordenar as memórias publicadas na rede em uma associação bilateral com a instantaneidade: ainda que a temporalidade do *feed* seja marcada pela atualização, os atos de preservar e rememorar seguem articulando a nossa relação com o próprio passado.

Se mesmo as plataformas oferecem aos usuários a oportunidade de preservar a sua trajetória nas redes, de imagens a textos postados em seus perfis, ainda têm sido discutidas, sob diferentes aspectos, formas de arquivamento intenso de conteúdos publicados nas mídias sociais. Uma das iniciativas é o *Projeto 7c0*, que foi criado em 2018 com o propósito de “garantir que as postagens deletadas por atores políticos, em ambientes públicos, possam ser recuperadas” - assim definido em seu *site*¹⁹. Baseado na linguagem de programação *Python*, o projeto recupera os conteúdos excluídos a partir de um banco de dados *MySQL* detalhado que reúne informações a respeito de deputados federais e senadores eleitos, de ministros e servidores do governo federal, de figuras ligadas ao Poder Judiciário, como juízes, promotores e procuradores, e do Presidente e Vice-presidente da República. Foram incluídos, ainda, as contas de João Doria e Wilson Witzel, governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente. Ao todo, o banco conta com dados de 632 pessoas - ou seja, 632 perfis no *Twitter*. Recentemente, em razão das eleições municipais de 2020, esteve em processo o cadastro das redes sociais de candidatos à prefeitura nas capitais brasileiras²⁰. O valor do projeto é muito grande num contexto em que os nossos representantes comunicam-se ativamente através de suas redes, especialmente o *Twitter*. Muitas publicações são deletadas e dificilmente nos damos conta de seu desaparecimento. Graças ao *7c0*, porém, não só podemos ter a garantia de que sempre saberemos quando *tweets* foram apagados, mas também a expectativa de que futuras pesquisas sobre o nosso tempo disporão dessas informações.

A digitalização de livros e a sua comercialização em formato eletrônico (ou a disponibilização gratuita de obras em domínio público) também vêm sendo discutidas através dos mesmos parâmetros - isto é, de uma historiografia engajada no digital. Para o historiador

¹⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/3mvOwmm>>. Acesso em: 27 out. 2020.

²⁰ Tais dados podem ser encontrados no *GitHub* do projeto, disponível em: <<https://bit.ly/3mnMXH6>>. Acesso em: 27 out. 2020.

francês Roger Chartier (2002, p. 113; 2018, p. 121), uma das vozes mais ativas desse debate, há uma revolução em curso em todos os sentidos da leitura: transformaram-se a técnica de reprodução de textos, a materialidade do suporte e a nossa relação com o escrito. Entre as encadernações e os *e-readers*, um pequeno dispositivo que executa arquivos *.epub*, *.pdf* e outros formatos comuns aos livros digitais, existe uma mudança substancial no que se refere à experiência e ao modo de ler um texto. A tela, de acordo com Chartier (2018, p. 121), não é uma página - não, ao menos, no sentido atribuído ao manuscrito impresso. Sabe-se, todavia, que as fabricantes de *e-readers* há muito investem na mimetização de elementos ligados à cultura escrita, da simples passagem das páginas às texturas do equipamento e da própria tela, semelhantes à consistência do papel. Todo *e-reader* ainda permite ao seu usuário que ele conheça o número de páginas lidas e a quantidade restante até o término da leitura, algarismos que variam de acordo com as configurações do sistema, como o tamanho da fonte, por exemplo. Nesse sentido, diga-se de passagem, “cada um pode ver o mesmo conteúdo de um modo distinto, relativo à tela utilizada, o navegador escolhido ou o tipo de letra, podendo copiá-lo, guardá-lo, inseri-lo em outro lugar, traduzi-lo etc.” (PONS, 2013, p. 245). No contexto desse dispositivo, tal qual o são em um códex, as páginas seguem sendo faces definidas por uma coluna de texto - as quais são contabilizadas com o objetivo de informar à pessoa que lê o seu progresso de leitura. Mesmo *mediado* pela tela, o conteúdo permanece o mesmo e é comunicado de uma forma similar - a despeito de suas funções tecnológicas e de sua maleabilidade. Nas palavras de Romein et al. (2020, p. 9),

a principal diferença, no entanto, é que, livre das restrições de uma publicação impressa, a versão digital é capaz de criar conexões pesquisáveis e *linkáveis* entre os recursos textuais, incluindo uma variedade de visualizações estáticas e interativas, além de ser complementada com um aparato crítico virtualmente ilimitado e comentários.

O livro digital, pois, descola-se das limitações materiais sem recusar certas características que já estavam presentes no formato analógico.

Embora múltiplas revoluções tenham transformado os elementos tradicionalmente associados à chamada “cultura escrita”, características que lhe eram comuns seguem dando forma à nossa relação com a leitura. Se pensássemos, por exemplo, a partir do estudo de um texto em formato *.pdf*, poderíamos chegar à conclusão de que, nas palavras de Pons (2013, p. 238), “este novo tipo de leitor acaba recordando em algo o da Antiguidade, com a particularidade de que o novo rolo desdobra-se verticalmente em uma tela”. Esse arquivo *.pdf* poderia ser um artigo publicado em um dossiê temático, por exemplo, baixado diretamente do *site* de um

periódico de livre acesso. No Brasil, a vasta maioria das revistas científicas na área de ciências humanas já publica os seus volumes na internet, mesmo aquelas que ainda investem na impressão dos exemplares, o que garante uma dinâmica construtiva à circulação da ciência no país. Basta procurar por uma edição no *site* de um periódico e realizar o *download* do texto desejado. Voltando às palavras de Anaclet Pons (2013, p. 260-261), a possibilidade de consumir conhecimento de maneira “entrecortada” - isto é, pode-se ler um artigo sem acompanhar, na íntegra, o dossiê no qual está inserido - coloca em xeque o sentido da própria publicação contínua de volumes em que é agrupado um conjunto de trabalhos dedicados a uma mesma temática. A lógica é diferente, mas isso nem sempre se reflete no funcionamento dos periódicos.

O *hypertext*, ou “hipertexto”, é uma nova tendência para a leitura (já bastante consolidada) mediada pelo digital. Superando os limites físicos do livro, a experiência do leitor não é restrita a uma ordem - isto é, não é necessário que inicie um texto na primeira página e que o finalize na última folha, embora existam livros físicos que, a despeito de suas definições materiais, já exploram uma desordem narrativa que é inscrita, também, no modo como o livro foi condensado. Migrando de um *link* a outro, a compreensão de um texto flui em direções diversas. As fontes do leitor variam tanto quanto os conteúdos que acessa, ainda que todos possam estar ligados a um mesmo tema. Praticamente toda notícia publicada em *sites* de grandes veículos de comunicação, por exemplo, conta com trechos em destaque que, ao serem clicados, conduzem aquele que lê a um outro texto publicado no mesmo portal. Os *hyperlinks* também são largamente utilizados em artigos da *Wikipédia*, os quais, ao mencionarem outras publicações da enciclopédia *online*, permitem ao usuário uma navegação profunda nos variados temas abordados em um texto. De acordo com Cheryl Mason Bolick (2006, p. 125), “os leitores não estão mais limitados à leitura linear, página por página. Na prática, podem, agora, decidir por si mesmos o que será lido e como será lido”. Vive, aí, uma mudança substancial em relação aos primórdios da produção bibliográfica: se, antes, eram reservados aos leitores tão-somente o papel da leitura propriamente dita e intervenções eventuais, como anotações nas margens da página ou nas folhas em branco, o leitor contemporâneo tem até a oportunidade de suplantar o autor e condicionar a sua obra a um novo sentido (PONS, 2013, p. 273).

Não exatamente baseada em hiperligações, a obra *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web*, de Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig (2005), é um bom exemplo de publicação inteiramente eletrônica - e não é mera coincidência o fato de ser uma das

grandes referências sobre a temática das humanidades digitais²¹. Aqueles que desejam adquirir uma cópia impressa do livro podem fazê-lo sem problemas, mas o trunfo da iniciativa é ter sido disponibilizado na íntegra em um *site* criado por uma equipe do *Center for History and New Media* - hoje, em homenagem a um de seus fundadores, *Roy Rosenzweig Center for History and New Media*. Cada capítulo ou subcapítulo da obra é uma *URL* diferente, e o acesso aos *links* indicados nas notas de rodapé é muito mais prático do que no contexto analógico, uma vez que basta clicar sobre o *hyperlink* em destaque, os quais ainda são listados na sua ordem de aparição em uma categoria exclusiva do portal. Lançado em 2005, o *site* segue ativo, sem alterações substanciais em sua forma, e é utilizado até hoje em pesquisas engajadas nas *digital humanities* - como é o caso do presente projeto.

Chartier (2018, p. 123) ainda observa três adversidades (assim consideradas por ele) que são próprias ao digital: um desafio para o campo da linguística, um desafio para as bibliotecas e um desafio pedagógico. Reforçando um argumento que já havia manifestado na obra *Os desafios da escrita*, na qual dizia que o inglês promove a “destruição mutiladora das diversidades” (CHARTIER, 2000, p. 16), o historiador afirma que a hegemonia desse idioma, o qual se manifesta não só no âmbito da informática e das comunicações mediadas pela computação, mas que também impera sobre as publicações científicas a respeito dessas temáticas, resulta em uma anulação da diversidade que nos compõe. Todavia, o que não parece ter sido levado em consideração por Chartier é o fato de que a existência de um vocabulário em comum possibilita um diálogo mais sofisticado, habilitando pesquisadores de todo o mundo, por exemplo, a manter amplo contato entre si, independentemente de barreiras linguísticas. É claro que a dominação de uma língua sobre outras merece a devida atenção - e a destacada posição ocupada pelo inglês não é gratuita, já que uma série de fatores geopolíticos atravessam ativamente a nossa relação com o consumo de informações e com a sua transmissão. No entanto, o conhecimento de um dicionário que se alastrou de maneira universal é essencial para o entrosamento das ciências, bem como para a circulação de intelectuais e de suas ideias ao redor do planeta. Eu não conseguiria escrever este texto sem ter acesso aos vários livros e artigos (majoritariamente publicados em periódicos de língua inglesa) que têm debatido as humanidades digitais. Escritos em inglês, são acompanhados por uma diversidade muito maior de pessoas do que se fossem redigidos em português, por exemplo. Compartilhando globalmente um mesmo código idiomático (ou variações de um determinado idioma), as diversidades tendem a *aflorescer*, não a sucumbir ante certa

²¹ Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYFztM>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

hegemonia.

Outra preocupação de Roger Chartier é o possível fechamento de bibliotecas²² ou livrarias em meio a uma conjuntura aparentemente desfavorável às obras físicas. Para o historiador francês, a conservação exclusiva dos textos em formato eletrônico (o que, veremos, não acontece de fato) resultaria na descaracterização do que chama de “cultura textual”, intimamente identificada com os livros (CHARTIER, 2018, p. 123). Destituídas de sua função original - isto é, a classificação, o armazenamento e a preservação das publicações sob sua custódia -, as bibliotecas (e, conseqüentemente, os profissionais que trabalham nesses espaços) enfrentariam uma crise existencial: se o suporte digital tomar conta do mercado livreiro, por que seguiriam existindo? De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Instituto Pró-Livro no ano de 2016²³, o público leitor no Brasil sofreu um pequeno salto entre 2011 e 2015, chegando a 56% da população, e a média anual de livros consumidos por habitante no país alcançou a marca de 4,96. No entanto, como demonstra o jornalista Eduardo Sombini (2019) em um artigo publicado pela Folha de São Paulo, muitas nuances atravessam esses dados: da média de 4,96 leituras por ano, somente 2,43 são finalizadas. O número relativo às obras lidas sem obrigações (fora do contexto de um processo seletivo, por exemplo) é ainda menor (1,26). Do total de leitores brasileiros, cuja maioria é formada por jovens de 11 a 13 anos (84%), pouco menos da metade (42%) dedica-se preferencialmente à Bíblia, dado em sintonia com o crescimento do neopentecostalismo no país. Para além de uma atualização temporal, essas informações ainda sofreriam outras mudanças caso sejam contrastadas com números a respeito do mercado do livro digital no Brasil. Para Mariana Mesquita (2018), em um texto publicado na Folha de Pernambuco no qual faz referência a uma investigação realizada em 2016 pela norte-americana *Pew Research Center*, “os leitores de *e-books* tendem a consumir mais obras do que aqueles que limitam sua leitura aos livros de papel: uma média de 24 títulos por ano, contra 15 consumidos pelos leitores do formato mais tradicional”. Entretanto, os baixos preços das publicações, muitas vezes oferecidas gratuitamente em planos de assinatura com empresas de *e-commerce*, bem como a praticidade e a comodidade da leitura mediada pelo *e-reader*, ainda não são traduzidos em uma hegemonia do digital. Mesquita (2018)

²² Não entrei a fundo no tema das bibliotecas por entender que a questão relativa às livrarias e ao consumo de livros digitais já encaminhava suficientemente o meu argumento. Ainda assim, recomendo a leitura de Liliana Giusti Serra, para quem é necessário tornar as bibliotecas ambientes menos burocráticos e restritivos - isto é, é preciso libertá-las da imagem de um lugar baseado em ordens, exigências e proibições. “Por que não tornar o espaço da biblioteca, além de um local de estudo e pesquisa, um ambiente de lazer e conforto, onde não seja proibido utilizar celulares, conversar, ingerir alimentos e bebidas, em áreas específicas e que não prejudiquem a preservação do acervo e o conforto de outros usuários?” (SERRA, 2014, p. 26-31).

²³ Uma nova investigação deve ser publicada em 2020, mas ainda não há nenhum registro no *site* da entidade.

aponta que apenas 1,9% das vendas no país corresponde, atualmente, aos livros digitais. Outro fato curioso é que, na contramão do que dizia Chartier, companhias como a *Amazon*, uma das líderes na venda de produtos *online*, têm aberto lojas físicas nos Estados Unidos (para o comércio de livros, inclusive). Mesmo parciais, os dados revelam que não são os benefícios indiscutíveis do livro digital que colocarão um ponto final na produção e no consumo de obras físicas. Há quem siga preferindo preencher as estantes com as suas leituras. Ademais, mesmo que os *e-books* de fato tomem conta do mercado em um futuro próximo, não encontro razões para desalentos como o de Chartier, um intelectual tão preocupado com a permanência de uma “cultura textual”. A julgar pelos números apresentados, os livros digitais só incentivam o crescimento do público leitor - tanto em termos práticos quanto do ponto de vista econômico.

Em meio à emergência dos livros digitais e ao uso de *e-mails* e mídias sociais, cada vez mais vistos, também, como objetos de pesquisa, a disciplina histórica e toda a comunidade de historiadores têm sido transformadas pela introdução do digital na sua rotina. Essa é uma frase, diga-se de passagem, que poderia ser seguida de dezenas de referências entre parênteses, tamanha é a sua recorrência em textos acadêmicos, de livros a artigos, passando por comentários descompromissados postados nas redes. Uma dessas mudanças diz respeito ao contato dos historiadores com as fontes históricas. A decomposição de documentos, resultado da ação do tempo e mesmo da agência humana, é um dos vários fatores com os quais um pesquisador deverá lidar ao longo de sua investigação. Trabalhar com temas do mundo antigo e medieval, por exemplo, é reconhecidamente uma tarefa difícil por conta dos obstáculos que minam o acesso às fontes de períodos tão distantes, continuamente atravessados por uma *escassez* de registros históricos. Com o advento da internet, todavia, a *abundância* de conteúdos à disposição de pesquisadores passou a energizar o seu trabalho, alimentando inúmeros caminhos que dificilmente seriam seguidos em contextos puramente analógicos (ROSENZWEIG, 2011, p. 7). Já não dependemos do deslocamento geográfico, do gasto com passagens aéreas e hospedagens ou de bolsas de estudos no exterior - ainda que, por óbvio, o financiamento de pesquisas continue sendo uma política pública de suma importância e que as viagens a trabalho permaneçam uma realidade. Nos termos de Anita Lucchesi (2014, p. 48),

alguém que, por exemplo, analise documentos disponíveis em versões digitais, pode, sem problemas, “transportá-los” nos seus dispositivos móveis para qualquer lugar. Além disso, é possível ler, sublinhar, anotar e ainda compartilhar isso, se comunicar com outras pessoas, ler e-mails etc. a partir de qualquer cômodo da casa, na rua, no trânsito, vai depender da concentração, disposição e estilo de cada um. Sem dúvidas, essas são mudanças qualitativas no dia a dia de trabalho de uma pessoa que, antes,

ficava restrita, no mais das vezes, ao trabalho solitário em arquivos, bibliotecas ou escritórios pessoais.

Entre tantas mudanças, resguardados os seus diferentes impactos, é possível afirmar que, graças à internet, hoje é mais prático trabalhar com pesquisas acadêmicas.

No entanto, tal fartura também é acompanhada por outra tendência da chamada “era digital”: o desaparecimento de informações transferidas para a rede. A escassez e a abundância, dois conceitos criados e muito bem trabalhados por Roy Rosenzweig (2003; 2011), são como duas faces de uma mesma moeda: embora a internet seja palco de uma produção ininterrupta de novos conteúdos, perde-se, na mesma velocidade, uma parcela razoável desses dados. Nos limites da história, vive-se um sentimento de melancolia: ante a tudo o que está disponível - esse “arquivo infinito”, como diria Jairo Antonio Melo Flórez (2011) -, tememos retornar fracassados a um novo cenário de escassez. Para Renée M. Sentilles (2005, p. 143), “emergimos de uma cultura de escassez que nos programou a não descartar nada”. Há quem queira preservar absolutamente tudo que é postado sobre o nosso tempo e garantir aos nossos futuros pares que seja possível conhecê-lo na íntegra, vencendo o risco de tornar a pesquisa sobre o nosso presente uma tarefa tão complicada quanto o estudo da antiguidade ou do medievo. À maneira de Pereira e Araujo (2019, p. 69), “o clima predominante é de desespero, em seu sentido literal, a perda catastrófica da esperança, a dificuldade de acreditar que, nos tempos de total disponibilidade, algo possa simplesmente desaparecer”. Não é necessário grande esforço, porém, para chegarmos à conclusão de que não há a menor chance de registrar todo rastro humano na internet. Não poderemos preservar cada *e-mail*, cada publicação em redes sociais, cada comentário, cada *like*, cada imagem, vídeo ou áudio enviado em chats privados no *WhatsApp*. No entanto, na medida em que são todas marcas da nossa contemporaneidade, parecem significar algo sobre nós mesmos e sobre o nosso tempo - e talvez venham a ser importantes, em menor ou maior grau, para os futuros pesquisadores em história. Luke Tredinnick (2013, p. 42) aponta para o fato de que “estamos cercados de registros históricos, não os arquivos empoeirados do passado, mas uma história viva criada em nossas interações online cotidianas”. Mesmo que reconheçamos a importância dessa “história viva”, somos obrigados a conviver com o seu irreparável desaparecimento, uma perda que não só é causa de ansiedade, como se testemunhássemos a própria história desfazendo-se em cinzas - ou em dados corrompidos -, mas que também nos coloca em um impasse sem solução.

Não que a ansiedade seja uma exclusividade da pesquisa em arquivos digitais. Em uma

alegoria sarcástica da filosofia derridiana, Carolyn Steedman (2001, p. 18) recorda o “mal de arquivo” pelo qual todo investigador é acometido em suas visitas finais ao acervo, momento em que se depara com uma angustiante realidade: “você sabe que não irá terminar, que alguma informação não lida, não anotada ou não transcrita será deixada para trás”. Independentemente dos suportes em que se manifesta esse sentimento, resta a pergunta: devemos reunir esforços a fim de preservar, com uma probabilidade nula de sucesso, toda a internet? Se alguém está mesmo disposto a preservar décadas de vida digital, que inicie logo os trabalhos. Segundo Kee, Roberts e Turkel (2013, p. 62-63), “os métodos tradicionais de pesquisa são claramente inadequados para lidar com um arquivo instantaneamente acessível, cujos dados são legíveis através do computador, em crescimento exponencial e em constante registro”. Em outras palavras, embora o arquivamento total não seja tão promissor, há consensos sendo formados a respeito das práticas tradicionais de preservação, que já não parecem o meio mais adequado diante do digital. É preciso reinventar as nossas competências e habilidades.

Pensemos a partir da escrita de textos acadêmicos. Por que as tradicionais revisões bibliográficas, uma espécie de apanhado de todas as produções com as quais um autor deparou-se ao longo de sua pesquisa, antes restritas à consulta em bibliotecas, nas estantes de professores universitários ou mesmo em instituições arquivísticas, ainda carregam esse sentido? Já não são efetivamente revisões, pois não é viável incorporar a um trabalho tudo o que foi e ainda é produzido sobre um determinado assunto, tarefa que parecia realizável há algumas décadas, tendo em vista o acesso limitado aos livros, periódicos e revistas científicas. Hoje em dia, alguns poucos cliques exibem uma enormidade de produções acerca de uma temática, e é pouco provável que consigamos acompanhá-las na íntegra. No caso dos arquivos, também seria impraticável a reunião de todos os registros existentes sobre uma pessoa ou um período presentes na internet, visto que o número de resultados de uma busca rápida no *Google*, por exemplo, está em constante atualização - nem sempre em crescimento exponencial, como alerta Renée M. Sentilles (2005, p. 138), que observou uma inconstância no número de *sites* sobre a artista norte-americana Adah Isaacs Menken, sujeito de sua pesquisa. Na primeira busca pelo nome de Menken feita no *Google*, a historiadora deparou-se com centenas de informações - nem sempre verdadeiras, diga-se de passagem. Convicta da necessidade de incorporá-los à biografia que escrevia sobre a artista, catalogou cada um dos resultados em uma planilha. Sentilles era apresentada a novos dados sempre que buscava pelo nome da personagem, o que dificultava a própria finalização da pesquisa, já que eles nunca paravam de surgir. A despeito de todo o

esforço, dos milhares de endereços que ela havia catalogado durante as primeiras procuras, algumas centenas simplesmente não estavam mais disponíveis para acesso depois de um ano inteiro de organização. Como, portanto, poderia referenciá-los em seu trabalho? Como provaria a existência dos conteúdos aos seus leitores?

Se, de acordo com o pesquisador dinamarquês das novas mídias Niels Brügger (2018, p. 11), “a crescente digitalização de coleções documentais não digitais e de outras fontes, combinada à rápida difusão da *web* em meados dos anos 1990, ofereceu aos historiadores novas formas de acessar, procurar e analisar registros materiais”, como poderíamos também, afóra as competências citadas pelo autor, *preservar* os arquivos nascidos no ambiente digital? Nas palavras de Lise Jaillant (2019, p. 287),

registros nascidos digitais são extremamente frágeis. Esqueça velhas cartas por décadas e ainda restam boas chances de que sigam existindo e de que sejam lidas pelas novas gerações. No entanto, o mesmo não vale para correios eletrônicos: provedores podem ter sido fechados, acarretando no apagamento de milhões de *e-mails*; arquivos baixados em computadores pessoais podem ter se tornado ilegíveis com o passar do tempo; o armazenamento externo pode tornar-se obsoleto.

A título de exemplo, quais recursos seriam capazes de solucionar os contratempos com os quais a pesquisadora Renée M. Sentilles se deparou nas buscas pelo nome de Adah Isaacs Menken? Afirmamos anteriormente que as etapas de um método tradicional de preservação já não são compatíveis com a velocidade do digital. O arquivamento de toda a internet é igualmente improvável. Nesse sentido, à maneira de Dilton Cândido Maynard (2016, p. 108. Grifos nossos), “a questão mais preocupante não é como navegar nesta maré de dados, mas como se dará a *preservação daquilo que suporta tais documentos*, que os exhibe, que os faz visíveis para o pesquisador?”. Propondo a conservação do suporte dos arquivos nascidos digitais, os quais estão sujeitos à atualização dos dispositivos (e, portanto, à obsolescência), Maynard (2016, p. 109) coloca em discussão o acesso às informações extraviadas em meio a tecnologias há muito ultrapassadas, como um velho disquete incompatível com os computadores modernos, que já não contam sequer com *drives* ou leitores de *CD* (o sucessor dos *floppy disks*). Há alguns projetos bem elaborados de preservação de dispositivos/suportes em diferentes lugares do mundo.

No ano de 2006, a *Emory University* organizou uma coletânea de arquivos pessoais do ensaísta de origem indiana Salman Rushdie. Em princípio, o acervo parece apenas mais uma iniciativa de preservação executada por uma instituição universitária, mas é bastante original em um aspecto que é caro ao nosso debate: além de cartas, escritos, fotografias, documentos pessoais e memorabilia, “imagens em disco foram criadas a partir dos laptops [de Rushdie],

permitindo aos pesquisadores, em uma versão emulada dos computadores, um estudo dos conteúdos e do próprio ambiente no qual o escritor trabalhava” (PADILLA; OWENS, 2020). Os computadores do escritor foram muito importantes em uma das fases mais difíceis de sua vida, quando foi jurado de morte pelo líder iraniano Ayatollah Ruhollah Khomeini após a publicação de uma ficção religiosa, seu quarto romance. “Durante a fátua, Rushdie passou a depender dos computadores e de tecnologias digitais que facilitavam a comunicação instantânea, especialmente o envio de *fax* e, mais tarde, de *e-mails*” (CARROLL et al., 2011, p. 63-64). A coleção é formada por um *desktop*, três *laptops*, alguns disquetes e um disco rígido, mas não é livremente acessada por todos os visitantes do arquivo principal da universidade, que navegam nos emuladores produzidos no programa *SheepShaver* - ainda que, é claro, peças como um *Macintosh Performa 5400/180*, lançado pela *Apple* em agosto de 1996, sejam devidamente preservadas e colocadas à mostra na exposição. De acordo com Carroll et al. (2011, p. 64), “a maioria dos arquivos digitais data do período entre 1992 e 2006, e consiste em notas e rascunhos de Rushdie, calendários, correspondências, arquivos pessoais e financeiros, *games*, fotos e páginas *web* das quais o escritor fez o *download*”. Baseada no impacto da tecnologia sobre o processo criativo, a ideia é “recriar a experiência de escrita de Rushdie e o ambiente original dos computadores”, como foi dito por Naomi Nelson, diretora do *Manuscript, Archives, and Rare Book Library*, em entrevista a jornalista Patricia Cohen (2010).

Uma iniciativa parecida foi realizada com o acervo digital de Susan Sontag. Os computadores da filósofa estadunidense (um *PowerBook 5300*, um *PowerMac G4* e um *iBook*) foram preservados por uma equipe da Universidade da Califórnia junto aos textos produzidos à mão e às diversas cartas assinadas por ela. Como no caso anterior, a fim de protegê-los de uma degradação ainda mais veloz, os dispositivos de Sontag só são acessados pelos visitantes da *UCLA Library Special Collections* através de uma emulação em um *notebook* adaptado - isto é, sem qualquer acesso à internet e preparado para um *reboot* completo toda vez que é desligado. Os milhares de *e-mails* e documentos em *Word* escritos pela filósofa, como listas de filmes, músicas e palavras, podem ser lidos através do mesmo ambiente ao qual ela estava acostumada. Jacquelyn Ardam e Jeremy Schmidt (2014) questionam a si mesmos sobre os limites dessa farta coleção, uma vez que, em um certo “voyeurismo”, nas palavras dos autores, diversas informações em torno da vida privada de Sontag se misturam entre os registros mais alinhados ao seu ofício. É curioso, no entanto, que a própria filósofa, quando ainda era viva, trocava mensagens com a coordenação desse projeto - *e-mails* esses que também podem ser encontrados no acervo. Lise

Jaillant (2019, p. 285), nesse sentido, entende que são três os principais entraves para a pesquisa em *e-mails*: eventuais problemas técnicos que surgem de sua manutenção, o *copyright* e, é claro, a exposição nem sempre desejada da vida privada. No contexto americano, inclusive, os arquivistas são obrigados a assinar um termo de consentimento concordando em não publicar informações sensíveis a respeito do sujeito pesquisado. O mesmo impasse foi colocado durante a catalogação dos arquivos pessoais de Salman Rushdie. A fim de proteger a sua privacidade e a de sua família, uma série de restrições foram definidas pela equipe responsável pelo projeto da *Emory University*, tais como a manutenção do sigilo de arquivos financeiros e jurídicos até o momento de sua morte. Além disso, a grande parte das correspondências do ensaísta foi censurada, e apenas uma pequena parcela desse material pode ser acessada pelos visitantes. A pedidos do próprio Rushdie, os arquivos digitais dispersos em seus computadores também não foram disponibilizados integralmente via internet: quem quiser conhecê-los deverá ir até a *Manuscript, Archives, and Rare Book Library*, onde as máquinas são preservadas. Arquivos deletados também não foram recuperados (CARROLL et al., 2011, p. 68).

Ambos os empreendimentos citados, entre os quais é comum a expressão *born-digital archives*, são tentativas bem-sucedidas de arquivar e preservar arquivos que não possuem correspondência material. Como diriam as pesquisadoras norte-americanas Babette Tischleder e Sarah Wasserman (2015, p. 83), “se o arquivamento corresponde às mídias existentes num dado momento (pedras, papiro, DNA, ossos, filmes, disquetes), então mudanças na estrutura desses meios implicam em transformações do registro histórico”. Levando em consideração, portanto, o fato de que os grupos envolvidos na organização desses acervos não apenas estavam ativamente preocupados com a emulação das interfaces com as quais Salman Rushdie e Susan Sontag estavam habituados, mas também incorporaram à própria ideia de arquivo pessoal as tecnologias utilizadas pelos escritores, o que se percebe é justamente uma ampliação daquilo que é considerado uma fonte histórica. Em sintonia com Padilla e Owens (2020), para quem os historiadores do futuro deverão “entender como diferentes pessoas organizavam as suas áreas de trabalho, ou como davam nome aos seus arquivos, e como as convenções a respeito dessas funções mudaram ao longo do tempo”, os dois casos reforçam a importância dessa reinvenção do conceito de arquivo histórico e, de certo modo, também justificam o empenho dedicado aos estudos em humanidades digitais.

Uma crítica possível aos acervos é o acesso restrito aos computadores e emuladores, uma vez que, não sendo disponibilizados via internet, só podem ser visitados presencialmente, o que

demanda um investimento de tempo e dinheiro no deslocamento até as instituições onde estão armazenados. Para Jaillant (2019, p. 290-291), são elementos indissociáveis do arquivamento de registros nascidos digitais uma escolha transparente daquilo que é preservado ou descartado, bem como a criação de ambientes *online* que garantam o acesso às coleções por parte de usuários verificados. Nesse sentido, o movimento em favor do *open access* (isto é, o acesso livre ou aberto) facilita a conclusão das descrições dos arquivos, tornando a descoberta de informações ainda mais eficiente (JAILLANT, 2019, p. 292).

Por fim, com o objetivo de apresentar um outro método de preservação de fontes nascidas digitais, exploraremos o tema do *web archiving* - ou arquivamento da *web* -, o tópico final da dissertação, a partir do portal *Memórias da Ditadura*, ao qual nos dedicamos anteriormente. No dia 15 de maio de 2016, apenas três dias após a deliberação conclusiva do Senado Federal acerca do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), momento em que foi levantada uma série de debates sobre o regime democrático, e mesmo em torno da ditadura civil-militar e de seu legado, o *site* do *Memórias da Ditadura* saiu do ar. O fato gerou uma intensa comoção nas redes sociais e despertou suspeitas sobre o governo pós-*impeachment*, como se houvesse a intenção de apagar os registros referentes à ditadura reunidos no acervo. Há algumas páginas, exploramos a influência da memória da ditadura brasileira em processos eleitorais, sendo o pleito presidencial de 2010 um caso paradigmático. O afastamento de Dilma, eleita naquela ocasião, outrora membro de uma organização de luta armada contra o regime, foi igualmente interpretado à luz do passado revolucionário da primeira mulher a presidir o país. As suspeitas, portanto, pareciam concretas. Diversas denúncias foram publicadas no *Facebook* e no *Twitter*, redes sociais bastante movimentadas²⁴. A principal preocupação estava relacionada ao apagamento dos arquivos reunidos pelo portal, expressão de um senso comum relativo à dita vulnerabilidade dos arquivos eletrônicos, decididamente alimentada pelo mencionado contexto de desequilíbrios político-partidários. Em nota oficial, o Instituto Vladimir Herzog esclareceu o caso: seus servidores haviam sobrecarregado devido ao elevado número de acessos ao *site* (MONTEAGUDO, 2016) - o que, por sua vez, poderia ser também um efeito do acionamento frequente daquele período no âmbito do debate público. Não existia, por óbvio, um complô do novo governo para ocultar o que já havia sido produzido pelo *Memórias da Ditadura*. Era tão-somente um problema *técnico*.

²⁴ O *Boatos.org*, responsável pela reunião de uma série de rumores que são propagados através da internet, reuniu algumas dessas manifestações: <<http://bit.ly/39XEFjv>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

O curioso episódio nos permite problematizar a estabilidade dos documentos digitais, ou a sua “verificabilidade” (LUCCHESI, 2014, p. 83). Atrelado a uma conjuntura antidemocrática, o temor da perda do “maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil” impõe certas interrogações ao processo de digitalização. Como garantir a existência e o acesso permanente aos acervos em rede - já que, *nascidos* digitais, não possuem correspondentes físicos? Há qualquer certificação sobre a sua constância ou estão sujeitos às intempéries de um universo não material e, portanto, à probabilidade do sumiço? Lucchesi (2014, p. 62) lembra que as páginas da internet “constituem uma nova categoria de fontes que não podem simplesmente ser colocadas numa gaveta, numa pasta ou numa estante”. É claro que nós poderíamos muito bem pressionar as teclas *Ctrl+P* no teclado e salvar um arquivo *.pdf* do *site*, mas abdicaríamos de todos os dinamismos de uma *webpage* - isto é, os hipertextos não seriam mais reconhecíveis e a navegação interna no *site* já não seria possível. Dessa forma, apesar dos problemas, poderíamos armazenar uma página em uma pasta e classificá-la como um documento físico (já que ela passou a ser um através da impressão, afinal). No caso de Lucchesi (2014, p. 62), sugere-se o uso do *Zotero*, um gerenciador de referências desenvolvido por uma equipe do *Roy Rosenzweig Center for History and New Media*. A historiadora utiliza como exemplo a preservação de *snapshots* do livro *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web*, publicado em um *site* hospedado pelo próprio centro de pesquisa que desenvolveu o *software* de gerenciamento de dados bibliográficos.

Um método como esse, no entanto, acarretaria diferentes problemas, de modo muito parecido com o que sugeriam Kevin Kee, Spencer Roberts e William Turkel (2013, p. 65) - isto é, que todo pesquisador que se depare com documentos ainda não digitalizados tem o dever de criar cópias desse material e torná-lo disponível para um público amplo através da internet. Lembremos de Valente (2017), para quem a digitalização deve assumir as qualidades de um projeto sofisticado e acurado. O mesmo vale para a preservação de fontes digitais. A formação de arquivos digitais precisa ir além do *crowdsourcing*, além de “uma coletânea informal digital, que acaba formando um arquivo”, como alertam Marino, Silveira e Nicodemo (2020, p 94-95).

Estabilidade e verificabilidade são temas que devem seguir rivalizando a nossa atenção nas próximas décadas. Claro, ambas jamais perderam o seu fôlego, mas tudo indica que a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, o qual nos impõe a necessidade do isolamento social²⁵ e empilha corpos ao redor do planeta desde o final de 2019, bem como os

²⁵ Eu mesmo, no momento em que escrevo esta nota, não saio de casa há quase quatro meses, e não há qualquer expectativa positiva de que poderemos voltar à convivência normal de maneira segura neste ano.

diferentes traumas provocados pela tragédia biológica, motivará diversas iniciativas de recuperação de memórias e experiências dos sobreviventes, contaminados ou não. Enquanto escrevo este parágrafo²⁶, os dados revelam que mais de noventa e quatro mil brasileiros perderam a vida após a infecção. São quase seiscentas e noventa mil mortes e dezoito milhões de casos confirmados em todo o mundo. Um desastre de tamanha dimensão certamente não passaria despercebido pelos historiadores e historiadoras, os quais, inclusive no Brasil, já deram início à elaboração de projetos de preservação da memória da pandemia.

Pioneiro, o alemão *Coronarchiv*, da Universidade de Hamburgo, é um *site* receptor de registros textuais ou audiovisuais de todos aqueles que desejam tornar públicas as suas experiências em meio à crise sanitária que abalou o planeta²⁷. Em perfis no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e até mesmo no *TikTok*, também é um projeto de divulgação dessas mesmas histórias. A ideia espalhou-se rapidamente pela comunidade acadêmica internacional. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, lançou a iniciativa em história oral “Documentando a experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul”, que tem reunido entrevistas, fotografias, diários, cartas, crônicas, desenhos, músicas e obras de arte. O objeto é “documentar e preservar registros sobre esse período para futuras análises de pesquisadores(as) e interessados/as em geral”²⁸. O que tantos projetos têm em comum é, além da temática e da intenção, o método empregado na coleta dos dados. As práticas de *crowdsourcing*, de acordo com Marino, Silveira e Nicodemo (2020, p. 96), “buscam preservar a autoria e a escala 1:1 dos documentos históricos, ao mesmo tempo que, devido ao alcance das mídias digitais, pretendem conservar grande quantidade de novos documentos”. Apesar da popularidade, os autores reparam que o *crowdsourcing* não só atrai pessoas predispostas a contribuir com seus relatos, mas também submete as iniciativas a uma dinâmica que por vezes ignora experiências minoritárias (MARINO, SILVEIRA, NICODEMO, 2020, p. 97-98). Baseados nessa crítica, anunciam ainda a produção de um outro serviço de coleta de registros a respeito da pandemia, este mais adequado ao trabalho de pesquisa em um futuro banco de dados mediado por algoritmos e, numa parceria com um grupo do Instituto de Computação da Unicamp, um tanto mais sofisticado em termos informáticos.

O desenvolvimento de acervos digitais com base em eventos traumáticos bastante

²⁶ Na manhã do dia 3 de agosto de 2020, uma segunda-feira.

²⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/33ms49e>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

²⁸ Assim é definido no *site* do projeto, disponível em: <<https://bit.ly/2Dv0NGC>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

recentes não é algo inédito. Em 2010, data de publicação do seu artigo, Lee Jarvis (2010, p. 74) identificava quase quarenta memoriais digitais a respeito dos atentados ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001. Todos esses projetos reúnem relatos em diferentes formas (de textos a desenhos), simulando as dinâmicas não lineares da memória na sua própria construção - nunca realmente concluída, já que não se sabe exatamente quando a última contribuição será enviada. Além disso, diferentemente de um memorial “concreto”, como o *National September 11 Memorial & Museum*, localizado no quarteirão onde as Torres Gêmeas sucumbiram, os acervos digitais estão sempre à disposição dos visitantes, a apenas alguns cliques de distância. E não são poucas as singularidades do que foi coletado. Preparada para acolher testemunhos dos mais variados, razão pela qual se vê diante da necessidade de barrar conteúdos irregulares ou impróprios, a iniciativa acaba viabilizando um movimento único entre o evento e o acesso à sua memória. Nas palavras de Jarvis (2010, p. 76),

se os eventos do 11 de setembro foram experienciados em relativa sincronia por todos aqueles que assistiram aos seus desdobramentos ao vivo na televisão, eles também foram, é claro, experienciados de maneiras diferentes. Ao exibir as reflexões de quem deseja rememorar a data coletivamente, pois, os *sites* proporcionam uma contaminação produtiva e potencialmente política do pessoal pelo público: reunindo relatos individuais em um projeto de memória mais amplo e em contínuo desenvolvimento.

A observação está em plena sintonia com o tamanho dos projetos a respeito da COVID-19 que surgem no passo da doença. Tantas milhões de mortes e infectados, números grandes o bastante para nos fazer perder a noção do impacto que a tragédia produz sobre o mundo, são imediatamente dotados de sentido com registros em diversas formas. As porcentagens ganham nomes, rostos, endereços.

Em meio a tantas iniciativas, o receio (ainda que um tanto hiperbólico) de que tudo pode ser perdido, de que a nuvem na qual armazenamos trabalhos, fotos e dados em geral pode subitamente precipitar e arruinar nossos arquivos pessoais, possui fundamento e foi até quantificado por pesquisadores dedicados às novas tecnologias. Daniel Gomes, Mário J. Silva e Miguel Costa (2017, p. 192) trabalham com as seguintes proporções: 80% das páginas já não estão mais disponíveis em sua forma original decorrido um ano do seu lançamento; 13% dos *links* indicados em referências bibliográficas de artigos acadêmicos desaparecem após 27 meses; 11% dos conteúdos em redes sociais, como as postagens realizadas no *Twitter*, são perdidos depois de um ano. De acordo com os autores, “é provável que toda esta informação suma em poucos anos, resultando em um intervalo razoável de tempo sobre o qual não haverá registros para as gerações futuras” (GOMES; SILVA; COSTA, 2017, p. 192). Como é possível evitar, ou

ao menos minguar, uma perda de dados tão significativa?

Assim definido por Moisés Rockembach (2018, p. 9. Grifos originais), o arquivamento da *web* (ou *web archiving*, como é conhecido mundialmente) é

um processo que compreende coletar, armazenar e disponibilizar a informação retrospectiva da *World Wide Web* para futuros pesquisadores. Este processo envolve iniciativas no mundo inteiro, algumas com abordagens globais, outras localizadas geograficamente, com foco em seus respectivos países, atributo identificado pelo domínio do endereço eletrônico ou a partir da verificação do produtor da informação e o contexto no qual se insere.

Isto é, arquivar a *web* é preservar os *sites* relacionados a um domínio e protegê-los do provável desaparecimento que acomete uma fração notável da internet. Eis uma saída concreta para os problemas expostos anteriormente, como a perda dos *sites* sobre Adah Isaacs Menken, no caso de Sentilles, ou o medo em relação às quedas do *Memórias da Ditadura*. Porém, não se trata de um método tão difundido entre as ciências humanas, que ainda não consolidaram formas comuns de pesquisa com objetos digitais. Para Kirschenbaum (2013), ao passo em que “a natureza vanguardista do digital cria obstáculos aos procedimentos tradicionais de apreciação, organização e descrição [...], os próprios elementos nascidos digitais sofrem com a obsolescência em ritmo acelerado”. O entendimento do digital em um sistema teórico-metodológico, pois, é constantemente desafiado pela sua própria desatualização.

O *Internet Archive* é pioneiro no arquivamento da *web*. Desde 1996, poucos anos após o surgimento da primeira *web page*, a fundação norte-americana tem coletado e preservado bilhões de páginas e endereços, além da disponibilização de livros em formato digital e outras mídias em domínio público. A *Wayback Machine*, o seu principal recurso, como o próprio nome insinua, transporta-nos de volta ao passado da internet. Munidos de uma *URL* ou de palavras-chave, é possível explorar as primeiras versões dos portais que conhecemos, descobrir as transformações pelas quais passaram ou a derrocada e a eclosão de tendências estéticas no que diz respeito às interfaces desses *sites*, entre muitas outras possibilidades de pesquisa. A partir da coleta de capturas do endereço <http://memoriasdaditadura.org.br> realizadas pela ferramenta, construímos uma tabela que demonstra as diversas modificações do portal *Memórias da Ditadura* em função do tempo - do ano de 2014, data da primeira captura (e do lançamento do portal), ao ano de 2019²⁹. Ainda não foi realizada nenhuma captura em 2020. O *layout* da página não passou por muitas mudanças. A contar de sua estreia, mudou apenas uma vez, em algum momento do mês de

²⁹ A tabela em questão, desenvolvida a partir de um modelo criado pelo *Arquivo.pt*, uma iniciativa de preservação da *web* portuguesa, está disponível em: <<https://bit.ly/3e3oPXe>>. Acesso em: 07 abr. 2020. Ela foi anexada ao final da dissertação (*Anexo II*).

dezembro de 2016, e segue com o mesmo visual desde então. Identificamos, pois, somente duas versões - isto é, duas interfaces diferentes.

A ferramenta utilizada, ainda que tenha possibilitado a reunião de tantos registros acerca do passado digital do portal, possui certas limitações. Uma delas é a escassez de capturas em determinados períodos. Há momentos em que alguns poucos *links* foram preservados, um problema que afeta especialmente os primeiros anos do *site*. O ano de 2015, por exemplo, contou com apenas oito capturas. Em 2018, por sua vez, foram quarenta *snapshots*. Essas lacunas estão relacionadas à maneira como a seleção e a coleta dos *sites* são executadas. No caso do serviço empreendido pelo *Internet Archive*, especialmente no que diz respeito ao endereço do *Memórias da Ditadura*, trata-se de um processo automático realizado sem qualquer compromisso periódico. O robô produz um *snapshot* da página inicial em datas aleatórias, o que resulta em hiatos e perdas substanciais de conteúdos em determinados tempos. A inconstância é marca de uma tarefa que, mesmo significativa e crucial, não dispõe de um empenho mais reservado.

Diferentemente de iniciativas como o *Arquivo.pt*, uma plataforma de preservação densa da *web* portuguesa, a proposta do *Internet Archive* é o arquivamento da *web* mundial - isto é, de uma gigantesca diversidade de domínios. A amplitude dos seus objetivos resulta em disparidades entre o número de registros relativos às regiões sob o radar dos robôs da *Wayback Machine*. De acordo com Rockembach (2019, p. 133. Grifos originais), “a quase totalidade de iniciativas de arquivamento da *web* encontra-se em países do hemisfério norte, o que naturalmente traz o enfoque na preservação de conteúdos *web* de países dessa região do globo”. Ou seja, enquanto não houver uma iniciativa que privilegie o domínio brasileiro, a nossa *web* seguirá sendo pouco preservada e estará sempre sujeita ao sumiço. O único país latino americano membro do *International Internet Preservation Consortium* (IIPC) é o Chile, que ingressou na organização em 2014. Não à toa, entre as coleções brasileiras à disposição no *Internet Archive*, encontra-se acervos “que têm relação com conteúdo produzido no Brasil, mas de forma muito dispersa, sem uma linha definida ou políticas de seleção e arquivamento estabelecidas” (ROCKEMBACH, 2018, p. 21). Nesse sentido, uma das intenções do Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da *Web* e Preservação Digital (NUAWEB), o primeiro grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) imerso no tema do *web archiving*, é a criação de um serviço que tenha como prioridade o domínio *.br*, tensionando a referida assimetria regional. Não poderia deixar de lembrar desse grupo, uma iniciativa construída por pessoas que tive o prazer de conhecer durante os anos do curso de mestrado e que, mesmo habitando institutos diferentes na nossa

universidade, me deram todo o apoio necessário na elaboração do tema do arquivamento da *web* em minha dissertação.

Outro problema diz respeito à intensidade do arquivamento do *site* do *Memórias da Ditadura*. Há certos aspectos das páginas que não puderam ser capturados pelo *crawler*, razão pela qual existem lacunas em algumas interfaces. A título de exemplo, certas capturas não contam com o *background* original do *site* (uma colagem com diversas imagens a respeito da ditadura civil-militar brasileira, seus personagens e eventos emblemáticos), como é o caso do *snapshot* produzido no dia 30 de setembro de 2016. Pavão e Rockembach (2018, p. 173. Grifos originais) argumentam que

este sistema funciona como um *backup* limitado, pois é possível acessar a página *web* que por algum motivo não se encontra disponível, entretanto algumas funções da página pesquisada e mesmo a navegação entre os *hiperlinks* pode ser comprometida no uso do armazenamento em *cache*.

A questão também corresponde a falhas na própria arquitetura do *site*, que nem sempre está de acordo com os pré-requisitos exigidos pela ferramenta e suas operações de coleta.

Em razão das problemáticas abordadas no capítulo anterior, bem como das faltas apresentadas nas capturas do *Internet Archive*, propomos uma coleta dos dados da atual versão da página do *Memórias da Ditadura* através do *Conifer*³⁰, recurso desenvolvido pela *Rhizome*, uma organização estadunidense dedicada à cultura digital, especialmente à *born-digital art*. A ferramenta permite o arquivamento de uma série de elementos típicos de uma *web* cada vez mais dinâmica, o que diminui os riscos da perda de certas informações contidas em um *site*. Ela opera em tempo real - isto é, criada uma coleção, na qual são salvos os *links* preservados, inicia-se o processo de arquivamento, que se dá a partir dos cliques do usuário. No contexto da ferramenta, uma página visitada é uma página arquivada.

Criamos uma *collection* pública denominada “Memórias da Ditadura”, em que armazenamos os *links* que povoam a página do portal³¹. A gravação do *site* começou com a sua URL inicial - ou seja, <http://memoriasdaditadura.org.br>. Navegamos por cada uma das categorias à disposição, explorando todas as abas e seus atalhos dispostos na página inicial, bem como cada um dos pontos marcados nos mapas do portal e os eventos da linha do tempo. Ao longo de uma tarde inteira, percorremos mais de seiscentas URLs, conservadas sob a identidade da coleção

³⁰ Quando produzimos este trabalho, a plataforma chamava-se *Webrecorder*. Curiosamente, como se comprovasse as dinâmicas efêmeras do digital que discutimos ao longo da dissertação, mudou de nome entre a escrita do capítulo e a sua revisão. Felizmente, nada se perdeu neste processo, e os *links* de acesso seguiram os mesmos.

³¹ A coleção está disponível em: <<https://bit.ly/2VicPbw>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

mencionada. Deixamos de lado os vídeos, como os documentários produzidos pelo Instituto Vladimir Herzog e alguns depoimentos disponíveis nos mapas, e os *hyperlinks*, que geralmente levam os usuários a outros *sites*, servindo como complementos aos assuntos trabalhados no *Memórias da Ditadura*. O arquivo *.WARC*, formato tornado padrão para o *web archiving* no ano de 2009, possui pouco mais de duzentos *megabytes*. Em comparação à captura mais recente realizada pelo *Internet Archive*, cujas coletas operam automaticamente, a coleção que criamos através do *Conifer*, produzida em um espaço de tempo relativamente curto e apenas a título de exemplo para a qualificação, é um tanto mais completa. Algumas partes da página, como é o caso da própria linha do tempo, por exemplo, não são acessíveis integralmente através das capturas realizadas pela *Wayback Machine*.

Esta coleção, um trabalho bastante preliminar, foi criada com o objetivo de promover outras pesquisas com arquivos digitais, em especial reflexões a respeito da efemeridade da *web* e a necessidade de preservá-la. É verdade que não se trata de um empreendimento complexo, a preservação do portal *Memórias da Ditadura* poderia ter sido feita de diferentes maneiras. Ao usar o *Conifer* e o *Internet Archive*, optamos pelas formas mais práticas à nossa disposição, principalmente para que o resultado pudesse servir de objeto nesta dissertação. Para que o *site* pudesse ser preservado nos mínimos detalhes - como parte de um projeto maior, por exemplo -, um novo trabalho (mais completo e sofisticado) haveria de ser realizado. Acredito, no entanto, que o meu esforço cumpriu o seu propósito.

Conclusão

Quando eu dizia, na introdução deste trabalho, que os meus encontros com as salas de arquivo eram raros - quiçá inexistentes - ao longo da minha formação, não queria enxergar essa desarmonia como uma lacuna. Na verdade, foi isso que me fez perceber que é possível produzir história sem lançar mão de alguns dos elementos que tradicionalmente lhe deram forma. As minhas primeiras pesquisas de iniciação científica, sempre orientadas pela brilhante professora Caroline Silveira Bauer, foram inteiramente desenvolvidas com o uso da internet e de computadores, embora estivessem baseadas em documentos do século passado. A minha monografia de conclusão de curso só saiu do zero graças a um *software* de análise de dados textuais, e suas fontes eram todas digitais. Nenhum papel amarelado, nenhuma luva ou máscara de proteção. Nenhum dia nas silenciosas instituições arquivísticas.

No curso de mestrado, mais uma vez sob a irretocável supervisão de Bauer, tornei o próprio ato de produzir história com fontes digitais o meu tema de pesquisa. Não à toa, abro a dissertação contando alguns detalhes sobre as primeiras experiências que tive com a chamada “história digital” - ou, como tenho preferido, com as humanidades digitais. O *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, iniciativa de digitalização dos acervos utilizados na elaboração do elementar relatório “Brasil: Nunca Mais”, lançado pela Editora Vozes em 1985, e o *Memórias da Ditadura*, um portal de referências e conteúdos audiovisuais sobre a ditadura civil-militar brasileira, serviram como meus objetos da pesquisa, praticamente como estudos de caso aos quais pude relacionar os referenciais bibliográficos da dissertação. Aliás, falando em bibliografia, procurei citar o maior número de livros e artigos que consegui, acreditando que a novidade deste campo teórico-metodológico exige o máximo compartilhamento de informações a seu respeito.

Dividida em três partes, sendo uma delas o interlúdio intitulado “Uma reconstituição da fonte histórica”, organizei a dissertação de modo que ela própria seguisse a lógica do meu principal argumento: entre as práticas de digitalização dos documentos históricos e a emergência de fontes nascidas digitais, que aos poucos adentram o conjunto de registros legitimados pela historiografia, uma série de conceitos é colocada sob revisão. Tanto no caso de um documento digitalizado quanto no de um arquivo digital, a crítica das fontes deve contar com interrogações às quais não estávamos exatamente habituados em pesquisas analógicas. Um acervo que reúna digitalizações, por exemplo, precisa oferecer os metadados de cada um dos arquivos aos usuários/pesquisadores. Essas informações são essenciais na compreensão do lugar que as fontes

ocupam, do seu contexto de criação e de uso, das práticas que foram investidas na sua elaboração, entre outras características do acervo.

Outro tópico central da minha dissertação é a preservação de *born digital archives*. Partamos de um exemplo específico: a última eleição presidencial nos Estados Unidos, disputada pelo presidente republicano Donald Trump e pelo ex-vice-presidente democrata Joe Biden. A pandemia de COVID-19 obrigou milhões de eleitores a votar antecipadamente pelo correio, prática que já era comum em alguns estados do país, mas que foi ampliada em 2020 a fim de evitar aglomerações inconvenientes nos locais de votação. O fenômeno resultou em apurações bastante demoradas, e os americanos foram obrigados a esperar bem mais do que estavam acostumados. Realizada no dia 3 de novembro, a eleição só foi oficialmente vencida por Biden em 7 de novembro. No entanto, já no segundo dia de contagem dos votos, Trump denunciou publicamente em seu perfil no *Twitter* a ocorrência de uma grande fraude eleitoral, além de anunciar por conta própria a sua improvável vitória. Vários dos *tweets* do presidente foram censurados pela plataforma. O evento confirma a ideia de que registros digitais são documentos históricos. Seguindo o nosso exemplo, os *tweets* são fontes que servirão de suporte para futuros pesquisadores interessados nas eleições americanas de 2020. O uso frequente das redes sociais por parte de Trump (na campanha e no governo), o teor de suas postagens, o alto número de engajamentos e a difusão de notícias falsas são temas cuja análise depende das fontes digitais. É necessário, portanto, que existam ferramentas de preservação contínua dessa documentação, algo para o qual a historiografia ainda não está devidamente preparada.

Para de fato concluir este longo trabalho ao qual dediquei dois anos de atenção e apreço, gostaria de relatar um pouco do que penso, hoje, a respeito do ofício do historiador. Afinal, lá se vão cinco anos: de 2015, quando iniciei a graduação, a 2020, momento em que finalizei o mestrado. Aprendi muito e desejei ter aprendido ainda mais. Tempos atrás, eu conversava com um colega e grande amigo sobre o seu texto de qualificação. A pesquisa dele é dedicada à obra de Svetlana Aleksievitch, uma escritora bielorrussa que denunciou as violências do regime soviético por meio da literatura. Ele estava preocupado com a definição teórico-metodológica da pesquisa, um drama que todos nós conhecemos muito bem, visto que a história não é exatamente conhecida pela liberdade de transição entre diferentes áreas do conhecimento - não, ao menos, sem justificá-la de acordo com os parâmetros estabelecidos pela historiografia. Recordo-me de ter dito a ele que essa definição era uma questão menor, até mesmo dispensável.

Ficamos tão fechados na precisão dos termos e condições disciplinares que nos

esquecemos de efetivamente produzir um trabalho inteligível. Eu sempre percebi isso escrevendo os meus próprios trabalhos, sempre estava preso à necessidade de enquadrá-los em determinada corrente teórica ou arcabouço metodológico. Sei que isso é importante do ponto de vista acadêmico, mas nós deveríamos dar cada vez menos importância para as nossas fronteiras. Isto é, pouco importava para o meu amigo se os livros de Svetlana eram parte da literatura ou da história. Sei que isso pode soar estranho no momento em que a nossa profissão foi regulamentada, mas quero dizer que limitar a identidade do historiador não me parece tão proveitoso diante da expansão de um mercado que mais valoriza as competências práticas de alguém, o domínio de uma ampla gama de aplicações, do que propriamente um título. E esse é o maior problema da nossa formação, na minha visão.

O nosso leque de competências é razoavelmente curto. Baseia-se, no limite, em saber ler, escrever e ensinar bem. E olhe lá, visto que não são habilidades devidamente aprimoradas ao longo dessa formação, apenas espera-se que nós saibamos dominá-las até o final do curso. São habilidades fundamentais, é claro, mas não estou certo de que podem ser as únicas credenciais de um profissional nos dias de hoje, a não ser que nós queiramos continuar fazendo o que sempre fizemos - o que não parece ser o caso, considerando o que tem sido defendido pela história pública e pela história digital. A nossa formação precisa sofrer uma mudança radical do ponto de vista das funções que aprendemos e adquirimos ao longo da nossa formação. Hoje, não há como executar qualquer uma dessas tarefas (produção teórica e ensino) sem levar em consideração o fato de que a comunicação é uma habilidade fundamental. E não me refiro somente à capacidade de se manifestar diante de um grande número de pessoas ou de falar sem vergonha a uma câmera, uma vez que essas habilidades são desafios de longa data - e certamente muitos de nós assumiram a obrigação de dominá-las durante a pandemia, quando as *lives* proliferaram-se nas redes. Refiro-me, em especial, aos diferentes elementos que formam um arcabouço comunicativo eficiente no século XXI, com destaque ao senso estético aguçado e ao domínio da linguagem das mídias sociais.

Não penso que conhecer a fundo todas as técnicas nascidas com as novas tecnologias ou a indústria 4.0 seja uma obrigação. Aliás, o próprio contato com empresas ou indivíduos que as dominem já é um enorme passo no desenvolvimento de bons projetos em história atualmente. A formação de parcerias com grupos de fora das humanidades é algo que deve fazer parte das nossas rotinas de trabalho e pesquisa. Do ponto de vista das universidades, eu gostaria muito de ver os currículos do curso de história abertos a disciplinas oferecidas por outros departamentos

ou programas de pós-graduação, especialmente na área de comunicação, uma área que ofereceu a mim as melhores experiências que tive no curso de mestrado. O Bacharelado em Publicidade e Propaganda da UFRGS, por exemplo, oferece obrigatoriamente cadeiras de comunicação e audiovisual, comunicação e *design*, produção gráfica ou estratégias de *marketing*, disciplinas que, de um modo ou outro, poderiam enriquecer bastante a nossa formação. É claro que qualquer um de nós pode trilhar esses caminhos de maneira autônoma, aventurando-se em videoaulas e cursos de especialização. Mas, de acordo com Pedro Telles da Silveira (2020, p. 4), “numa economia para a qual a informação é cada vez mais a principal mercadoria, [os historiadores] se tornarão parte do mercado de produção de conteúdo, tarefa para a qual nossos cursos de graduação e pós-graduação pouco os têm preparado”. Além de ler, escrever e ensinar bem, também podemos saber *comunicar* bem, o que é um diferencial no mercado de trabalho contemporâneo.

Pensando a longo prazo, tem me seduzido bastante a ideia de um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas unitário - isto é, que não forme historiadores, sociólogos, antropólogos ou filósofos, mas que ofereça o mesmo título a toda a sua comunidade. É claro que há diferenças práticas entre um ofício e outro no conjunto de áreas das humanidades, mas nada nos impediria de investir em ênfases, por exemplo, como já fazem as ciências sociais com a antropologia, a sociologia e a ciência política, as quais são escolhidas ao final do curso pelos formandos. É algo a ser pensado, estudado e principalmente testado. Não sei como isso afetaria a nossa posição no mercado de trabalho e a posição de quem já possui um diploma específico, ou como conciliar esse projeto com a recente regulamentação da nossa profissão. Mas são questões que me fizeram pensar bastante na presença do historiador no mercado de trabalho, uma expressão que pouco escutei durante a minha formação.

Desde que entrei no curso de história, só me foram apresentadas duas possibilidades: ou eu trabalharia como professor (na educação básica ou no ensino superior), ou trabalharia como pesquisador em alguma instituição. Raramente era cogitada, por exemplo, uma oportunidade em canais de televisão, que é o caso de Leandro Karnal, doutor em história e agora apresentador de um programa na *CNN Brasil*. A TV, aliás, só aparecia para ser criticada na figura dos jornalistas que produzem história. Gosto muito de um artigo de Marcelo Róbson Téo (2018, p. 377), publicado na revista *Tempo & Argumento*, no qual ele defende “formas possíveis de convivência e interação entre o historiador, a sociedade e o mercado”. Num futuro próximo, por exemplo, acredito que muitos historiadores vão produzir trabalhos baseados em análise de dados, mas isso não significa que esse tipo de abordagem será prontamente incorporado pelos currículos de

história. Sem uma ampliação curricular, essas pesquisas serão quase sempre sustentadas pelo esforço pessoal de cada pesquisador interessado em realizá-las.

Referências bibliográficas

ALLEN, Howard; CLUBB, Jerome M. Computers and Historical Studies. **The Journal of American History**, Nova Iorque, v. 54, n. 3, p. 599-607, dez. 1967. Disponível em: <<https://bit.ly/3c1zGyr>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, Lisboa, v. 69, p. 91-103, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3e922bI>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

ARDAM, Jacquelyn; SCHMIDT, Jeremy. On excess: Susan Sontag's born-digital archive. **Los Angeles Review of Books**, Los Angeles, 26 out. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3012V24>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BARROS, José D'Assunção Barros. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2BwwhuZ>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BAUER, Caroline Silveira. “Escreve isto para a memória num livro”: o projeto Brasil: Nunca Mais, cultura histórica e transmissão da experiência (1978-1988). In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina. p. 1-11. Disponível em: <<https://bit.ly/2YZqYeG>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

_____. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, Buenos Aires, v. 28, n. 57, p. 37-51, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/39YC5Kb>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: _____. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 7-20.

BERRY, David M. The computational turn: thinking about the digital humanities. **Culture Machine**, Londres, v. 12, p. 1-22, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3jYDo0a>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BOLICK, Cheryl Mason. Digital archives: democratizing the doing of history. **International Journal of Social Education**, Muncie, v. 21, n. 1, p. 122-134, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2Mm5BiW>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/2wl3l6F>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRÜGGER, Niels. **The archived web: doing history in the digital age**. Cambridge: MIT Press, 2018.

BUSA, Roberto. The annals of humanities computing: the Index Thomisticus. **Computers and the Humanities**, Amsterdam, v. 14, n. 2, p. 83-90, out. 1980. Disponível em: <<https://bit.ly/2A0fiR4>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

_____. “Foreword: Perspectives on the Digital Humanities”. In: UNSWORTH, John; SIEMENS, Ray; SCHREIBMAN, Susan. **A companion to digital humanities**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. XVI-XXI.

BUSHEY, Jessica. La fotografía en las redes sociales: ¿archivos personales o materiales efímeros?. **Tábula**, Salamanca, n. 17, p. 107-120, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2RjyO17>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARROLL, Laura et al. A comprehensive approach to born-digital archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 72, p. 61-92, dez. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2X2k9K6>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CATELA, Ludmila da Silva. “Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009. 2v. p. 444-471.

CHARTIER, Roger. Libros y lecturas. Los desafíos del mundo digital. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 64, n. 35, p. 119-124, abr./jun. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2xamnwN>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.

COHEN, Patricia. Fending off digital decay, bit by bit. **The New York Times**, Nova Iorque, 15. mar. 2010. Disponível em: <<https://nyti.ms/3ct8rgC>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

EIROA, Matilde. El pasado en el presente: el conocimiento historiográfico en las fuentes digitales. **Ayer**, Madrid, v. 2, n. 110, p. 83-109, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2y3Oc7t>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FICKERS, Andreas. Towards a new digital historicism? Doing history in the age of abundance. **Journal of European Television History and Culture**, Hilversum, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/37vaSR4>>. Acesso em: 21 out. 2020.

FLÓREZ, Jairo Antonio Melo. Historia digital: la memoria en el archivo infinito. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 43, p. 82-103, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2ygeJhU>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

GOMES, Daniel; SILVA, Mário J.; COSTA, Miguel. The evolution of web archiving. **International Journal on Digital Libraries**, Nova Jersey, v. 18, n. 3, p. 191–205, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2RbgWVK>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

HALSEY, Katie; CRONE, Rosalind. “On collecting, cataloguing and collating the evidence of reading. The ‘RED movement’ and its implications for digital scholarship”. In: WELLER, Toni. **History in the digital age**. Londres: Routledge, 2013. p. 95-110.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HOCKEY, Susan. “The History of Humanities Computing”. In: UNSWORTH, John; SIEMENS, Ray; SCHREIBMAN, Susan. **A companion to digital humanities**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 3-19.

JAILLANT, Lise. After the digital revolution: working with emails and born-digital records in literary and publishers' archives. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 47, n. 3, p. 285-304, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2AelaGP>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

JARVIS, Lee. Remember, remember, 11 September: memorializing 9/11 on the Internet. **Journal of War & Culture Studies**, Bristol, v. 3, n. 1, p. 69-82, mai. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/31mxVIQ>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

KEE, Kevin; ROBERTS, Spencer; TURKEL, William J. "A method for navigating the infinite archive". In: WELLER, Toni. **History in the digital age**. Londres: Routledge, 2013. p. 61-75.

KIRSCHENBAUM, Matthew. The .txtual condition: Digital Humanities, born-digital archives, and the future literary. **Digital Humanities Quarterly**, Boston, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2YaJ13l>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

KNAUSS, Paulo. "Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico". In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 143-156.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Le territoire de l'historien**. Paris: Éditions Gallimard, 2014.

LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". In: _____. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-553.

LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a escrita da História no tempo presente (2001-2011)**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3kQtpet>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MARINO, Ian Kisil; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 11, n. 1, p. 90-103, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/39YtFmP>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Passado eletrônico: notas sobre história digital. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/30LwALe>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MBEMBE, Achille. “The power of the archive and its limits”. In: HAMILTON, Carolyn et al. (Eds.). **Refiguring the archive**. Berlin: Springer, 2002. p. 19-26.

MESQUITA, Mariana. Perspectivas sobre o mercado do livro digital no Brasil: será o fim do papel impresso?. **Folha de Pernambuco**, Recife, 22 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2U0xWPV>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MILLIGAN, Ian. La historia en la era de la abundancia: archivos web e investigación histórica. **Historia y Memoria**, Tunja, n. especial, p. 235-269, set. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3il6fL3>>. Acesso em: 01 out. 2020.

MONTEAGUDO, Clarissa. Portal Memórias da Ditadura ficou fora do ar por causa de ataques ao servidor, diz Instituto Vladimir Herzog. **Extra**, Rio de Janeiro, 13 mai. 2016. Disponível em: <<https://glo.bo/2xKsxUT>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MUSSEL, Jim. “Doing and making. History as digital practice”. In: WELLER, Toni. **History in the digital age**. Londres: Routledge, 2013. p. 79-94.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 59, v. 30, p. 37-52, jun. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2IKvZAT>>. Acesso em: 25 set. 2020.

OSSENBRUGGEN, Jacco van; GORP, Jasmijn van; KOOLEN, Marijn. Toward a model for digital tool criticism: reflection as integrative practice. **Digital Scholarship in the Humanities**, Oxford, v. 34, n. 2, p. 368–385, jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2TfNT3N>>. Acesso em: 22 out. 2020.

PADILLA, Thomas; OWENS, Trevor. Digital sources and digital archives: historical evidence in the digital age. **International Journal of Digital Humanities**, Budapeste, 04 mai. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2yPACbS>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

PAVÃO, Caterina Marta Groposo; ROCKEMBACH, Moisés. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 168-182, jan. /abr. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/375fMBp>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Vitória/Mariana: Milfontes/Editora da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2019.

PETERSON, Bhekizizwe. “The archives and the political imaginary”. In: HAMILTON, Carolyn et al. (Eds.). **Refiguring the archive**. Berlin: Springer, 2002. p. 29-35.

PONS, Anaclet. **El desorden digital: guía para historiadores y humanistas**. Madrid: Siglo XXI España, 2013.

_____. El pasado fue analógico, el futuro es digital. Nuevas formas de escritura histórica. **Ayer**, Madrid, v. 2, n. 110, p. 19-50, 2018a. Disponível em: <<http://bit.ly/2TP76e7>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. La memoria digital del mundo: los historiadores y el archivo. **Tábula**, Salamanca, n. 21, p. 23-38, 2018b. Disponível em: <<http://bit.ly/2RGCNUn>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ROCHA, Camilo. A digitalização que mostra ‘A última ceia’ em detalhes. **Nexo**, São Paulo, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3htEVKn>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da Web no contexto das Humanidades Digitais: da produção à preservação da informação digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 131-139, mai. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2O50YKe>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

_____. Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 07-24, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/37TdINi>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

RODRIGUES, Georgete Medleg; TENAGLIA, Mônica. As recomendações das comissões da verdade no Brasil sobre os arquivos da ditadura militar (1964- 1985): uma análise dos relatórios

finais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 280-299, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2UhoA1B>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ROMEIN, C. Annemieke et al. State of the field: Digital History. **History**, Londres, v. 105, n. 365, p. 291-312, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3eZQbNA>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio wired: the future of the past in the digital age**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

_____. Scarcity or abundance? Preserving the past in a digital era. **The American Historical Review**, Bloomington, v. 108, n. 3, p. 735-762, jun. 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/38trW73>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/2LCwujr>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SANDLE, Mark. “Studying the past in the digital age. From tourist to explorer”. In: WELLER, Toni. **History in the digital age**. Londres: Routledge, 2013. p. 129-148.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZqgRCl>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. Era digital e seus impactos: visitar, ou não, o arquivo público? **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 239-253, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2w7ksZG>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

SENTILLES, Renée M. “Toiling in the archives of cyberspace”. In: _____. **Archive stories: facts, fictions, and the writing of history**. Durham: Duke University Press, 2005. p. 136-156.

SERRA, Lílíana Giusti. **Livro digital e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

SHUBERT, Adrian. Lost in digitization: the changing face of historical research in Spain. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies**, Oklahoma, v. 39, n. 1, p. 120-131, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2TILtBC>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n.

17, p. 270-296, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/38pTfyI>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

_____. **História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital**. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2TtyQnH>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

_____. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, p. 2-28, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/36SnNKQ>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOMBINI, Eduardo. Jovens leem mais no Brasil, mas hábito de leitura diminui com a idade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2MijRnX>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

STEEDMAN, Carolyn. **Dust: the archive and cultural history**. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 2001.

STERNFELD, Joshua. Archival theory and digital historiography: selection, search, and metadata as archival processes for assessing historical contextualization. **The American Archivist**, Chapel Hill, v. 74, n. 2, p. 544-575, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3ijIzjI>>. Acesso em: 08 out. 2020.

STOLER, Ann Laura. “Colonial archives and the arts of governance: on the content in the form”. In: HAMILTON, Carolyn et al. (Eds.). **Refiguring the archive**. Berlin: Springer, 2002. p. 83-100.

TÉO, Marcelo Róbson. Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades (?). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, n. 10, v. 23, p. 358-380, abr. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2UEMKUe>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

TESSITORE, Viviane. Projeto “Brasil: Nunca Mais”: reconstrução histórica, recuperação e aplicação da metodologia. **Projeto História**, São Paulo, v. 50, p. 275-288, ago. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/31WvRag>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

THYLSTRUP, Nanna Bonde. **The politics of mass digitization** Cambridge: MIT Press, 2018.

TISCHLEDER, Babette B.; WASSERMAN, Sarah. **Cultures of obsolescence: history, materiality, and the digital age**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.

TREDINNICK, Luke. “The making of history. Remediating historicized experience”. In: WELLER, Toni. **History in the digital age**. Londres: Routledge, 2013. p. 39-60.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, p. 12-28, mar. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2JVDIPf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

VALENTE, Mariana Giorgetti. “Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil”. In: FREITAS, Bruna Castanheira de; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 7-55.

WEICHERT, Marlon Alberto. “Arquivos secretos e direito à verdade”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009. 2v. p. 406-423.

_____. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 86-137, ago. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/HMuSwn>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

WELLER, Toni. **History in the digital age**. Londres: Routledge, 2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria Regional da República – 3ª Região

1) Quanto foi investido, em termos financeiros, no projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l?

O projeto foi suportado principalmente com a prestação de serviços diretos dos diversos parceiros. Assim, por exemplo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) realizou com seus equipamentos e serviços a digitalização dos microfiches; o Ministério Público Federal (MPF) utilizou seus servidores, estagiários e equipamentos de informática nas diversas etapas em que se envolveu, inclusive custeando viagens nacionais e internacionais; a PUC/SP e Rubens Naves Santos Junior Advogados (RN) contrataram e cederam estagiários para auxiliar nos serviços; a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) utilizou seus profissionais e equipamentos para filmar e editar reuniões, diligências e eventos; a Brown University (BU) e a Red Latinoamericana para la Prevención del Genocidio y Atrocidades Masivas promoveram a tradução do conteúdo do site com profissionais próprios. Por outro lado, alguns serviços foram contratados diretamente por parceiros, não havendo um registro comum desses custos (v.g., Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e Center for Research Libraries/Latin American Microform Project (CRL/LAMP) assumiram o ônus da cópia de seus arquivos). O procedimento administrativo do MPF relativo ao projeto registra os seguintes custos diretos: R\$130.000,00 repassados por OAB/RJ a Instituto de Políticas Relacionais (IPR), R\$130.000,00 repassados por UNICAMP a IPR e R\$183.587,00 incorridos pelo MPF com a contratação de empresas de prestação de serviços. Ao final, o desembolso direto alcançou R\$443.587,00.

2) Quais foram os princípios de seleção e os critérios para a inclusão ou exclusão do material?

O BNM Digital é um sítio na rede mundial de computadores com o acervo integral – após ter sido repatriado, digitalizado, tratado e indexado – do histórico projeto Brasil: Nunca Mais – BNM, desenvolvido nos anos oitenta pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo. O BNM Digital também disponibiliza informações, documentos e vídeos sobre o próprio desenvolvimento do BNM, com destaque para o acervo do Conselho Mundial de Igrejas, que se encontrava em Genebra (Suíça) e contém os originais das correspondências e estudos sobre o projeto, assim como uma coletânea de jornais e periódicos sobre a sua repercussão no Brasil e no mundo. No total, são 848.076 documentos publicados.

Não houve critérios para inclusão ou exclusão de materiais específicos, mas sim de acervos. Além do acervo integral do STM, os acervos relacionados que se encontravam disponíveis e consideramos de interesse público para contextualizar o projeto BNM.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

3) Como os responsáveis pelo projeto entendem a necessidade de atestar a confiabilidade das fontes? De que formas o BNM Digit@l promove esta preocupação?

Mantivemos controle da cadeia de custódia de todos os acervos copiados. Desse modo, podemos atestar que os documentos publicados correspondem aos acervos acessados.

4) Como foram escaneados os arquivos originais? Foi utilizada a tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres?

A primeira fase do projeto envolveu a obtenção de cópia do acervo mantido no CRL/LAMP. Os 543 rolos de microfimes foram duplicados nos Estados Unidos e uma cópia foi trazida para o Brasil, com o apoio do Consulado Geral do Brasil em Chicago, por intermediação do MPF. Os 543 rolos de microfimes provenientes do CRL/LAMP foram digitalizados pelo APESP, mediante equipamentos e serviços próprios. O APESP também digitalizou um processo original (BNM 279), cedido pelo STM.

Após a digitalização do acervo de microfimes, foi efetuada uma revisão para identificar folhas ilegíveis, com má qualidade ou ausentes, ou seja, danificadas, assim como repetidas e fora de ordem. Em seguida, as imagens foram conferidas quanto à sequência e à integralidade do processo original do STM. Os trabalhos foram realizados por Armazém Memória (AM) e IPR, com o apoio do CEDIC da PUC/SP e recursos financeiros disponibilizados pela OAB/RJ. Ainda, este acervo foi reunido com o material que anteriormente já estava digitalizado e disponível no sítio de internet do AM. Após a consolidação das imagens, essas foram indexadas pela empresa DOCPRO. Os serviços dessa fase foram realizados pelo AM e o IPR, mediante custeio da OAB/RJ. A contratação da empresa responsável pela indexação foi assumida pelo MPF.

Em suma, a tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres adotada foi a da DOCPRO.

5) Há algum documento digitalizado em cujos metadados foram incluídas informações acerca das propriedades organolépticas (o cheiro, a textura, as cores etc.) do arquivo original? Há casos, ainda, de metadados que foram preenchidos com dados especificamente relacionados aos originais?

Não.

6) Foi mantida a organização original (isto é, a ordem das pastas e a sua composição) dos acervos incorporados pelo projeto - tanto nos casos do acervo do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz quanto no caso dos processos militares?

O Brasil: Nunca Mais Digital apenas traz para a era virtual acervos em papéis. Não altera seu conteúdo. A equipe procurou tão somente tratar a parte gráfica das imagens, levando em consideração as condições em que eram realizadas as

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

fotocópias dos processos judiciais, o tempo transcorrido e o que a tecnologia nos oferece na atualidade.

Consoante mencionamos na resposta à pergunta 4, após a digitalização dos microfiches, foi efetuada uma revisão para identificar folhas danificadas, bem como conferir a sequência e a íntegra dos processos. Concluiu-se que cerca de 31% do acervo necessitava aprimoramento gráfico. Deste percentual, parte foi submetida a tratamento digital, que solucionou o problema. O restante somente teria solução com o acesso aos autos originais, o que nos foi impossibilitado, pois à época o acervo localizado no Superior Tribunal Militar continha fungos que tornava impróprio seu manuseio.

No que se refere ao acervo do CMI, este foi copiado pela própria entidade, em Genebra, e entregue ao MPF, em solenidade realizada no dia 14 de junho de 2011. Os documentos foram digitalizados e indexados pela empresa DOCPRO, com financiamento do MPF.

Quanto aos documentos advindos da Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, eles foram anteriormente digitalizados pelo Armazém Memória e reunidos na etapa final para indexação.

Em ambos, a organização e a composição originais foram mantidas.

7) A quem o acervo é especialmente destinado? Como os responsáveis pelo projeto entendem a amplitude da iniciativa?

O acervo é destinado à sociedade em geral. Evidentemente que os públicos de pesquisadores acadêmicos, de jornalistas e de operadores do direito são os maiores interessados, além das vítimas das violações aos direitos humanos.

Entendemos que a iniciativa é um enorme sucesso, tendo em vista o número de acessos obtidos. Mais de 4,8 milhões de documentos foram consultados desde o lançamento do site.

8) Após o upload de todo o material documental planejado, o portal seguiu sendo atualizado e monitorado? Caso positivo, ele segue sendo atualizado até hoje?

Sim. O site original foi publicado em 9 de agosto de 2013; em 20 de dezembro de 2016 foi atualizado e reconfigurado, com um layout mais moderno e ferramentas que atendessem com mais rapidez às demandas dos pesquisadores. Há seguidos esforços para tornar a pesquisa mais ágil. Atualmente estamos finalizando uma iniciativa que queríamos concluir desde que o site foi publicado: propiciar o *download* de praticamente todo o acervo existente na plataforma digital. Há, também, monitoramento de falhas técnicas e eventuais ataques externos. Felizmente, a inserção do site no ambiente tecnológico do MPF lhe garante níveis muito elevados de proteção.

9) Dentre todos aqueles grupos que participaram de sua construção, há alguma equipe preparando novas investidas em nome do projeto? Isto é, existe algum desejo de revisitar a concepção original do projeto e pensá-lo de outra forma, anexá-lo a outros acervos etc.?

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Em 2019 o Brasil Nunca Mais Digital foi referido como “Site Relacionado” em outra iniciativa também lançada pelo Ministério Público Federal, o sítio digital “Justiça de Transição (justicadetransicao.mpf.mp.br). Igualmente, o Brasil: Nunca Mais Digital é mencionado nos sites de parceiros que participaram do projeto: <http://armazemmemoria.com.br/>, <http://www.mpf.mp.br/regiao3/>, <http://www.relacionais.org.br/> e <https://www.pucsp.br/home>.

Alguns parceiros possuem outras iniciativas no tema, mas não possuímos informações específicas.

Não há previsão de revisitar a concepção original.

10) O que o BNM Digit@l representa para as práticas comuns da história enquanto disciplina?

Não temos condições de responder essa pergunta, a qual se direciona aos pesquisadores que utilizam o site.

Anexo II

Tabela construída a partir das capturas do portal *Memórias da Ditadura* realizadas pelo *Internet Archive* entre 2014 e 2019.

2014	2015	2016	2017	2018	2019
15 dez.	9 fev.	10 jan.	23 fev.	9 jan.	3 jan.
	27 fev.	17 jan.	4 mar.	11 jan.	4 jan.
	20 mar.	3 fev.	7 mar.	25 jan.	11 jan.
	29 abr.	3 mar.	29 abr.	10 fev.	16 jan.
	28 jun.	6 mar.	30 abr.	12 fev.	21 jan.
	8 jul.	5 abr.	7 mai.	19 fev.	27 jan.
	27 jul.	23 abr.	1 jun.	24 fev.	17 fev.
	10 set.	12 mai.	7 jun.	12 mar.	21 fev.
		18 mai.	9 jun.	22 mar.	24 mar.
		19 mai.	15 jun.	13 abr.	26 mar.
		27 mai.	7 jul.	24 abr.	30 mar.
		7 jun.	16 jul.	25 abr.	3 abr.
		21 jun.	28 jul.	15 mai.	11 abr.
		6 jul.	11 ago.	25 mai.	25 abr.
		29 jul.	15 ago.	31 mai.	4 mai.
		29 ago.	11 set.	7 jun.	5 mai.
		30 set.	12 set.	16 jun.	9 mai.
		7 out.	15 set.	27 jun.	26 mai.
		31 out.*	2 out.	28 jun.	31 mai.
		29 nov.	9 out.	12 jul.	5 jun.
		25 dez.	17 out.	17 jul.	27 jun.
		29 dez.	28 out.	28 jul.	7 jul.
			16 nov.	1 ago.	28 jul.
			18 nov.	3 ago.	7 ago.
			28 nov.	12 ago.	28 ago.
			10 dez.	17 ago.	7 set.
			12 dez.	28 ago.	13 set.
				17 set.	29 set.
				18 set.	30 set.
				9 out.	15 out.
				19 out.	30 out.
				25 out.	17 nov.
				6 nov.	
				7 nov.	
				8 nov.	
				19 nov.	
				22 nov.	
				22 dez.	
				25 dez.	
				30 dez.	

Legendas

Versão 1

Versão 2